



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Rita Oliveira Brás

“QUANDO ELE MORREU...”
O PAPEL DAS REDES RELACIONAIS NA VIUVEZ FEMININA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pela Professora Doutora
Sílvia Portugal e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Setembro de 2019



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

FACULDADE
DE
ECONOMIA

Ana Rita Oliveira Brás

“QUANDO ELE MORREU...”
O PAPEL DAS REDES RELACIONAIS
NA VIUEZ FEMININA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pela Professora Doutora Sílvia Portugal e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Setembro de 2019

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em
Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra, com o fundo de apoio:
FEUC Exemplar 2ºCiclo.

Índice

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1 VIUVEZ: UM FENÓMENO FEMINIZADO E RELACIONAL	6
1.1 Os MODELOS FAMILIARES: MANUTENÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO	8
1.2 AS REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS	12
1.3 TRABALHO ASSALARIADO E TRABALHO NÃO REMUNERADO	15
1.4 DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA VS ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE.....	18
1.5 O PERCURSO DA PESQUISA	20
2 CUIDADORAS A VIDA TODA: AS CASAS, OS PAIS, OS MARIDOS, OS FILHOS E OS NETOS28	
2.1 “SE FOSSE PRECISO, ELE AJUDAVA”	29
2.2 “COMO ERA DANTES E NÃO COMO É AGORA”	31
2.3 “ERA ASSIM PORQUE ERA ASSIM”	36
2.4 “FUI ENFERMEIRA A VIDA TODA”	38
3 A (RE)CONFIGURAÇÃO DAS REDES RELACIONAIS	47
3.1 “QUANDO ELE MORREU, AFASTARAM-SE”	50
3.2 “COM O CARRO A MINHA VIDA ERA DIFERENTE”	57
3.3 “EU TENHO UMA REDE DE AMIGOS MUITO GRANDE”	58
4 UMA (MESMA) VIDA DEPOIS DE UMA MORTE	66
4.1 ENTRE A LIBERDADE E A ‘SANTIFICAÇÃO’ DO MARIDO.....	67
4.2 “EU TENHO-O AINDA, EU TENHO-O A ELE”	68
4.3 “QUERO PAZ E SOSSEGO!”	70
4.4 “JÁ QUE DEUS QUIS ASSIM, OLHA...”	74
4.5 “É QUE EU NUNCA IA ESTAR COM UM HOMEM QUE NÃO FOSSE MEU MARIDO”	75
4.6 “ESTOU MUITO VELHA!”	77
4.7 “A MINHA PRÓPRIA FILHA PÔS-ME À VONTADE”	78
4.8 “NÃO SE PODE DAR UM PASSO MAIOR QUE A PERNA”	83
4.9 “DISSE ‘OLHA, ESTA É OFERTA DO PAI’”	88
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ÍNDICE DE ANEXOS.....	100

Agradecimentos

Aventuro-me a agradecer às mulheres e aos homens a quem devo este trabalho, antecipando que as palavras que lhes dirijo não fazem jus à importância que assumem nas diferentes esferas da minha vida.

À minha orientadora, Prof. Doutora Sílvia Portugal, agradeço e gabo a generosidade, a paciência, a capacidade pedagógica e a disponibilidade que demonstrou ter na orientação desta dissertação – qualidades que resistiram intactas aos ataques da sua (des)orientanda. Em vários momentos, desarmadilhou-me a pesquisa, a escrita e, sem saber, a vida. Não tenho dúvidas de que poder usufruir do seu conhecimento tem sido um privilégio.

Agradeço às mulheres que me receberam nas suas casas e noutros sítios que também são seus, para me deixarem entrar nas suas vidas. Contaram-me as suas histórias: as alegrias, a dor e os (des)amores; emocionaram-me e inquietaram-me; desconstruíram-me preconceitos; ofereceram-me cafés, lanches e outras prendas. A elas se deve verdadeiramente esta pesquisa.

À minha mãe e ao meu pai, agradeço-lhes a capacidade de me apoiarem incondicionalmente, mesmo quando não percebem o que faço. Faço destes agradecimentos uma declaração de amor.

Ao Carlos, pelo que é e me ensina a ser.

Às minhas casas de Coimbra, ao GEFAC e à Real República do Bota-Abaixo, agradeço o que hoje sou e sei. Desde 2014, saio da faculdade e corro para as suas mesas e para as pessoas que aí se sentam ao meu lado para comer, para cantar, para discutir e para lutar. São casas de democracia, debate e resistência e nelas se (des)constroem mundos mais justos – o meu é com certeza mais feliz por causa delas.

Dirijo um último agradecimento às pessoas cujos nomes não se leem nesta folha: um abraço, onde cabem todas, é a melhor forma que encontro para vos falar. Espero que quem leia estas páginas consiga encontrar algumas das muitas coisas que convosco (re)aprendo todos os dias.

Resumo

Apesar do peso cada mais significativo da população idosa na estrutura demográfica, da preponderância da população em situação de viuvez e da evidente pertinência do seu estudo, a viuvez continua a estar deficitariamente representada na produção científica, sobretudo no contexto português. Fatores culturais e demográficos fazem da viuvez um fenómeno feminizado, com consequências específicas na vida das mulheres que perdem o cônjuge.

Ainda que tardiamente, alguns estudos no seio da sociologia da família começam a reconhecer a morte do cônjuge como um fenómeno capaz de alterar a configuração familiar, desencadear a sucessão e (re)distribuição de papéis no seu seio, reconfigurar identidades e representações.

Para uma análise da viuvez feminina têm-se em conta fatores que caracterizam o contexto social, económico e histórico. No entanto, esta investigação foca-se nos padrões relacionais das mulheres viúvas. Usando contributos da *network analysis*, propõe-se uma análise da morfologia das redes sociais das viúvas, como meio para compreender de que modo as pessoas que elas conhecem, consideram próximas, interagem e a quem recorrem em determinadas situações para serviços e apoios diversos influenciam as diferentes esferas da sua vida.

Assumindo que a viuvez é influenciada pelas redes de relações sociais, interessa também perceber o que acontece após a viuvez às redes de relações sociais das viúvas. A pesquisa parte, assim, de duas questões: Que alterações sofrem as redes de relações sociais das mulheres com a experiência da viuvez? Que papel têm as suas redes de relações sociais na vivência da viuvez?

Para responder a estas questões, opta-se por uma metodologia qualitativa. Assumindo-se o carácter exploratório do trabalho, foram realizadas entrevistas a quinze mulheres viúvas na Região Centro do país. As suas narrativas revelam como as vidas destas mulheres, nas suas múltiplas dimensões, são perpassadas por fortes desigualdades sociais e sexuais, por práticas e representações tradicionais e pelas obrigações familiares. Olhar as trajetórias de vida e o impacto da morte do cônjuge com particular enfoque nas redes relacionais permitiu evidenciar o potencial emancipatório que estas possuem.

Palavras-chave: Mulheres; Viuvez; Redes de Relações Sociais; Trajetórias de vida; Conjugalidade.

Abstract

Despite the increasingly significant weight of the elderly population in the demographic profile, the prevalence of the widowed population and the obvious relevance of their study, widowhood is still poorly represented in scientific production, especially in the Portuguese context. Cultural and demographic factors make widowhood a feminized phenomenon, with specific consequences in the lives of women who lose their spouse.

Even if late, some studies within the family sociology begin to recognize the death of the spouse as a phenomenon capable of changing the family configuration, triggering the succession and (re)distribution of roles within it, reconfiguring identities and social representations.

For an analysis of female widowhood, factors that characterize the social, economic and historical context are taken into account. However, this research focuses on the relational patterns of widowed women. Using contributions from the network analysis, we propose an analysis of the morphology of widows' social networks, as a means to understand how the people they know, consider close, interact and whom they turn to in specific situations for diverse services and supports influence the multiple

Assuming that widowhood is influenced by social relations networks, it is also interesting to understand what happens after widowhood to widows' social relations networks. Two fundamental questions lead the research: What changes do women's social relations networks undergo with the experience of widowhood? What role do their social relations networks play in the experience of widowhood?

A qualitative methodology is chosen to answer this questions. Assuming the exploratory character of this work, interviews were conducted with fifteen widows in the Central Region of Portugal. These women narratives reveal how the lives of these women, in their multiple dimensions, are permeated by strong social and sexual inequalities, by traditional practices and representations and by family obligations. Considering the life trajectories and the impact of the husband's death with a particular focus on the social relations allowed us to highlight social network's emancipatory potential.

Keywords: Women; Widowhood; Social Relations Networks; Life trajectories; Conjuality.

Introdução

A viuvez feminina, principalmente nas camadas mais idosas, é cultural e redutoramente vista como um período de fragilidade e privação, quer para a mulheres que perdem o marido, “o par conjugal para quem a sua vida era até então orientada”, quer para a estrutura familiar, que perde o pai, a figura masculina, o ‘chefe’” (Motta, 2005: 10). Existem várias alterações significativas desencadeadas pela perda do cônjuge – em termos de estilos de vida, de práticas quotidianas e outras de ordem subjetiva, pessoal e singular – que merecem ser objeto de estudo.

O aumento genérico da longevidade faz com que a viuvez incida de forma mais significativa nas pessoas idosas (Palmore, 1987: 97). Em Portugal, mais de metade da população com 65 ou mais anos é constituída por mulheres, o que se explica pela elevada esperança média de vida à nascença para as mulheres (quase mais 6 anos do que a expectada para os homens¹) e pela sobremortalidade masculina. Há, assim, uma predominância de mulheres na população idosa e uma feminização da viuvez. Além da discrepância da longevidade entre os sexos, há uma discrepância entre as idades dos cônjuges no casamento, sendo que os homens casam com mulheres mais novas (Souza *et al.*, 2015: 939), o que aumenta a probabilidade destes, depois de perderem as companheiras, voltarem a casar. Por isso, os homens passam menos pela experiência da viuvez e por um período de tempo mais curto.

As mulheres idosas apresentam, em geral, uma tendência maior do que os homens para viverem sozinhas (Souza *et al.*, 2015: 939), existindo entre as viúvas uma baixa taxa de novos casamentos. Esta discrepância quantitativa entre sexos tem sido diminuída ao longo do tempo: se em 1995 se registava o casamento de 1289 viúvos² (778 por

¹ POR DATA (2019), “Esperança de vida à nascença: total e por sexo”. Consultado a 16 de Agosto de 2019, disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/Esperanca%20de%20vida%20a%20nascenca%20total%20e%20por%20sexo+\(base+trimestral+a+partir+de+2001\)-418](https://www.pordata.pt/Portugal/Esperanca%20de%20vida%20a%20nascenca%20total%20e%20por%20sexo+(base+trimestral+a+partir+de+2001)-418).

² POR DATA (2019), “Casamentos entre pessoas do sexo oposto: total e por estado civil anterior do sexo masculino”. Consultado a 16 de Agosto de 2019, disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+peoas+do+sexo+oposto+total+e+por+estado+civil+anterior+do+sexo+masculino-3394>

celebração civil e 511 por celebração católica) e 693 viúvas³ (462 por celebração civil e 231 por celebração católica), em 2018 os dados apontam para 499 (451 por celebração civil e 48 por celebração católica) e 351 casamentos (314 por celebração civil e 37 por celebração católica), respetivamente. O esbatimento dos números que separam o total de casamentos de viúvos do de viúvas parece estar mais relacionado com a diminuição do número total de casamentos (número que de 1995 para 2018 se abate para quase metade), redução que se regista sobretudo ao nível dos casamentos pela via católica.

Estes são alguns dos fatores demográficos que modelam a viuvez feminina como uma experiência plena de especificidades. No entanto, para uma análise completa da viuvez, é necessário ter-se em conta outros fatores como a classe social, a escolaridade, o trabalho profissional, a origem e residência geográfica, as características do núcleo familiar, o contexto social e a prática religiosa. Além de atentar nestes fatores, que constituem os contextos da existência destas mulheres e que influenciam a experiência da viuvez de forma diferenciada, reconhece-se que, tal como Wellman afirma (1991 *apud* Portugal, 2007: 14), a análise do “modo como as redes condicionam o acesso dos indivíduos a diferentes recursos [...] permite constatar que a morfologia das redes abre ou fecha possibilidades a indivíduos com posições semelhantes na estrutura social”.

Assim, propõe-se uma análise da morfologia das redes das viúvas, como meio para compreender de que modo as pessoas que elas conhecem, consideram próximas, interagem e a quem recorrem em determinadas situações e cenários concretos para serviços e apoios diversos, influenciam o modo de vida e o significado que atribuem à experiência de viuvez. Assumindo que a viuvez é influenciada pelas redes de relações sociais das viúvas, interessa-nos também perceber o que acontece após a viuvez às redes de relações sociais das viúvas: há uma reconfiguração dessas redes? se sim, de que forma? A nossa pesquisa parte, assim, de duas questões: Que alterações sofrem as redes de relações sociais das mulheres com a experiência da viuvez? Que papel têm as suas redes de relações sociais na vivência da viuvez? As redes de relações sociais das viúvas surgem, assim, como variável dependente e independente nesta pesquisa.

É na busca de respostas para estas questões que se olham as suas biografias e trajetórias de vida. Nestas – tal como Gouveia teoriza a partir de outros autores/as

³ POR DATA (2019), “Casamentos entre pessoas do sexo oposto: total e por estado civil anterior do cônjuge do sexo feminino”. Consultado a 16 de Agosto de 2019, disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Casamentos+entre+peoas+do+sexo+oposto+total+e+por+estado+civil+anterior+do+c%3%b4njuge+do+sexo+feminino-3395>.

(Kellerhals e Widmer, 2005 e Widmer, 2010 *apud* Gouveia, 2006: 135) – o *tempo* surge como “uma coordenada determinante”. Indivíduos que crescem e se movem em contextos sociais e históricos diferentes, vivenciaram diferentes experiências em função de acontecimentos e transformações circunscritos a esses contextos – o que influencia não só as suas representações e narrativas sociais, como também a constituição das suas redes de relações pessoais (**idem**). Ainda que metodologicamente delimitemos a faixa etária das pessoas em estudo, o que as colocará, de certa forma, lado a lado com outras situadas no mesmo tempo histórico, tornar-se-á necessário ter em conta aspetos que dizem respeito aos contextos sociais, pois não cresceram nem se moveram todas no mesmo contexto social, ao mesmo ritmo, ao longo da sua trajetória de vida.

Aqui, é interessante atentar no que Pais (1998: 26) propõe para o estudo de determinada faixa etária, quando o objetivo é destacar as tendências e especificidades que vão dando forma à identidade social de determinada “geração” – identidade, essa, essencial para dar sentido à palavra empregue, “geração”. O autor diz-nos que para essa análise se deve questionar “quais os mecanismos de interdependência entre efeitos de idade, de período e de geração”. Ou seja, o conceito de geração dá sentido a um grupo de pessoas que têm como “unidade base um tempo histórico”. Esse tempo histórico, por sua vez, é marcado por transformações a diversos níveis – demográfico, social, económico, político – e essas transformações, por sua vez, também marcam o comportamento e as representações dos indivíduos. A isto o autor chama de *efeitos do período*. Por outro lado, e assim corroborando a importância da abordagem da chamada *life course approach*, inserirmo-nos na mesma geração que outras pessoas não significa posicionarmo-nos tal e qual elas se posicionam ao longo do seu percurso de vida. Daí o autor nos alertar para a tendência falaciosa de “atribuir à idade uma função explicativa que na realidade ela não tem ou que, em alguns casos, ultrapassa a sua real capacidade de explicar o que se pretende” (**idem**). Assim, é essencial explorar as interdependências entre os *efeitos do período, de idade* – perceber como é que as atitudes e os valores evoluíram à medida que a idade avançava – e *de geração* – seja, “os traços específicos que fomentam uma relativa identidade social e cultural entre uma geração demográfica” (Pais, 1998: 27).

Seguindo também as suas recomendações, aqui se propõe uma aprendizagem situada do conhecimento, que tente perceber o sentido que as pessoas dão às suas ações e às suas experiências, atentando nas interdependências e interligações entre os diversos

fatores que mais as influenciam. Assumindo o carácter exploratório deste trabalho, a partir dos princípios teóricos daqui em diante apresentados, avançam-se algumas questões orientadoras para a investigação empírica da viuvez feminina, centrando a análise nas redes de relações sociais das viúvas. Estas questões têm apenas o objetivo de introduzir algumas ideias orientadoras do trabalho, não querendo fechar em si a investigação empírica. Pelo contrário, procura-se alguma flexibilidade analítica, numa contínua interação entre teoria e dados recolhidos no trabalho de campo.

Apesar da tradição quantitativa dos estudos ancorados nas *network analysis*, esta dissertação opta pela utilização de uma metodologia qualitativa. Acredita-se que os planos de investigação qualitativos e interpretativos trazem vantagens incalculáveis no estudo do social. Tal como Becker (1996) afirma, estudamos atores que também observam e têm uma perceção própria sobre a realidade social. Perceções essas que a epistemologia qualitativa mostra ter maior capacidade de levar em conta, ao permitir ir ao encontro de objetividade, sem que a subjectividade dos indivíduos seja desprezada. Para o trabalho de campo, opta-se, também, pela realização de entrevistas em profundidade.

O texto desta dissertação estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se os debates teóricos que enquadram a investigação. Entendendo a viuvez como uma experiência desencadeadora de mudanças nas diversas dimensões de vida das mulheres, abrangem-se os seguintes aspetos: o papel das mulheres na provisão de bem-estar e na reprodução social de trabalho doméstico; as redes de relações sociais; a situação conjugal e económica. Assim, nesta dissertação confluem diferentes áreas da sociologia: os estudos sobre as mulheres, as discussões sobre a providência estatal e social, a sociologia da família, as teorias das redes. Neste capítulo introdutório, cabe ainda a apresentação da metodologia de pesquisa adotada.

O segundo capítulo é dedicado à análise da especificidade da assistência e providência social portuguesa e aos custos dessa realidade na vida das mulheres entrevistadas, nomeadamente nas suas trajetórias profissionais e no seu papel na reprodução social familiar. A partir dos seus discursos, cruzam-se as práticas de divisão do trabalho doméstico com as representações sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, que estão na base dessa distribuição. Embora nelas não se encontre um modelo de total dedicação às tarefas domésticas, identifica-se a manutenção de um compromisso com esse trabalho, normalmente acumulado com o trabalho assalariado. As trajetórias de

vida das entrevistadas são caracterizadas pelo cuidado da casa e dos outros: do marido, dos filhos, dos pais e dos netos.

O terceiro capítulo é dedicado à questão central do trabalho: os sistemas de relações sociais em que as viúvas se inserem. Por um lado, identificam-se as principais alterações nas redes de relações sociais em consequência da experiência da viuvez e, por outro, analisa-se o impacto da morfologia dessas redes na vivência da viuvez. Para isso, olham-se as características das redes de íntimos ou “outros significantes”, das redes de troca e das redes de interação. A partir desta análise conclui-se, por um lado, que o impacto da experiência de viuvez nas redes das mulheres viúvas opera num duplo sentido e com consequências opostas, por outro lado, que a configuração das redes durante a vida conjugal tem um papel fundamental na sua (re)configuração e, finalmente, que as redes relacionais influenciam a experiência da viuvez .

O quarto, e último, capítulo é dedicado à situação conjugal e económica das mulheres viúvas. A ausência de novos relacionamentos amorosos nos seus projetos de vida é uma tendência marcante nas entrevistas. Analisam-se os discursos das entrevistadas, discutindo as razões dessa ausência – “santificação” do marido e “liberdade” adquirida cruzam-se com representações dominantes acerca das relações amorosas. Confrontam-se, ainda, os discursos destas mulheres com outros trabalhos que sugerem que as relações amorosas na viuvez oferecem uma possibilidade de minimizar as dificuldades económicas decorrentes da morte do marido. Observa-se, aqui, um cruzamento complexo e contraditório entre representações e práticas, alimentado pela influência das relações sociais, que mostra como a contenção, a abnegação e o sacrifício são fundamentais na vida destas mulheres.

Finalmente, na conclusão sintetizam-se os resultados da investigação, em confronto com as hipóteses de partida. Não se corrobora a hipótese que sugere haver uma alteração do papel das mulheres na provisão de bem-estar em consequência da viuvez. As mulheres continuam a apresentar trajetórias orientadas para o cuidado de dependentes e condicionadas por obrigações familiares. As narrativas revelam, no entanto, que, as hipóteses centrais da pesquisa se confirmam – a viuvez tem impacto na configuração das redes de relações sociais das mulheres, assim como a experiência de viuvez é influenciada por essa configuração.

1 | Viuvez: um fenómeno feminizado e relacional

Apesar do peso cada mais significativo da população idosa na estrutura demográfica (nacional e globalmente), da preponderância dessa população em situação de viuvez (nomeadamente a feminina) e da evidente pertinência do seu estudo, a viuvez feminina continua a estar deficitariamente representada na produção científica, mais ainda no contexto português. Quer na sociologia da família, quer nos estudos de orientação feminista que de uma forma geral, não se dedicam às mulheres mais idosas (Mota *apud* Motta, 2005: 12), a viuvez é ainda hoje uma temática pouco explorada. Esta lacuna perpetua e compactua com a imagem estereotipada das viúvas, construída tendo por base normas sociais que condicionam e reprimem a vivência dessa experiência, reproduzindo, também, o androcentrismo da ciência – ao nível dos sujeitos e dos objetos de investigação.

Ainda que tardiamente, alguns estudos mais recentes parecem começar a responder aos anseios teóricos de alguns cientistas sociais (Dickinson e Fritz, 1981) que, na segunda metade do século XIX, apontavam já a urgência da sociologia da família reconhecer na morte e na perda do cônjuge uma crise no sistema social que é a família e de se dedicar aos potenciais resultados desse fenómeno, capaz de alterar a configuração familiar, desencadear a sucessão e (re)distribuição de papéis no seu seio, reconfigurar identidades, novas representações e papéis na comunidade, entre outras adaptações sociais (**idem**), sobre as quais nos debruçaremos mais adiante.

Uma outra lacuna apontada aos estudos dedicados ao funcionamento da família, que é aliás considerada uma fraqueza comum entre eles (Aboim, 2008: 9), passa por estes privilegiarem ideias e princípios contidos nos discursos dos indivíduos em detrimento das suas práticas reais (**idem**). Para evitar incorrer nesta falácia, reitera-se a importância de atentar no significado que as pessoas dão às suas ações, mas também nas ações de facto e não evitar ou omitir o potencial de contradição que aí possa surgir - ela própria rica em informação e fonte de conhecimento sociológico -, num trabalho contínuo entre a empiria e a teoria.

A viuvez é uma condição social peculiar: imprevisível e repentinamente modificadora da vida das pessoas (Motta, 2004). Estudar a velhice é encarar inúmeras vezes a questão de viuvez que é, por sua vez, demográfica e culturalmente uma questão

da condição feminina (**idem**). A viuvez feminina significa um novo modo de ser, com alterações significativas em termos de estilos de vida, de práticas quotidianas e de círculos relacionais. Alterações, essas, que devem ser submetidas a uma análise interseccional (Collins, 2000): Como é que a experiência da viuvez se cruza com outras experiências? Como é que essa experiência é enfraquecida? Como é que essa experiência é reforçada? Qual a influência de variáveis como a idade, a classe social, a origem geográfica e a etnia nessa experiência? Segundo Blieszner (1993), há uma limitação muito grande nos estudos dedicados à viuvez. A ausência de análise interseccional permite que “os resultados dos estudos sejam interpretados como se a experiência de viuvez não fosse afetada pela raça e pela classe, e como se os participantes-tipo da pesquisa, pessoas caucasianas de classe média, não tivessem nem raça, nem classe” (Blieszner, 1993: 172).

A autora traz, ainda, uma das principais bandeiras dos movimentos feministas de segunda vaga, “o pessoal é político”, para explicar a influência da esfera privada na vivência da viuvez, desde logo com a divisão desigual das tarefas domésticas. A especialização do desempenho de papéis e tarefas no seio doméstico ocorre desde cedo no casamento e torna-se progressivamente bem-definida ao longo do tempo (**idem**). Na terceira idade, “continua a destacar-se, prevalentemente, entre as idosas um compromisso com as atividades realizadas em casa” (Baldin e Fortes, 2008: 50). No entanto, há sempre uma resignificação das questões de género no que toca às mudanças relativas ao papel social da mulher depois da viuvez (Souza *et al.*, 2015: 942): tanto as mulheres viúvas, como os homens viúvos, têm que assumir novos papéis ou encontrar alguém que os assuma e substitua o papel do/a cônjuge perdido/a.

No caso das mulheres, essa “tradição” (Baldin e Fortes, 2008: 50) com as atividades domésticas faz das viúvas mais bem preparadas e mais autónomas para viverem sozinhas, em comparação com os homens nessa condição. Mas não só. A realidade da viuvez feminina torna inviável a manutenção do “contrato social altamente desigual e excludente que impõe uma verticalidade nas relações entre homem e mulher, impondo a essas mulheres uma necessidade de repensar e remodelar o seu papel ao impulsioná-las para novas funções” (**idem**), outrora delegadas nos homens. Em resultado, ao encontrarem novas formas de perceber a sua condição, veem a sua autonomia e autoestima aumentadas. Em oposição, os viúvos ao passarem a desempenhar funções da rotina doméstica – às vezes vistas como desprestigiadas ou com algum desdém – poderão ver, por sua vez, a sua confiança e autoestima diminuídas (Blieszner, 1993: 176). Na

verdade, uma grande proporção dos viúvos depende de outro/a para o desempenho dessas funções. O facto de a maior parte destes homens recorrer ao auxílio de outras pessoas – mulheres da família, mulheres exteriores ao círculo familiar ou novas companheiras – para substituir o papel outrora desempenhado pelas esposas contribui para a diminuição da sua autoestima, tornando-os particularmente vulneráveis, pois abdicam de um estilo de vida independente (**idem**). A experiência de viver sozinho é “percebida pelos viúvos mais como uma privação, depois de uma vida a serem cuidados por uma mulher em quem concentraram a sua existência emocional” (Davidson, 2002: 43). Contrariamente, “para a maior parte das viúvas a experiência de estar sozinha é percebida com uma sensação de libertação” (**idem**)

Motta (2004) diz-nos, ainda, que em sociedades onde as mulheres têm sido subordinadas à condição masculina, a viuvez surge como condição facilitadora do crescimento da sociabilidade, “onde a mulher alcança uma posição mais livre e mais pública, por vezes equivalente à dos homens” (**idem**). Nas mulheres viúvas, um estilo de vida autónomo alcançado durante a viuvez dependerá, também, da sua condição económica. Quanto a esta variável, a situação parece inverter-se. Numa sociedade cujo o funcionamento assenta, ainda hoje, em princípios patriarcais, as “agora” idosas viúvas foram confinadas desde cedo às atividades do lar. A sua participação no mercado de trabalho foi dificultada até aos dias de hoje – cenário que se deve não só às especificidades da situação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho, como também às características do Estado-Providência português. Por isso, não é de estranhar que a maioria das viúvas tenha dependido financeiramente do rendimento dos seus maridos. A perda do cônjuge poderá significar, também, um aperto financeiro, que é raramente experienciado pelos viúvos (Bleiszner, 1993: 176).

1.1 Os Modelos familiares: manutenção e democratização

Para entender as consequências da viuvez nas relações e nos papéis familiares, será útil perceber o significado atribuído pelos diferentes membros de determinada família à morte do cônjuge/familiar/alguém próximo. As viúvas não são as únicas afetadas por essa perda, pois, também outras pessoas se relacionavam, de diferentes formas e intensidades, com o cônjuge. Para além disso, diferentes famílias reagirão de diferentes formas, pelo que não seria rigoroso, atribuir a todas as famílias uma única

forma de reagir à morte de alguém. Tal como Dickinson e Fritz alertam (1981), “diferentes famílias com competências e recursos semelhantes respondem de forma diferente a eventos idênticos, com a justificação parecer estar na dimensão do 'significado’”⁴. Acrescenta-se que a compreensão da configuração das redes de relações sociais e o papel/posição que o falecido ocupava nas mesmas pode constituir uma importante pista para decifrar significados e comportamentos que influenciam a experiência da viuvez. Percebe-se, assim, a importância de conhecer as transformações e características dos modelos familiares e das suas relações ao longo do tempo, partindo também da própria evolução dos estudos dedicados à família.

Um pouco por toda a Europa, entre as mudanças registadas nas famílias durante os anos 60, constam o aumento do número de divórcios, a diminuição do número de filhos e a perda da importância do casamento religioso. Em Portugal, após a Constituição de 1976, dá-se a permissão legal do divórcio. O divórcio não é algo inédito, nem traz consequências que constituem uma novidade. O que há de interessante no seu aumento é a alteração na forma de encarar o casamento e, em consequência, a sua rutura. A falta de amor passou a ser uma razão legítima para colocar término à relação, deixando de lado razões como o cumprimento dos “deveres conjugais” – ainda que estes continuem referenciados na legislação moderna, anacrónica.

A tendência para a sentimentalização, individualização e contratualização da relação conjugal fez com que esta passasse a um contrato de cariz privado, sobre o qual o Estado tem pouco ou nada a dizer. Com estas transformações na forma de olhar o casamento, a visão institucionalista começa a enfraquecer, ganhando força a dimensão sentimental. A introdução de sentimentos nas relações conjugais tornou-as vulneráveis. Os afetos passam a ocupar um lugar central no casamento e na família, embora nestes espaços também sejam geridos outros fluxos onde se trocam e circulam bens materiais e outros de natureza simbólica. Também o aumento da esperança de vida trouxe um aumento da duração do casamento, assim como um aumento das tensões, outrora resolvidas pela morte do cônjuge.

No livro em que sintetiza os resultados do estudo das *Famílias no Portugal Contemporâneo*, que levou a cabo entre 1997 e 2005, Wall (2012) dá-nos a conhecer algumas das tendências registadas: um movimento marcado de privatização da vida

⁴ Todas as citações desta dissertação foram traduzidas pela autora do original para a Língua Portuguesa.

conjugal e familiar, movimento de alguma individualização, mudanças lentas e graduais nos papéis de género e uma continuada aproximação ao casamento. Esta última pode parecer ir contra a informalização e sentimentalização das relações conjugais, no entanto, as afirmações são conciliáveis. Há de facto um movimento de informalização da vida familiar, tendência marcada, seja pela aceitação generalizada da rutura conjugal, seja pela entrada na conjugalidade passar a ser, por exemplo, pela coabitação antes do casamento, seja pela emergência de percursos conjugais alternativos (Wall, 2012: 49). O que os resultados deste estudo demonstram é que apesar dessas tendências, nas famílias portuguesas, permanece “uma vontade bastante expressiva de uma conjugalidade vivida ao abrigo de uma instituição reconhecida e legitimada” – o casamento, embora nele pese a importância dos sentimentos. Estas transformações na sociedade portuguesa inscrevem-se de certa forma nas tendências globalmente registadas pelas teorias sociológicas da família no estudo das sociedades ocidentais. Assim, em Portugal, talvez tardiamente em relação às sociedades ocidentais, parece confirmar-se a existência de algumas das tendências globais, pese embora o carácter específico das características do contexto português.

Desde meados do século passado, um pouco por toda a Europa, diversas correntes no seio da sociologia da família apontavam para significativas mudanças na estruturação das famílias. Desde Durkheim até à mudança de paradigma nas décadas de 80 e 90, as teorias sociológicas da família foram acompanhando as transformações nas sociedades ocidentais modernas, tentando compreender as suas consequências ao nível das relações familiares. A partir do pós-guerra, as teorias da sociologia da família foram largamente alimentadas pela ideia do declínio da família (Portugal, 2014: 16). Diversas correntes no interior da sociologia da família passaram a defender uma suposta “crise da família”, focando-se nas consequências do individualismo e da privatização na vida familiar (Dias, 2015: 29) – processos esse que dão primazia ao indivíduo, à sua autonomia, privacidade e agência na tomada de decisão, em detrimento das relações, obrigações e responsabilidades familiares. Depressa estas teorias se tornaram alvo de grandes críticas, criticando-se sobretudo a conceptualização da família moderna como uma “família nuclear isolada” (Portugal, 2014: 18). A rutura entre o núcleo conjugal e os restantes membros da família extensa parece não se ter verificado. Portugal (*idem*: 19), procedendo à revisão de diversos trabalhos dedicados ao estudo das famílias na Europa, mostra-nos que as conclusões desses estudos apontam para “um quadro de intensos contactos e de

proximidade afetiva entre a família conjugal e a família extensa”. Verificaram-se, sim, mudanças na morfologia e na dimensão das famílias, traduzidas na emergência de diversos e complexos sistemas de organização familiar (Portugal, 2014: 23). Para além das mudanças a nível morfológico, registam-se outras de outra natureza. De acordo com Torres (2001 *apud* Dias, 2015: 28), os anos 60 são também marcados por uma alteração de valores e de comportamentos. Segundo a autora, o aumento das taxas de divórcio, a descida da natalidade e da nupcialidade, assim como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, traduzem uma mudança de paradigma operada no plano ideológico e teórico. Assim, entende-se que a modernização das famílias trouxe novas formas de funcionamento e vida familiar, que significaram mais uma diversificação dessas formas e menos uma rutura com os modelos tradicionais. Principalmente no caso de Portugal, dada a característica “dialética entre continuidade e mudança no nosso país” (Portugal, 2014: 7)

O caso português não é exceção ao movimento de pluralização e democratização (Aboim, 2008: 20) dos modelos e das relações familiares, que devem ser lidas tendo em consideração as mudanças sociais e económicas do país. Aqui, talvez seja útil, tal como inúmeros autores/as o fizeram (Aboim, 2012: 101), reforçar que esse processo de individualização nem isentou o indivíduo de laços familiares, nem isolou a família nuclear num vácuo social. Karin Wall (2012) diz-nos ter encontrado um marcado movimento de privatização, que incorpora traços específicos de abertura e, simultaneamente, de fechamento sobre a família nuclear. Segundo a autora, a tendência para a abertura caracteriza-se pela “maior autonomia residencial, pela saída das mulheres para o mercado de trabalho e pela relação companheirista entre os membros da família”, enquanto o fechamento sobre a família nuclear se traduz no fechamento dos casais sobre si mesmos, “sobre o espaço da casa, com poucas saídas, interesses e convívios” (Wall, 2012: 46).

É importante perceber que o processo de individualização das sociedades contemporâneas e da estruturação das famílias não abalou a continuidade da importância do parentesco nas relações sociais dos indivíduos. Em Portugal, onde os valores familistas são centrais, “com notória centralidade da família na proteção social” (Portugal, 2006: 6), pensar a questão familiar relacionando-a com as questões da autonomia e da dependência torna-se fundamental para a compreensão da identidade e da liberdade dos indivíduos. A família, por enfrentar hoje o desafio de “conciliar a vida em comum com a liberdade e

identidade pessoais (Singly, 2012), constitui-se também como um núcleo de tensões, paradoxos, contradições e negociações. Alguns valores “antigos” parecem prevalecer nas relações no seio da família, dado que se confirma a continuidade dos “intensos fluxos que circulam de pais para filhos” (Portugal, 2006: 607). Devido a este cenário, os princípios da não-ingerência e da liberdade individual são muitas vezes colocados em causa no seio familiar, restringindo-se em último caso a autonomia dos indivíduos.

Desde o trabalho de Bott, que sabemos que, dependendo das características das redes de relações sociais, existe mais ou menos controlo social e sentido de obrigatoriedade a regular as relações no interior das mesmas, que influenciam a intimidade e a tomada de decisões dos indivíduos (Bott, 1955: 360). Em Portugal, alterações no Código Civil de 1997 apagam da sua constituição figuras anacrónicas como o chefe de família, no entanto, “mantiveram a consagração das obrigações entre pais e filhos, permanecendo de uma forma bastante vincada a ideia de pais e filhos se deverem apoio mútuo” (Portugal, 2014: 27). Assim, percebemos que as relações familiares não só continuam a ser regidas pela valorização das obrigações familiares, como estas continuam consagradas nas leis fundamentais do país.

1.2 As Redes de Relações Sociais

As redes de relações sociais assumem-se como um foco privilegiado para a compreensão dos indivíduos, indo além do domínio doméstico e familiar. Assim, mais do que o estudo das relações familiares, propomos o estudo das redes de relações sociais das viúvas. Este estudo deve ser complementado com a análise dos contextos vivenciais, familiares, sociais e históricos em que elas se inserem. Afirmando, assim, que a agência e a autonomia individual no que diz respeito à configuração das redes de relações sociais, não se anulando, são permeáveis às transformações e normas estabelecidas nesses contextos. Tal como Bott adiantava no seu estudo pioneiro, a explicação das características de uma determinada rede vai além da constituição dessa família, implicando não só a compreensão do meio social em que os membros dessa rede se inserem, como também das características desses indivíduos, a agência e a reação dos mesmos perante acontecimentos e transformações desencadeados nesse contexto social “macro”. A família é, ela própria, reflexiva.

A pluralização e o surgimento de arranjos familiares alternativos aos modelos tradicionais “tem contribuído para a pluralização dos tipos de redes pessoais” (Widmer, 2010 *apud* Gouveia, 2006: 134). Não só surgem diferentes configurações de redes de relações sociais, como as características basilares dessa configuração parecem ter hoje “a tônica na agência e na liberdade de escolha das relações pessoais”, sendo que essa escolha relacional estará sempre inscrita nos contextos sociais onde ela ocorre (**idem**).

Para a abordagem da experiência da viuvez, que aqui se pretende realizar, há que considerar todos estes fatores. A bibliografia existente oferece algumas pistas quanto à influência das redes de familiares e pessoais próximas na experiência da viuvez, nomeadamente no que à sua vida amorosa diz respeito, mas será necessário precisar de que forma essas pessoas se relacionam com as viúvas, como interagem, com que frequência e que recursos transacionam. Assumindo que os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve (Portugal, 2007: 8) – as relações que estabelecem e as estruturas sociais em que se inserem – e que esse tecido social condiciona os recursos a que acedem, torna-se indispensável o estudo das redes sociais das viúvas. Através do estudo dessas redes de relações e das suas características tentar-se-ão compreender os seus comportamentos e o sentido que dão à experiência da viuvez. Mas quem é que pertence a essas redes? E como se constrói a abordagem sociológica à rede?

Utilizando o conceito de rede social proposto por Mercklé (2004: 4 *apud* Portugal, 2006), e tendo em atenção alguns problemas no seu uso para os quais Portugal (2007: 28) chama a atenção, procura-se uma resposta a estas questões. Para Mercklé (*idem*), por rede social entende-se “um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável.” É verdade que o conceito proposto permite ultrapassar alguns dos constrangimentos das abordagens sociológicas tradicionais, albergando uma grande variedade de objetos e fenómenos (Portugal, 2007), que ultrapassam os grupos ou categorias institucionalizadas e convencionalmente utilizadas no trabalho sociológico. Mas, também por isso, surge a necessidade de perguntar: quais são essas unidades sociais? que tipo de relações estabelecem entre si? como interagem? o que trocam? *Quem? O quê? Como?* são as perguntas que Sílvia Portugal (**idem**) sugere para analisar a morfologia das redes, os indivíduos e os conteúdos das redes de relações sociais estudadas, a partir da construção de uma rede *egocentrada*, ou seja, centrada numa pessoa – *o ego*, no nosso caso, a viúva.

A partir destas questões podemos identificar *os nós* – os elementos da rede que estabelecem ligação com o ego, que podem ser parentes, amigos ou vizinhos – e *os laços* que os elementos estabelecem entre si dentro da rede. Segundo a análise proposta pela autora, esses laços podem ser avaliados segundo um conjunto de propriedades que os define (quanto ao seu conteúdo, tipo e diversidade dos fluxos que neles circulam). Quase tão importante como perceber a forma das redes de relações das viúvas e a forma como estas influenciam as suas experiências, é perceber o que é que acontece a essas redes depois da viuvez: reconfiguram-se? como? porquê?

Para o estudo da morfologia das redes de relações sociais das viúvas seguiu-se a proposta metodológica de Portugal (2014). Assim, recolheu-se informação acerca das *redes de íntimos* (quem são as pessoas mais próximas?), *redes de interação* (com quem interagem?) e *redes de troca* (com quem transacionam serviços e apoios diversos). Analisaram-se as *propriedades dos laços* que se estabelecem dentro dessas redes, para depois chegar até às propriedades destas últimas. Identificaram-se os seguintes tipos de laços: *fortes ou fracos* (intimidade, duração da relação, intensidade emocional); *positivos, negativos ou mistos* (identificação, pertença, diferenciação ou indiferença); *ativos ou passivos* (interação frequente ou irregular), *de parentesco ou não*. Avaliaram-se os laços em função do seu “*conteúdo, diversidade, frequência, duração, interferência*” para chegar até às propriedades das redes: “*dimensão, densidade, orientação, segmentação, sobreposição ou dissociação*” (Portugal, 2014: 143-144).

Faz-se uso destas dimensões analíticas para analisar a morfologia das redes de relações sociais das mulheres viúvas. Pede-se às entrevistadas – *egos* das redes – que nomeiem *as pessoas que consideram ser-lhes mais próximas*, a sua *relação* e a *distância geográfica*, torna-se possível construir a sua rede de íntimos e caracterizar as propriedades desses laços. Pedindo que nomeiem *as pessoas que lhes prestam apoio*, o *tipo de apoio*, a *relação* estabelecida, a *frequência* e a *forma de interação* e a *distância geográfica*, constroem-se as redes de interação e de trocas.

1.3 Trabalho Assalariado e Trabalho Não Remunerado

Para uma análise completa da viuvez feminina entende-se ser necessário o conhecimento das especificidades do contexto português que enquadram as histórias de vida para aqui trazidas. Nesse sentido, assumindo a relevância da história social, económica e política do país, salientamos de seguida alguns aspetos significantes na sociedade portuguesa contemporânea, entrecruzando-os com as principais linhas teóricas da problemática deste trabalho de investigação.

Em Portugal, a partir dos anos 60, mas principalmente depois de 1974, ano da Revolução de Abril, registaram-se transformações demográficas com impacto nas relações conjugais e familiares, como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a progressiva feminização do ensino superior, a diminuição do número de filhos e o aumento do número de divórcios. Até Abril de 1974, Portugal viveu submerso numa longa ditadura. No seguimento da Revolução, assiste-se a uma melhoria generalizada das condições de vida e consequências ao nível dos valores da sociedade portuguesa. Se, por um lado, as mudanças permitiram que Portugal alinhasse no movimento de privatização e individualização da vida conjugal e familiar, por outro, não conseguiram eliminar todos os resquícios normativos de uma moral social e sexual rígida e conservadora. Uma moral que se enquadra na ideologia política, religiosa e moral do Estado Novo (Policarpo, 2011: 49) e que se traduz, ainda hoje, na imagem estereotipada e generalizada das mulheres viúvas, assim como nas representações que elas próprias veiculam sobre elas e sob as quais constroem a sua experiência de viuvez.

Quase subitamente, a partir de meados da década de 70, aquando da instauração e consolidação da democracia portuguesa, “as mulheres viram a sua condição social alterada em vários domínios”, nomeadamente o profissional ao “ser-lhes aberto o acesso a todas as carreiras profissionais” (Ferreira, 1999: 2). A ordem jurídica alterou-se no sentido da democratização da vida social, privada e profissional dos indivíduos, sobretudo das mulheres, através de leis que presumiam igualdade entre homens e mulheres. Mas será que a realidade empírica as acompanhou?

Ao nível do ensino, a feminização rapidamente se tornou clara, assim como, mais tarde, o mesmo se verificou ao nível do emprego, com evolução significativa na taxa de atividade feminina. Em 1974, Portugal era já um dos países, entre os europeus, a registar os maiores números de mulheres ativas a trabalhar a tempo inteiro (Aboim, 2010: 39).

Mas será que a rápida e crescente participação das mulheres na esfera laboral significou: 1. um acesso igualitário entre homens e mulheres aos mesmos sectores de emprego, ocupações, condições e remunerações? 2. uma responsabilização equitativa entre homens e mulheres pela execução das tarefas domésticas? Será que hoje assistimos a um modelo de divisão sexual do trabalho mais igualitário e democrático ou a uma feminização das condições laborais dos homens (Ferreira e Monteiro, 2015: 65)?

Autoras apontam até para uma sobrevalorização da elevada taxa de atividade feminina (Ferreira, 1981; Ferreira e Monteiro, 2015), acrescentando que nela não se incluem diversas formas de se ser economicamente ativo, dizendo-nos muito pouco acerca das tarefas executadas. O caso português é demasiado específico em termos de atividade feminina para que a partir desta taxa se extravasem conclusões sobre a condição económica e profissional das mulheres portuguesas.

Ainda que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tenha sido um dos passos mais importantes no caminho da igualdade entre homens e mulheres, esta não significa *per si* o estabelecimento desse modelo igualitário face à realidade laboral, tão pouco face à realidade doméstica. Na verdade, nas vidas conjugais e domésticas parece não ter havido mudanças significativas que nos façam concluir que a entrada das mulheres na esfera pública se tenha refletido numa idêntica entrada dos homens no domínio privado (Aboim, 2010: 50). Ainda que a modernização, através da profusão de eletrodomésticos (Ferreira, 1981: 69), pareça ter facilitado o trabalho doméstico e reduzido o tempo necessário à execução das tarefas que lhe são inerentes, as mulheres continuam sobrecarregadas – mais ainda se falarmos de mulheres cuja situação económica não lhes permita a aquisição da maior parte desses equipamentos, para não falar da impossibilidade de contratar alguém para desempenhar parte das tarefas.

Embora não se encontre atualmente na sociedade portuguesa um modelo de domesticidade feminina (ou seja, a preponderância de um modelo assente no trabalho doméstico feminino a tempo inteiro), “sendo as mulheres portuguesas as que mais se inserem no mercado de trabalho, estas são também as que contam com menos ajuda nas tarefas domésticas por parte dos homens.” (Ferreira, 1999: 17). Pelo contrário, em Portugal, segundo Wall e Guerreiro (2005 *apud* Aboim, 2010: 45), encontramos um claro modelo de duplo – emprego, onde as mulheres parecem assumir um verdadeiro “duplo turno” de trabalho (**idem**), ao conciliarem as tarefas dentro e fora de espaço doméstico, tarefas domésticas e tarefas profissionais. Para além disso, as suas trajetórias profissionais

são as mais intermitentes, carregadas de constrangimentos vários profundamente relacionados com a vida familiar (Aboim, 2010: 45). Os resultados do inquérito nacional realizado às famílias portuguesas que Karin Wall coordenou demonstram-nos claras “assimetrias de género quanto às trajetórias profissionais” (2012: 48): enquanto os homens trabalharam quase sempre a tempo inteiro, com raros períodos de interrupção profissional, as mulheres apresentam trajetórias profissionais mais complexas. A autora apresenta-nos três tipologias de trajetórias profissionais femininas: na primeira cabem as mulheres que trabalharam sempre (a tempo inteiro ou, às vezes, a tempo parcial); na segunda, as mulheres que se dedicaram sempre e a tempo inteiro ao trabalho doméstico e, por último, as mulheres cujas trajetórias foram marcadas pela entrada e saída do mercado de trabalho (**idem**).

No que à divisão sexual do trabalho diz respeito, mesmo que esta diferenciação tenda a esbater-se nas gerações mais novas das sociedades ocidentais, esta continua a ser moldada com representações sociais tradicionais do que é ser mulher e do que é ser homem. Representações que se refletem no “carácter suplementar” que é atribuído ao salário das mulheres, que “se expressa no seu menor valor relativamente ao salário masculino” (Ferreira, 1981: 79), ou mesmo no valor auferido, sendo que a diferença salarial entre homens e mulheres “continua superior a 20% e nada prevê uma melhoria clara ou rápida” (Ryder, 2015: 6). Talvez devido a esse carácter suplementar as mulheres estejam mais expostas a situações de desemprego, desvalorizando-se, ainda, o peso do salário feminino nos seus agregados. Mas não só. O despedimento feminino é mais frequente nas mulheres também fruto da “condição feminina”: o “risco” de ser mãe e cuidar dos filhos, ter que cuidar dos ascendentes e descendentes, é considerado um risco para a produtividade.

Esta discriminação faz com que as mulheres tendam a trabalhar em sectores da economia menos remuneratórios e, por isso, socialmente desvalorizados, ocupando postos de trabalho que requerem menos qualificações (Ferreira, 1994: 142). Nem a feminização do ensino superior e as altas qualificações das mulheres parecem contrariar esta tendência. Concentram-se nesses sectores profissionais e em certas ocupações, sendo excluídas de outras e de determinados patamares de remunerações.

Para além disto, as mulheres continuam a estar sobrerrepresentadas nas formas atípicas de emprego e no trabalho familiar não remunerado (Ryder, 2015: 6). Sabemos que o mercado informal é tendencialmente ocupado por mulheres, sendo elas quem mais

facilmente arranja atividades de substituição no seio doméstico ou no mercado informal em caso de desemprego. Falar de trabalhos à margem do mercado formal, do enquadramento da proteção e da segurança social é falar de uma maior exposição a situações de vulnerabilidade e pobreza.

1.4 Deus, Pátria e Família VS Estado, Mercado e Sociedade

Também resquício do longo regime fascista vigente em Portugal é o carácter específico que o Estado-Providência português assume. Em Portugal, a existência do sistema articulado entre Estado, Mercado e Sociedade, que fornece assistência e proteção social – Estado Providência – apoia-se fortemente na existência de mecanismos informais, ou seja, em redes sociais de proteção informal, não contratuais – a chamada Sociedade-Providência (Santos, 1995). Durante muito tempo o lugar da tríade Estado, Mercado e Sociedade parece ter estado ocupado pela trilogia Deus, Pátria e Família, onde esta última, ao ver-se “obrigada a criar o seu próprio sistema de provisão social”, assumiu um papel crucial (Portugal, 2014: 21). A providência social portuguesa é por isso profundamente dependente dos vínculos estabelecidos ao nível do parentesco, amizade e vizinhança, nos quais assentam as redes de apoio. Segundo Boaventura Sousa Santos (1995), a sociedade-providência consiste em:

“uma rede de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseadas em laços de parentesco e vizinhança, através dos quais grupos primários trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à de dom estudada por Marcel Mauss”

Se é “impossível falar de políticas sociais em qualquer país sem discutir a relação do Estado com a família” (Portugal, 2000: 81), no caso português essa relação acentua-se e assume um carácter muito específico, dadas as fragilidades do Estado-Providência português e a tradição de uma “ideologia ruralista e familista” que sobreviveu ao fim do Estado-Novo (Portugal, 2014: 21). Especialmente em Portugal, o Estado-Providência é substituído a diversos níveis pela sociedade civil, o que é, ao mesmo tempo, consequência e alavanca do perfil das políticas sociais e para a família em Portugal.

A assistência e providência social portuguesa é marcada pela deterioração dos seus serviços. Pedro Hespanha (1999) sintetiza as consequências da estratégia neoliberal enumerando as medidas restritivas que vieram agravar as fragilidades da provisão estatal em Portugal, são elas: a privatização dos serviços sociais do Estado, a gestão privada dos serviços públicos, a devolução à sociedade civil (ou seja, a desinstitucionalização) da

proteção social estatal, a corresponsabilização dos cidadãos nas despesas sociais e a revitalização dos sistemas de apoio da sociedade civil. Até muito antes da existência do Memorando, diversos autores questionavam já a existência de um Estado-Providência em Portugal, perante a dificuldade de encaixarem o modelo de provisão estatal português naqueles teorizados para os países industrializados do resto da Europa. A crítica de Boaventura Sousa Santos fica sobejamente conhecida por sugerir que o caso português era marcado por uma crise do Estado-Providência, sem nunca o ter tido (Santos, 1987 e Santos 1995).

A herança do passado português faz-se sentir na organização da sociedade atual, moldando a organização familiar, as relações sociais de sexo e a construção do bem-estar individual e coletivo de características específicas, colocando Portugal, no espectro europeu, apenas ao lado de outros países do sul (Portugal, 2014: 8). Segundo Boaventura Sousa Santos (1995), a crise do Estado-Providência tem consequências a nível económico, demográfico, social e estrutural, que levam à necessidade de encontrar meios de compensação dessa fragilidade. Uma dessas formas é a sociedade civil, que pode ser mais formal (o chamado terceiro sector) ou mais informal (a chamada sociedade providência). Devido a essa herança, é a Sociedade-Providência, que é o mesmo que dizer a família, quem tem assegurado a satisfação das necessidades da população, garantindo a sua proteção social e colmatando as falhas da providência estatal (**idem**).

A fragilidade das instituições de proteção social em Portugal (Hespanha, 2000) perpetuam desigualdades no acesso a bens e serviços. As mulheres são as que mais recorrem a serviços sociais e as que providenciam assistência e cuidados, são por isso penalizadas e sobrecarregadas pela inexistência e/ou ineficácia de políticas públicas sociais (**idem**), nomeadamente das que dizem respeito à família, dada a “centralidade do trabalho feminino ao nível dos cuidados e o impacto diferenciado de políticas públicas para homens e mulheres” (**idem**). Dizer que as famílias assumem grande parte da provisão socialmente produzida é o mesmo que dizer “as mulheres” – a diferença está no (não) reconhecimento da centralidade do seu papel. Tal como Portugal (2000: 82) comprovava no início dos anos 2000, são elas que enfrentam “problemas complexos” desencadeados pelo perfil do Estado-Providência português e por características demográficas e culturais da sociedade contemporânea, entre eles o aumento da população dependente (crianças e pessoas idosas), a diminuição dos recursos para prestação de cuidados e, ainda, a

conjugação do trabalho com a reprodução social familiar. Quase duas décadas depois, estes são problemas que persistem.

Percebidas as fragilidades e persistências da provisão estatal portuguesa, é importante voltar à discussão da manutenção de algumas tendências tradicionais nos modelos familiares portugueses. Tal como Portugal alerta (2006: 8), em Portugal, “a manutenção dos modelos tradicionais parece ser mais uma questão de sobrevivência do que de escolha na escassez de alternativas”. Devido às características do Estado-Providência português, a “autonomização face às relações familiares na produção de bem-estar e satisfação das necessidades individuais” (**idem**) não é possível, continuando a ser a família o núcleo a que se recorre para obter diversos recursos e apoios. Considera-se por isso indispensável para o estudo das mulheres viúvas e das suas redes de relações sociais, uma análise que integre a relação da família com as restantes esferas de produção de bem-estar.

1.5 O Percurso da Pesquisa

É em torno dos eixos temáticos até aqui apresentados que se desenha o modelo analítico desta dissertação. Dada a sua particular relevância para a abordagem da viuvez feminina, é em torno da revisão dos estudos da *network analysis* que se configuram as hipóteses centrais de investigação. Segundo os princípios teóricos anteriormente explanados, as redes de relações sociais dos indivíduos condicionam-nos ao nível do acesso a recursos, das representações, dos comportamentos e das experiências. Assim, a primeira hipótese é construída em torno da ideia de que A viuvez na terceira idade é influenciada pelas redes de relações sociais das mulheres que as experienciam. Por outro lado, sendo a identidade das mulheres fortemente estruturada em torno da relação conjugal, e elevado o seu investimento no espaço privado e doméstico, a viuvez assume-se como um acontecimento transformador dos seus círculos sociais e das suas sociabilidades. Coloca-se, assim, uma outra hipótese central que afirma A experiência da viuvez como reconfiguradora das redes de relações sociais das viúvas.

Uma terceira hipótese é formulada em torno das consequências da viuvez na provisão de bem-estar no seio familiar. Sabemos que as obrigações no interior da vida familiar se estruturam normalmente segundo “um processo de verticalização no interior da rede” (Portugal, 2006: 587). Portugal (2008: 29) sugere que, “dado que os fluxos de

ajuda são maioritariamente descendentes, a velhice dos pais é_a ocasião que permite a inversão da assimetria estabelecida no decorrer do ciclo de vida”. A questão coloca-se sobre o sentido do apoio familiar entre filhos/as e mãe, após a morte do cônjuge. Sugere-se que A viuvez altera o papel das viúvas na provisão de bem-estar no seio familiar.

Apesar da tradição quantitativa dos estudos ancorados na *network analysis*, neste trabalho, a escolha recai sobre a utilização de uma metodologia qualitativa. Acredita-se que os planos de investigação qualitativos/interpretativos trazem vantagens incalculáveis no estudo do social. Tal como Becker (1996) afirma, estudamos atores que também observam e têm uma perceção própria sobre a realidade social. Perceções essas que a epistemologia qualitativa mostra ter maior capacidade de levar em conta, ao permitir ir ao encontro de objetividade, sem que a subjectividade dos indivíduos seja desprezada. Citando Becker (1996), a metodologia qualitativa é a indicada para o estudo e compreensão de fenómenos específicos, como é o caso do objeto empírico desta investigação: a compreensão da experiência da viuvez feminina e a sua articulação com as redes de relações das viúvas. Pretende-se a compreensão de continuidades, estabilidades e ruturas ao longo da trajetória das mulheres viúvas. Por dar conta do inesperado, daquilo que nos pode surpreender durante o trabalho de campo e por abrir o trabalho a pormenores e aspetos mais minuciosos que não estavam previamente contemplados (Becker, 1996) – aspetos que traduzem a diversidade e a riqueza que caracteriza o social – entendemos a aplicação da metodologia qualitativa como a mais indicada para levar a cabo esta pesquisa.

Opta-se pela realização de entrevistas, cujas vantagens poderíamos reduzir ao facto desta técnica convidar as entrevistadas a responder nos seus próprios termos ao que lhes é perguntado, sem que se deixem influenciar por termos e quadros referenciais explícitos noutros métodos – e isso para nós seria suficiente. As entrevistas proporcionam, devido à maior liberdade de interação que possuem, a possibilidade de analisar o sentido que as entrevistadas dão às suas ações e uma maior profundidade na informação obtida, assim, com maior valor interpretativo. Para além disso, como já se disse, as pessoas estudadas são também elas pessoas observadoras, com perceções próprias em relação àquilo que observam. A entrevista não só permite aceder a essas perceções – à subjectividade dos indivíduos, como também aproximar de um trabalho sociológico que não vê os atores envolvidos apenas como atores a observar, mas também como elementos privilegiados para recolha de informação. Nesta dissertação, dada a

inexistência de bibliografia dedicada à temática da viuvez feminina no contexto português, as entrevistas revelaram-se cruciais para responder aos objetivos de investigação.

A escolha recai, assim, na realização de entrevistas em profundidade. Nesta investigação, a flexibilidade da situação de entrevista reforça-se como um fator fulcral, pois, os temas abordados (como a vida amorosa e aspetos da relação com o cônjuge falecido) são na sua maioria circunscritos à esfera privada e íntima, que estimulam memórias emotivas, geralmente de difícil partilha, alguns até considerados tabu. A possibilidade de desencadear momentos de especial sensibilidade e emoção reitera a importância de respeitar a dinâmica de interação com as pessoas entrevistadas.

Na análise das redes de relações sociais, existe a dificuldade metodológica de encontrar todos os elementos de uma rede de relações e, por isso, o perigo de se excluir da análise outras pessoas não consideradas “íntimas” pelas entrevistadas – como acontece em muitos casos com os vizinhos, a família alargada, a família do cônjuge falecido, pessoas com quem se estabelecem relações conflituosas, por exemplo – mas que mesmo assim poderão constituir pontos de referência na definição da conduta do indivíduo (Milardo, 1998 *apud* Portugal, 2007: 28). Uma das estratégias utilizadas para colmatar este problema, passa por inquirir as entrevistadas acerca de cenários concretos - “situações que tipificam o dia-a-dia da maioria dos indivíduos” (*idem*), de modo a identificar os atores nessas situações. Esta estratégia contribui, também, para tornar os dados recolhidos mais diversificados e enriquecer o seu valor interpretativo. No entanto, é preciso fazê-lo de forma cautelosa para que se evite fazer da entrevista uma situação de inquérito sucessivo sobre diferentes acontecimentos – o que pode ser muitas vezes tentador, dado o envolvimento na situação de entrevista.

Participaram neste estudo mulheres viúvas com idades compreendidas entre os 60 e os 75 anos⁵. e em situação de viuvez há pelo menos 1 ano e meio - este é o período de tempo entendido como mínimo para a compreensão e interpretação de mudanças, continuidades e ruturas desencadeadas pela viuvez em comparação com o período de viuvez das mulheres participantes de outros estudos [(Bankoff, 1983: 829); Stedile, Martini e Schmidt, 2017: 331), (Morgan, Carder e Neal, 1997: 748), (Ha, 2008: 306) e (Lopata, 1978: 356)]. Para que fosse possível analisar as especificidades das relações de

⁵ Três das entrevistadas têm mais de 75 anos devido a equívocos nos contactos estabelecidos.

parentesco face às restantes relações estabelecidas, incluímos no grupo de viúvas entrevistadas mulheres com e sem filhos, sendo que, atualmente, todas elas vivem sozinhas. Procurou-se a maior diversidade possível em relação aos seus níveis de escolaridade, práticas religiosas, origem geográfica e classe social. Esta foi uma condição valorizada no sentido de ir ao encontro do objetivo de construir uma análise interseccional da viuvez e de perceber de que forma estas variáveis interagem entre si, sabendo que de todas elas resulta um acesso diferenciado a recursos e oportunidades. O princípio orientador do trabalho de campo nunca foi formar um grupo cujo número de entrevistadas fosse representativo da “verdade última” (Mendes, 2003: 1), que nos permitisse alcançar a segurança comparativa ou a replicabilidade dos dados recolhidos. Um outro conceito orienta esta questão: o conceito de saturação. Strauss e Glaser (1967) definem-no como o momento do trabalho de campo em que quem investiga (entrevista e/ou observa) sente que os dados recolhidos se tornaram já previsíveis e repetidos, Segundo Johnson (2002: 113), esse é o momento em que a curva de aprendizagem atinge o seu pico, a partir do qual “se aprende progressivamente menos com as entrevistas”. Mas, para isso, quantas entrevistas é que são suficientes? Quando é que já não ouvimos nada de novo em relação às entrevistas anteriores? Walker (1985) dir-nos-ia que as suficientes (“*enough*”), o que se traduziu em 15.

Ao todo, 15 mulheres viúvas⁶ foram entrevistadas, o que resultou em cerca de 14h de entrevista, guiadas por questões que constavam de um guião⁷ previamente construído tendo como orientação as linhas teóricas e os princípios metodológicos até aqui enunciados. Os contactos foram realizados partindo das redes pessoais (minhas e da minha orientadora) e através de uma estratégia de bola de neve.

Devido a limitações temporais e financeiras impostas à realização do trabalho de campo, só foi possível levar a cabo entrevistas junto de mulheres viúvas a residir na zona centro do país, entrevistando-se residentes em zonas urbanas e rurais.

As entrevistas realizaram-se em locais e horários sempre escolhidos pelas entrevistadas. Algumas aconteceram na casa das mulheres entrevistadas, que mais do que abrir as portas das suas casas, nelas me acolherem com uma generosidade que me surpreendeu de todas as vezes que o fizeram. As restantes entrevistas realizaram-se nos

⁶ Duas das entrevistas não foram gravadas e, como tal, os discursos não são usados na análise. No entanto, as notas tomadas informaram a análise dos capítulos que se seguem.

⁷ No Anexo 1 encontra-se o guião da entrevista.

locais de trabalho das entrevistadas – a saber, duas escolas secundárias, um restaurante e uma casa – e as restantes noutras, também escolhidos pelas entrevistadas – a saber, uma capela, um café, uma pastelaria e um centro de atividades culturais e desportivas. As casas das entrevistadas, em comparação com os restantes locais nomeados, mostraram ser espaços privilegiados para a realização de entrevistas, não só pela privacidade, como também pelo “à vontade” verificado nas entrevistadas em estarem em casa e por permitirem muitas vezes o recurso a elementos da própria casa (como fotografias, plantas e outros objetos) para ilustrar os seus discursos. Nas conversas levadas a cabo em espaços como o café ou a pastelaria, apesar de estas não terem sido explicitamente marcadas por algum acontecimento, esteve sempre presente nas entrevistadas uma atitude de quase autodefesa perante a possibilidade de exposição a pessoas desconhecidas – atitude patente quer na limitação dos episódios narrados, quer na moderação do tom de voz, assim como na constante vigilância do que se passava ao redor⁸.

A desvalorização dos discursos foi uma questão presente ao longo do trabalho de campo. Apesar de ter explicado inúmeras vezes o objetivo da entrevista, assegurado o anonimato e referido não haver “respostas certas” ou “respostas erradas” em todos os contactos estabelecidos, as entrevistadas desvalorizavam o seu conhecimento e as suas narrativas. Aliás, uma das entrevistas não foi gravada, pois, na opinião da entrevistada nada do que ela poderia dizer justificaria a sua gravação, por não ter qualquer relevância. Mesmo comentando situações e experiências próprias – pessoais, singulares e subjetivas – às vezes, interrompiam os discursos para pedir que as corrigisse caso estivessem a dizer algo errado, para dizer que provavelmente já saberia tudo aquilo que me estavam a dizer ou para desconsiderar as suas falas – “isto provavelmente já não lhe interessa nada”. Sintomática de uma clara relação de poder estabelecida entre quem entrevista e a pessoa entrevistada, esta preocupação com as respostas (como se estivessem a ser postas à prova) era mais notória no início da entrevista, já que com o decorrer da mesma, acabavam diluídas no mergulhar nos assuntos do quotidiano e no exercício retrospectivo que o relato de episódios do passado lhes exigia. Durante grande parte do tempo da entrevista, estas mulheres conversaram sobre quem – regra geral – sentem falta e com quem partilharam a maior parte da sua trajetória, independentemente dos contornos dessa vida partilhada. E como é que se fala de alguém que já cá não está? Deles se falou bem e mal, com mais

⁸ No Anexo 2 encontra-se a descrição das situações de entrevista.

ou menos detalhe – quase sempre mais do que eu poderia prever. Dificilmente se esquecerá a relação de empatia estabelecida em todas as conversas, sem a qual não seria possível a partilha de histórias e episódios tão íntimos como os que em tempos partilharam com os seus maridos. Também por isso se tornou difícil a tarefa de trazer esses discursos para este trabalho, analisando-os sociologicamente e da forma que se acredita ser a mais justa possível, de acordo com o que a sua singularidade exige.

Foram as seguintes as mulheres que emprestaram as suas histórias de vida a esta investigação⁹:

Adília Ferreira tem 67 anos, a 4ª classe e vive na mesma zona onde nasceu e cresceu – zona periférica de uma cidade. Começou a trabalhar aos 12 anos e desde então trabalhou em várias fábricas, tendo sido de porcelanas a fábrica onde trabalhou mais tempo. Reformou-se aos 55 anos. É viúva há 16 anos, tem dois filhos e quatro netos.

Ana Coelho tem 77 anos, andou apenas um ano numa escola da freguesia onde nasceu e vive. Foi cozinheira em casamentos e, de vez em quando, costumava desempenhar as mesmas funções num restaurante – onde ainda vai “ajudar”, esporadicamente, a pedido da filha. Tem dois filhos do marido, que morreu há 11 anos.

Anabela Rodrigues tem 76 anos, a 4ª classe, é natural da cidade onde ainda hoje reside. Foi empregada de consultório antes de ser empregada de comércio, ficou desempregada e hoje é reformada. É viúva há dez anos e não tem filhos.

Carminda Oliveira tem 72 anos, a 4ª classe, nasceu e vive numa vila com características rurais. Ainda muito nova começou por trabalhar nas “terras de senhores” na sua localidade, mas depois conseguiu trabalhar numa escola de saúde – trabalho do qual se aposentou há 8 anos. Não tem filhos e é viúva há 13 anos.

Cecília Nunes tem 73 anos e o antigo quinto ano liceal. Nasceu no centro de uma cidade, mas atualmente mora num bairro localizado na periferia dessa cidade. Trabalhou cerca de um ano num escritório e a maior parte da sua vida no município da cidade. Está aposentada há 13 anos, depois de um período de 2 anos de baixa, no seguimento da qual lhe atribuíram a reforma por invalidez. É viúva há 24 anos, tem uma filha e três netos.

Célia Cardoso tem 68 anos, é natural de uma aldeia e é aposentada desde setembro no ano passado. É doutorada e era professora do Ensino Superior. É viúva há 24 anos, tem uma filha e uma neta. Atualmente, vive no centro de uma cidade.

⁹ No Anexo 3 encontra-se um quadro com uma síntese da informação sociodemográfica das entrevistadas.

Deolinda Barros tem 65 anos e a 4ª classe Nasceu num concelho da região norte, onde cresceu e viveu até se casar e se mudar para a aldeia onde ainda hoje reside. É costureira e tem dois filhos (vivem em França e na China e três netos. É viúva há 6 anos.

Filomena Couto tem 60 anos, uma licenciatura e uma pós-graduação. Depois de uma trajetória profissional e geográfica diversificada, é psicóloga numa Escola Secundária na zona centro. Vive numa zona central da cidade. É viúva há 9 anos e tem duas filhas.

Joana Matos tem 69 anos e a 4ª classe. É natural de uma cidade da região centro que não a do atual local de residência - onde também é proprietária de um restaurante. Vive ao lado do restaurante e lá trabalha. O marido morreu há 23 anos. Tem dois filhos e dois netos.

Luísa Lopes tem 75 anos e é natural de uma cidade da zona centro. Tirou um curso numa instituição de artes plásticas, que lhe deu a habilitação necessária para dar aulas num instituto para pessoas com problemas de audição. Casou-se duas vezes, não teve filhos, apenas uma enteada. É viúva há pelo menos 14 anos.

Lurdes Rocha tem 72 anos. Estudou até à 4ª classe e trabalhou “as terras de várias patroas” até começar a trabalhar na casa onde a entrevistei. Passou, então, a ser empregada doméstica, profissão que ainda exerce. Tem duas filhas, uma vive em França e a outra ao lado dela, numa aldeia perto da cidade onde trabalha. Tem netos e aguarda o nascimento do bisneto, que está para breve. É viúva há 18 anos.

Otília Pinheiro, de 75 anos, concluiu o sétimo ano de escolaridade, nasceu numa vila e hoje vive no centro de uma cidade da mesma zona. Foi durante quase toda a sua trajetória profissional funcionária pública na área da saúde, tendo antes disso dado aulas durante 2 anos numa escola secundária. Está aposentada há 20 anos, viúva há 2 e não tem filhos.

Patrícia Terras nasceu na cidade onde ainda hoje vive, tem 72 anos, três filhos e netos. Tem o 9º ano e um curso de escriturária que fez em regime pós-laboral enquanto trabalhava num escritório. Depois disso, trabalhou como administrativa num instituto de saúde, de onde se aposentou quando o marido ficou doente. É viúva há 11 anos.

Rosa Margarida tem 63 anos e vive no centro de uma cidade. Concluiu o mestrado e é professora do Ensino Secundário. O marido faleceu há 3 anos. Não tiveram filhos.

Sílvia Gonçalves tem 79 anos, a 4ª classe e o curso de cabeleireira, que tirou aos catorze anos. Nasceu numa cidade da zona centro e, antes de se mudar para a cidade onde hoje reside (no mesmo distrito onde nasceu), viveu na região do Alentejo. Foi cabeleireira, profissão que exerceu a partir dos 16 anos (idade com a qual abriu o seu próprio estabelecimento), tendo-se reformado aos 75. Casou-se duas vezes, tem três filhos do primeiro casamento e é viúva do segundo há 3 anos.

É com base nas histórias de vida destas 15 mulheres que se escreveu o texto que se segue. Apesar da construção hipotético-dedutiva do trabalho, os capítulos seguintes nasceram sobretudo dos seus discursos e o texto segue as suas narrativas, num registo descritivo que pretende revelar as suas experiências através das suas próprias palavras.

2 | Cuidadoras a Vida Toda: as casas, os pais, os maridos, os filhos e os netos

A breve história da assistência e providência social portuguesa é marcada pela fragilidade dos seus serviços. Esta condição precária perpetua desigualdades no acesso a bens e serviços: quem é economicamente desfavorecido não se vê apenas sem assistência estatal, como também sem capacidade económica de aceder aos bens e serviços disponibilizados pelo mercado, recorrendo assim à rede informal de provisão social (Portugal, 1995: 175). As mulheres portuguesas são especialmente penalizadas e sobrecarregadas pela inexistência ou ineficácia de serviços e políticas públicas sociais, dado o seu papel central na família e na provisão social. Segundo Sílvia Portugal (2008: 13) “a excecionalidade do modelo de produção de bem-estar português no contexto europeu [e mesmo entre os países do sul] assenta em três vértices: a escassez de equipamentos sociais de apoio à família, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho de reprodução familiar e a sua elevada participação no mercado de emprego formal e informal”. As mulheres são as principais responsáveis pela manutenção de um sistema de providência social, fornecendo serviços e “cuidados na forma de trabalho não pago” (Portugal, 2008: 6).

Neste capítulo, discutem-se as consequências e os custos para a vida das mulheres entrevistadas, a nível familiar e profissional, decorrentes da articulação do Estado-Providência com mecanismos informais. Observa-se o papel destas mulheres na reprodução social familiar e de que forma conjugam o trabalho assalariado, no caso das mulheres que apresentam trajetórias no mercado de emprego formal. Dão mote à análise algumas questões: ao longo da trajetória de vida destas mulheres verifica-se um compromisso com a responsabilidade, decisão e desempenho das tarefas domésticas ou antes a existência de um modelo de organização doméstica mais democrático e horizontal? que representações sociais do que é ser homem e do que é ser mulher estão na base dessa distribuição de tarefas? A descrição é feita a partir das especificidades de cada uma das histórias recolhidas, e não de padrões identificados, respeitando a singularidade.

2.1 “*Se fosse preciso, ele ajudava*”

As mulheres entrevistadas neste estudo dizem todas ter estado durante a vida conjugal encarregues das tarefas domésticas relacionadas com a manutenção da casa (limpar a casa e tratar das roupas) e o cuidado dos/as filhos/as (no quotidiano, no acompanhamento da situação escolar e extracurricular, assim como em situações relacionadas com idas a serviços de saúde). Tarefas relacionadas com a administração da vida doméstica (todas contidas no jargão “tratar dos papeis”), o jardim/quintal, pequenos arranjos, a manutenção dos animais e com o carro parecem ser aquelas com distribuição menos tradicional. À semelhança dessas, também a preparação das refeições se apresenta como uma tarefa partilhada, ainda que de forma mais esporádica e associada a razões bem específicas – como é o facto de o homem que as desempenhava ser cozinheiro profissional ou as desempenhar raramente, por exemplo, ao fins-de-semana e “quando era preciso”, “por gosto”. As tarefas domésticas que contam com maior participação masculina na sua execução são na maior parte das vezes atividades partilhadas e não exclusivamente masculinas – com exceção das tarefas administrativas.

Deolinda Barros conta que era ela que estava encarregue das tarefas relacionadas com o jardim e os animais, mas que o marido também gostava de “ajudar”. Diz também que o marido sempre gostou de realizar pequenas obras na casa, gosto aguçado com a chegada da reforma. Conta com orgulho que “de manhã, [ele] fazia uma lista das coisas a fazer e gostava de seguir à risca aquilo que programava”. Deolinda também participava nessas obras, nomeadamente na construção da própria casa. “Ele gostava muito que eu trabalhasse com ele”, comenta.

Segundo Nunes de Almeida (1985: 38), este tipo de tarefas “têm um carácter de exceção que confirma a regra”. Tarefas como as enumeradas, criação de animais, construção e melhoria da casa, arranjos, cultivo de terrenos ou da horta, são “atividades mistas e partilhadas, raras e pontuais na vida da família”. São também tarefas de manutenção esporádica da vida familiar e não de subsistência. Essas, as de subsistência, parecem continuar a cargo das mulheres.

Há apenas três casos em que os cuidados relacionados com os/as filhos/as foram temporariamente mais distribuídos entre os dois elementos do casal ou da plena responsabilidade do marido. São casos que se revestem de características que fazem o seu relato valer a pena.

Lurdes Rocha conta que o marido é que acompanhou as filhas na escola, porque “era o único que tinha transporte”. Responsabilidade que assumiu pelas mesmas razões quando a filha mais velha esteve muito doente com uma bronquite complicada. Durante quase dez anos o marido de Lurdes acompanhou a filha em tudo o que a doença acarretou na rotina da família: consultas, rotineiras ou urgentes, vacinas, compra de medicamentos, etc.

Cecília Nunes partilha que era ela quem tratava das deslocações da filha, seja à escola, a outras atividades ou até a serviços de saúde. No entanto, diz nem sempre ter sido assim. Inicialmente, o marido também se envolvia nas tarefas relacionadas com a filha, participando em reuniões escolares, porém, numa dessas reuniões em que participou reconheceu-se como o único homem a participar e decidiu, tal como Cecília reproduz: “A reunião é para pais, eu só vejo lá mães. Olha, desculpa, mas não te acompanho.” Então comecei a ser sempre eu.”.

No caso de Filomena Couto, a transição de um modelo mais igualitário de divisão das tarefas domésticas para um mais próximo “do modelo tradicional”, como ela mo descreveu, foi mais complexa. Diz que numa fase inicial da relação, as tarefas e as responsabilidades eram negociadas e definidas explicitamente, resultando numa distribuição que ela considerava justa e que acontecia “de forma natural”: “dividíamos as filhas [duas] e os cuidados”. No entanto, essa divisão alterou-se e ela acabou por assumir a maioria das tarefas e responsabilidades. Ao contrário da maior parte das entrevistadas, Filomena parece ter uma visão crítica do modelo de divisão de tarefas. Diz-me que a mudança da participação do marido na esfera doméstica parece dever-se “a um modelo tradicional masculino que quando acaba a paixão vem ao de cima, como se o papel da mulher tivesse que ser igual ao de uma empregada doméstica”. Não resignada com essa distribuição, diz que teve que negociar com ele: ou voltavam ao modelo inicial de divisão das tarefas ou tinha que haver uma empregada doméstica paga por ambos. E assim foi, contrataram uma empregada doméstica, com maior ou menor frequência “dependendo do poder económico”. No entanto, as tarefas continuavam desequilibradamente distribuídas, segundo Filomena. Devido a um acidente que a deixou profissionalmente inativa e muito limitada na execução de tarefas, encontrou uma oportunidade que “aproveitou” e que resultou numa alteração do modelo de distribuição do trabalho para um mais próximo do modelo inicial, ainda que “com alguma resistência da parte dele”. Filomena diz que as negociações eram recorrentes e deu como exemplo o período das férias. Conta que as

férias eram o período em que as tarefas e as responsabilidades estavam distribuídas de forma mais explícita. A entrevistada ameaçava não ir ou abandonar as férias caso se sentisse sobrecarregada com as tarefas domésticas e isso fazia com que todos os elementos do agregado participassem, “porque sabiam que eu era chata para cumprir com a ameaça” – explica.

2.2 “Como era dantes e não como é agora”

Excetuando quatro casos, a maior parte das entrevistadas assumia as tarefas domésticas quase na sua totalidade, dizendo não ter havido discussão ou negociação na base dessa atribuição de trabalho.

Carmina diz ter sido ela a responsável pelos trabalhos da casa – excluindo as tarefas administrativas desempenhadas pelo marido e a horta onde ambos trabalhavam – e considerar ser esse o papel de uma mulher casada, o de estar em casa dedicada a essas tarefas. Deixa ainda algumas considerações sobre aquilo que lhe parece ser correto numa relação conjugal, acrescentando que “o marido não pode estar em casa sozinho” nem a mulher poderá estar muito tempo fora de casa, pois, “temos o marido em casa à nossa espera”. Para Carmina, o espaço doméstico não é de responsabilidade partilhada e as suas atividades não dizem respeito ao marido, sendo naturalmente atribuídas à condição feminina.

Otília, por sua vez, quando questionada sobre o modo como decidiam entre si a distribuição das tarefas, responde rapidamente que não o discutiam ou negociavam, “era assim porque era assim”. A resposta de Otília não se alonga além disso, já no início da entrevista me havia alertado para o facto de a relação dela com o marido, quanto à divisão das tarefas domésticas, ser “como era antes” e não como é “agora” em que “os dois fazem tudo, também porque ambos trabalham”.

Há também uma sobrevalorização da participação masculina nas tarefas domésticas quase generalizada entre as entrevistadas. As mulheres que assumiam o trabalho doméstico em pleno durante a relação conjugal presumiram quase sempre o envolvimento dos maridos em caso de necessidade – “se fosse preciso ele fazia”. Esta atitude é especialmente notória no caso de Lurdes Rocha e de Carmina.

Lurdes vivia com o marido e as filhas em casa da mãe. Ela e as restantes mulheres da casa partilhavam a responsabilidade e o desempenho das tarefas do campo e

da casa. O genro, marido da filha mais nova, ajudava com alguma frequência nas lides agrícolas e na manutenção dos animais. Quanto às tarefas domésticas, respondendo à pergunta “quem é que fazia o quê?”, Lurdes conta que a mãe tratou sempre das refeições para todos os que com ela viviam, até deixar de o conseguir fazer devido às suas limitações provenientes da idade e da doença. A partir dessa altura, Lurdes ou a filha substituíram-na nessa função. A entrevistada, a mãe e as filhas (até uma delas emigrar) tratavam da roupa e de outras tarefas de manutenção da casa. Diz que o marido tratava das questões mais administrativas, pagar contas e ir ao banco, mas que se fosse preciso “desenrascar”, ele também fazia outras tarefas. Começa por me dizer que o marido às vezes também cozinhava. Depois, explica melhor “Fazia, se fosse preciso fazia, mas era o que ele dizia ‘nunca era preciso’ e nunca fazia”. Acrescenta ainda que o marido não gostava de tratar da casa, “Limpar ou passar a ferro... acho que nunca fez isso!” e que às vezes pedia para elas fazerem essas tarefas e, em contrapartida, ele fazia o jantar, mas que também “não gostava de lavar a louça”. O marido dizia “Eu, serviço de casa, só a comida” se fosse preciso, mas, dizia também ele, “como tinha muitas mulheres à volta, não era preciso fazer nada”. Lurdes diz que quando começou a trabalhar como empregada doméstica, passou a chegar mais tarde a casa e, como a mãe já não conseguia cozinhar, era o marido que “adiantava o jantar” nesses dias.

A opinião de Joana Matos quanto à participação do marido nas tarefas domésticas vai de encontro à de Lurdes. Joana e o marido trabalhavam ambos no mesmo restaurante, do qual eram proprietários. Como tinham muito trabalho, não tinham disponibilidade para as tarefas domésticas, então, contrataram uma das empregadas do restaurante para o efeito, estendendo as suas funções ao desempenho de algumas tarefas domésticas na casa deles. Nos tempos “livres” do trabalho do restaurante, Joana subia a casa e completava as tarefas ainda por fazer. Sobre a participação do marido nesse tipo de tarefas, Joana comenta: “Ele, se fosse preciso passar umas calças, passava, mas não tinha necessidade.”

A sobrevalorização do desempenho masculino nas tarefas domésticas está associada, por sua vez, à desvalorização da desigualdade, basilar no modelo de divisão do trabalho doméstico da maior parte dos casais. Apesar da distribuição das tarefas ser desigual, a maior parte das mulheres não parece questioná-la nem a entender como injusta. Sobre isto, Poeschl, no seu estudo sobre “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideias” – onde procurou “examinar em que medida as concepções da

organização familiar podem explicar a manutenção das práticas tradicionais” (2000: 697) – constatou que a desigualdade é ocultada e desvalorizada pelos cônjuges. A autora diz-nos que “a satisfação feminina com a divisão do trabalho doméstico poderia explicar-se pelo facto de as mulheres serem obrigadas a ajustar as suas expectativas e exigências” (Poeschl, 2000: 696). Nesse mesmo trabalho, Poeschl mobiliza outros estudos que apontam para esta tendência do casal considerar a divisão do trabalho justa e até equitativa, “independentemente da forma como essa divisão se concretiza” (**idem**). Entre os estudos cujos resultados apontam também nesse sentido, são exemplos o trabalho de Baxter e Western (1998), que analisaram a paradoxal satisfação com o trabalho doméstico e o trabalho de Müller (1998) sobre “A micropolítica da diferença de género na vida familiar”. No entanto, aquele que nos parece ser o seu contributo mais proveitoso para a nossa análise é a ideia de que a desvalorização da desigualdade presente na distribuição das tarefas domésticas está relacionada com o termo comparativo das mulheres (Baxter e Western, 1998 *apud* Poeschl, 2000: 697) e com a tendência que elas têm para estabelecer, quanto a esta dimensão, comparações intergeracionais em vez de comparações intersexuais.

Segundo a autora, o facto de as mulheres enfrentarem situações precárias noutras dimensões da sua vida, desiguais em comparação com as dos homens - como é exemplo a condição das mulheres no mercado de trabalho formal e no sistema de providência social - contribui para a normalização e desvalorização de situações de desigualdade e, em consequência, para a já referida adaptação das expectativas. Ao olhar para a sua situação em comparação com outras de maior desigualdade, “as mulheres mostram-se gratas face a qualquer contributo masculino, mesmo que reduzido” (**idem**).

A opinião de Carminda Oliveira parece ser a mais ilustrativa deste comportamento. Carminda começa por me dizer que o marido a ajudava. Apesar do marido não executar qualquer tipo de tarefa doméstica além das de cariz administrativo, ela considerava-o uma ajuda importante. Depois de, no decorrer da conversa, perceber que ela estava encarregue de todas as tarefas domésticas, pergunto-lhe o que é que queria, então, dizer no início da conversa. Explica-me:

Olhe, o meu marido era muito arrumado. Muito, muito, muito arrumado. Ele tomava banho, ele não deixava uma peça de roupa no chão. Ele punha logo a roupa suja no roupeiro. Ele pendurava a toalha, ele limpava a banheira. Ele era muito arrumado, era, era. Ele era muito arrumado. [...] Ele não fazia a cama, não. Era eu. Ele não fazia a cama, mas a roupa da cama ficava toda direitinha para trás, para a cama arejar, para depois quando eu chegasse a casa a fazer. [...] Fazer comida, não fazia. Lavar louça, não lavava. Varrer uma casa,

também não varria. Também não passava a ferro. Filha, o que é, é assim: a roupa dele estava sempre impecável, porque ele tirava a roupa e pendurava-a e ficava logo arrumadinha.

A ideia de que o termo comparativo das mulheres é estabelecido através de comparações intergeracionais em vez de comparações intersexuais também é explicativa da legitimação do modelo de distribuição das tarefas domésticas. A maior parte das mulheres ajudou a mãe nos trabalhos domésticos, tendo contado, também, muitas delas com a ajuda da mãe. Mais do que comparar o desempenho do marido à participação dos seus pais no trabalho doméstico, o que parece acontecer é mais uma comparação das entrevistadas em relação às suas mães. A tendência é, tal como Poeschl confirmou (2000: 717), para considerar as práticas de geração de pertença como muito mais igualitárias do que as da geração anterior. Ainda que o modelo de divisão do trabalho pareça continuar próximo do modelo tradicional, há uma evolução positiva no peso da participação das entrevistadas nas decisões e, assim, no poder familiar, face à participação das suas mães nessas mesmas dimensões.

Os quatro casos mencionados anteriormente como situações atípicas merecem análise. Sílvia Gonçalves é uma das quatro mulheres que, enquanto casada, não se ocupou das tarefas domésticas na totalidade. Devido à exigência da sua profissão (cabeleireira) em termos de carga horária, “não tinha tempo para cuidar dos filhos ou das tarefas domésticas”. No entanto, a reduzida disponibilidade para executar o trabalho doméstico não significou uma sobrecarga do marido, que apenas estava responsável pelas compras e pelas tarefas administrativas. Para colmatar a indisponibilidade de Sílvia, estes decidiram contratar uma empregada doméstica e, para o efeito, a empregada vivia com eles, ocupando-se não só das tarefas relacionadas com a casa, como também daquelas relacionadas com o cuidado dos filhos, que “criou”. Quando os filhos cresceram, continuou a contar com a ajuda da empregada doméstica apenas para o cuidado da casa.

O segundo caso diz respeito a Célia Cardoso que, apesar de gerir as tarefas, não considera ter assumido o trabalho doméstico na totalidade e algumas razões parecem contribuir para isso. No caso de Célia, o marido não desempenhava as tarefas do quotidiano doméstico, pois, por razões profissionais, passava a semana deslocado de casa, acabando por estar presente apenas ao fim-de-semana. Ao fim-de-semana e também nas situações de mobilidade de Célia (que por razões profissionais viajava com alguma frequência), o marido desempenhava algumas tarefas, entre as quais, destaca Célia, as de preparo da alimentação e relacionadas com o cuidado da filha. Segundo a entrevistada, o

marido quando estava presente, como “gostava muito dos trabalhos da casa”, acabava por compensar a sua ausência. Isso e a ajuda diária de uma empregada doméstica contribuíram para que Célia não ficasse sobrecarregada com as tarefas domésticas. Tal como Kellerhals, Troutot e Lazega afirmam (1993 *apud* Poeschl, 2000: 695), “embora as mulheres pareçam consagrar menos tempo a estas tarefas [domésticas], esse facto não se deve a uma maior participação do marido, mas sim à redução, pelas próprias mulheres, das atividades domésticas ou modificação do modo de vida”. Essa modificação passa, também, pela contratação de alguém, normalmente, mulheres, para o desempenho desse trabalho. No entanto, esta alternativa acaba por não tornar o modelo de divisão dos trabalhos mais equitativo, primeiro porque significa apenas uma redução da sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres, mas não significa um aumento da participação masculina nessa dimensão; segundo, porque não é uma “solução” economicamente acessível a todas as famílias.

Rosa Margarida apresenta uma trajetória de mobilidade profissional e geográfica. O percurso profissional dela é marcado por um período inicial de mobilidade pela zona Centro, enquanto o marido vivia noutra cidade. Apesar de manterem uma casa na cidade onde voltavam esporadicamente aos fins-de-semana, viviam afastados durante a semana, por isso, a divisão das tarefas domésticas não era uma questão conjugal. Mais tarde, conseguem viver juntos e aí contam com a ajuda da empregada doméstica, que lhes preparava as refeições para a semana. Quanto às restantes tarefas domésticas, não tinham funções atribuídas, partilhavam o seu desempenho com base na disponibilidade momentânea de cada um. Mantiveram este modelo de divisão do trabalho doméstico mesmo quando se conseguiram estabelecer na cidade. Continuaram a contar com a ajuda da mesma empregada doméstica. Na fase em que Rosa Margarida exerceu cargos burocráticos além do de professora, o marido assumiu o desempenho de quase todas as tarefas domésticas: “Desde essa altura que eu deixei de me preocupar com o pagamento de águas, luz, telefone, manutenção da casa, cozinha... Ele cozinhava, ele fazia tudo. [...] Tudo, tudo, tudo. Ele levava a empregada ao autocarro, ele fazia tudo, tudo.” Ambos os elementos do casal reconheciam o carácter excecional deste modelo de divisão das tarefas domésticas, face ao modelo dominante: “O meu marido costumava dizer que eu estava numa redoma e não sabia o que era o mundo [risos], porque, de facto, eu estava superprotegida. Não sei se me faço entender... Tudo o que era o quotidiano, eu não me preocupava com nada.” A distribuição das tarefas domésticas no seio da relação conjugal

destas três mulheres, à qual acrescentámos o caso de Filomena, afastam-se do modelo adotado de forma dominante nas relações conjugais analisadas, um modelo tradicional da divisão sexual do trabalho.

2.3 *“Era assim porque era assim”*

Na verdade, nos casais em que o trabalho doméstico era atribuído ao elemento feminino a discussão ou negociação dessa atribuição parece ser inexistente e, até, considerada desnecessária. Em qualquer sociedade existem formas de divisão do trabalho, onde “as tarefas não se distribuem ao acaso nem improvisadamente” (Nunes de Almeida, 1985: 35). À exceção de Filomena e Deolinda Barros, todas as entrevistadas disseram nunca ter conversado sobre quem fazia o quê dentro do casal, no entanto, a partir da análise dos seus relatos percebe-se que essa divisão está bem definida desde o início da vida partilhada. Sobre isso, Otília Pinheiro comentou e rematou o assunto dizendo que “Era assim, porque era assim.”

Pergunto a Anabela Rodrigues como e quem é que decidia quem fazia o quê. Responde-me: “Ai, ninguém. Eu é que fazia tudo.” Sílvia Gonçalves também me conta que não decidiam quem é que fazia o quê, que não estava definido, e acrescenta “Era tudo um por todos, todos por um. Assim uma coisa”. A questão nem se coloca no caso de Luísa Lopes, ela que dedicou a vida toda ao cuidado de pessoas dependentes: o marido, o pai, a mãe e a tia.

No sentido oposto dos relatos anteriores, Deolinda Barros diz-me que ela e o marido é que decidiam quem fazia o quê e dá entender que antes de decidir algo procurava o aval dele: “Era eu e ele, porque eu precisava da força dele, não é?”. Neste caso, a diálogo sobre o desempenho das tarefas domésticas parece cumprir um outro objetivo que não a negociação ou atribuição das tarefas, mas mais a aprovação da sua concretização, até porque Deolinda era a responsável por todas as tarefas domésticas e outras relacionadas com o cuidado dos filhos, exceção feita, mais uma vez às tarefas administrativas. Mesmo na impossibilidade de as realizar, como acontecia às vezes com a tarefa de levar os filhos à escola, era ela que geria a solução, por exemplo, organizando boleias junto de outras mães.

Em três das entrevistas realizadas, a “(in)disponibilidade” foi a razão apresentada para justificar o modo através do qual se distribuía o trabalho doméstico.

Célia Cardoso diz que a atribuição das tarefas era feita mediante a disponibilidade de ambos, Adília também.

Sempre que enumera uma tarefa realizada pelo marido, a seguir, Adília acrescenta a disponibilidade e flexibilidade do marido em termos de horários: cuidava das galinhas, “Era ele. Tinha tempo para isso”; tratava do quintal, “Porque ele tinha tempo, muito tempo...”; e cozinhava “quando o horário lhe permitia (...) a maior parte das vezes.”.

Rosa Margarida explica-me que, no seu caso, o casal não tinha funções atribuídas definitivamente, “era conforme a disponibilidade.” No seguimento dessa questão, comenta: “Aliás, há uma certa inversão de papéis. Como o meu marido tinha um horário mais reduzido, acabava por ser ele a tomar conta da casa e a dar-me indicações do que eu haveria de fazer. Ou seja, ‘falta isto em casa, vais às compras, traz isto’. Ou seja, exatamente o inverso do que é comum.”

Constatar a ausência de negociação ou a distribuição explícita de tarefas entre os elementos do casal não é o mesmo que verificar a inexistência de um modelo de divisão do trabalho doméstico. Pelo contrário, a não-negociação/conversação parece estar mais associada ao tipo de modelo de divisão e às representações sociais nele incorporadas. Ainda que vários estudos dedicados à divisão das tarefas no seio familiar e doméstico, nomeadamente o de Poeschl (2000: 792), apontem para “uma progressiva mudança nas práticas familiares, em que os homens cada vez mais aumentam o seu contributo no trabalho familiar e reduzem a intervenção nas tomadas de decisão”, parece ainda estar presente alguma correspondência com as práticas e os ideais basilares do modelo tradicional de divisão das tarefas domésticas. A inexistência de negociação das tarefas domésticas deve-se, também, à presunção da sua natural atribuição. Segundo Ana Nunes de Almeida (1985: 36), “há tarefas predominantemente femininas, trabalhos marcadamente masculinos. Esses serviços raramente se trocam e, sobretudo, não feitos de uma decisão ou compromisso estabelecido por negociações entre os cônjuges.” A manutenção dessa divisão sexual do trabalho resulta não só numa repartição desigual do trabalho, como também numa desigual repartição do poder: “homens mantêm autoridade em domínios que interferem mais diretamente sobre a sua vida tais como o orçamento e os lazeres” familiares (Poeschl, 2000: 717), enquanto as mulheres ficam encarregues de outras tarefas relacionadas com a manutenção da vida familiar.

Não é só na divisão sexual do trabalho dentro de casa e nas suas representações que persistem valores de índole mais tradicional. Também na forma como se olha para o trabalho das mulheres subsistem representações sociais tradicionais do que é ser mulher e do que é ser homem, representações essas que se refletem, por exemplo, no “carácter suplementar” associado ao trabalho feminino. Como é que são as trajetórias profissionais destas mulheres: trabalharam sempre a tempo inteiro ou parcial? trabalho assalariado ou não-pago? as trajetórias passam pelo mercado de emprego formal ou contêm outras formas de se ser economicamente ativa? são trajetórias contínuas ou intermitentes? há constrangimentos associados à vida familiar e doméstica?

Das mulheres entrevistadas, apenas quatro exerceram/exercem trabalhos à margem do mercado formal de emprego: Deolinda Barros era costureira; Ana Coelho era cozinheira em casamentos e outras festividades e “ajudava” num restaurante; Carminda Oliveira foi, antes de trabalhar como auxiliar de saúde, “jornaleira”, trabalhou as terras de “uns senhores da aldeia”; Lurdes Rocha fez durante muito tempo o mesmo trabalho que Carminda e, depois, começou a fazer limpezas. Ao contrário do que apontam os dados sobre o contexto europeu, que citámos anteriormente, as mulheres com trajetórias profissionais constituídas por formas atípicas de emprego estão, entre as mulheres entrevistadas, pouco representadas. Como se explica no capítulo inicial, falar de trabalhos à margem do mercado formal é também falar de pessoas à margem do enquadramento da proteção e da segurança social e estas mulheres parecem colher agora as consequências dessa realidade. Falando sobre a sua situação económica, as quatro referiram os reduzidos rendimentos pois, descontaram pouco e durante pouco tempo, embora se tenham dedicado a atividades informais desde cedo.

2.4 “Fui enfermeira a vida toda”

A centralidade do trabalho feminino ao nível dos cuidados de pessoas dependentes, crianças e pessoas idosas, é uma condição significativa e modeladora das trajetórias profissionais destas mulheres. Nem o despedimento, nem necessariamente a vontade das entrevistadas são razões que levam algumas mulheres a desistir da sua profissão. O abandono da profissão temporária ou (quase sempre) definitiva, para cuidar do marido, nos casos em que este morreu por doença, é uma tendência entre as entrevistadas. E, tal como Portugal (2008: 9) afirma, quer se fale do cuidado de pessoas

idosas, quer se fale do cuidado dos netos, as características da rede dos equipamentos sociais de apoio, “a insuficiência das infraestruturas e serviços face às necessidades das populações” e a “transferência de responsabilidade para a sociedade civil” parecem contribuir para isto.

Luísa Lopes é, talvez, entre as entrevistadas, a que mais se encaixa no perfil de mulher cuidadora. Pouco tempo depois de se casar, o marido adoeceu e ela deixou de dar aulas no instituto onde trabalhava. Diz ter “largado tudo” para cuidar do marido, ficando responsável por todos os cuidados e tarefas domésticas relacionadas com a casa e com o marido. Depois da morte dele, tomou conta da mãe e da tia que também adoeceram. Apesar de ter deixado de trabalhar formalmente, foi “enfermeira a vida toda” e “prisoneira” da vida de cuidadora.

À semelhança de Luísa, Patrícia aposentou-se quando o marido adoeceu para cuidar dele a tempo inteiro, porque sabia que tinha que estar lá, com ele, para isso. Hoje, tem uma vida orientada em pleno para o cuidado dos/as netos/as: passa os dias em casa, faz o almoço e o jantar para os/as filhos/as e para os/as netos/as, cuida a tempo inteiro destes últimos e gosta desta rotina.

Carmina deixou de trabalhar durante mais de um ano para cuidar do marido e para ela não havia outra possibilidade se não essa, mesmo que a continuidade do seu trabalho estivesse em risco: “Estive uma vez muito tempo em casa, até a chefe me ligava que não podia ser ‘veja lá, já está há muito tempo em casa, não pode ser, ta ta ta’. Uma vez até ‘olhe, se eu perder o trabalho, não faz mal... Se eu tiver que perder o trabalho, eu, graças a deus, ainda tenho vida e saúde para depois procurar outro para ganhar o pão, mas deixar o meu marido nesta situação, não deixo, porque não e ninguém vem tratar do meu marido nas condições em que ele está.’” Passados treze anos sobre o período em que orientou a sua vida para o cuidado do marido, para Carmina ainda é muito doloroso falar desses tempos, que considera terem-lhe sido destinados, “esta minha cruz, esta minha vida”. Às dificuldades que teve que enfrentar devido à doença do marido, acresce ainda a impossibilidade de as poder ter partilhado com alguém, pois, o marido não queria que se soubesse do seu estado. Mesmo contrariando o que o marido desejava e imaginava, tentava partilhar o sofrimento com a irmã, que em segredo a tentava auxiliar. Ainda assim, recorda esses tempos dizendo-me “Eu passei muito, sofri muito, muito, muito, muito, muito, muito... Eu sofri muito com a doença dele, porque não tinha filhos, era eu sozinha [...] e depois quando ele vinha para casa era eu que tinha que cuidar dele.” Depois do

marido falecer conseguiu recuperar o seu trabalho como auxiliar de saúde, do qual se aposentou há oito anos.

Também Célia Cardoso viu no facto de já ter direito à reforma por completo uma oportunidade para se aposentar e dedicar à neta, para ajudar a filha.

O caso de Adília Ferreira assume contornos um pouco diferentes. Com 12 anos e a 4ª classe, começou a trabalhar numa fábrica têxtil. Trabalhou em várias fábricas até a última onde esteve ter fechado. Ficou três anos no desemprego, até se poder reformar, com 55 anos e já com mais de 40 de descontos. Ainda antes de se aposentar, conjugou o seu trabalho na fábrica com o cuidado do pai, que, entre as irmãs, a preferiu para estar com e cuidar ele. Hoje e desde que se aposentou, a sua rotina diária consiste em “assistir” a filha. Ajuda-a ao nível das refeições, do tratamento das roupas, da limpeza da casa dela e, ainda, tomando conta das duas netas. Todos os dias recebe as netas em casa dela, desde que saem da escola e até à filha sair do trabalho. Sobre a rotina preenchida pelos netos, pergunto-lhe como é que era e a sua resposta é ambígua. Inicialmente, diz-me que era uma prisão. Pergunto, então, se era cansativo e ela, hesitando, explica:

Hmm... Não, porque eu não me senti... Sentia-me presa, pronto, porque as minhas colegas e as minhas amigas da fábrica iam para aqui e para ali e eu não podia. [...] E, pronto, eu acho que agora também queria descansar. Então, eu fui tão nova trabalhar... Merecia agora um descansozito. Mas, pronto, quando eles vêm para aí, é uma casa cheia. [...] Por isso é que tenho o tempo mais ocupado.

Adília não diz em momento algum não querer estar com os netos, mas torna explícita a vontade de fazer outras coisas, de ter momentos para si - “Mas eu também quero estar sozinha! Eu... Eu sinto necessidade. Eu quero estar sozinha.” – e de se juntar às amigas nas caminhadas que elas fazem. No fundo, ter algumas atividades de lazer, que me diz não possuir: “Não, porque tenho os netos. Eu à tarde não me posso... Eu até gostava de ir com as minhas amigas, que elas às vezes vão dar uma volta [...] mas não dá porque eu tenho que estar àquelas horas aqui.” No final, confessa que espera não ter mais netos, estes (quatro) são suficientes. A dedicação às tarefas de cuidado de familiares não está na base da decisão de Adília se reformar, mas acabou, à mesma, por moldar a sua rotina.

Deolinda também cuidou do marido a tempo inteiro, no entanto, como desempenhava o seu trabalho de costureira a partir de casa, essa situação não implicou um abandono da sua ocupação. Porém, o seu caso reveste-se de outros contornos

específicos. Apesar de Deolinda não registrar na sua trajetória profissional um abandono da profissão de costureira para cuidar do marido doente, olhando em retrospectiva para a sua vida considera ter tido “uma vida em prol dos outros”. Tentou trabalhar fora de casa, mas o marido não gostava da ideia, queria que ela trabalhasse em casa “para poder cuidar dos filhos”. E assim foi, porque a seu entender quando os filhos nascem é “aquela a missão”. No entanto, diz ter conseguido continuar o seu trabalho a partir de casa e ter alguma autonomia económica.

Também Sílvia, cabeleireira desde os 16 anos, diz ter-se reformado porque o marido lhe “pediu muito”. Reformou-se, então, para poder fazer companhia ao marido, também no período de reforma.

A opinião de Filomena acerca da conjugação do trabalho pago com a reprodução social familiar na sua trajetória parece sintomática do ritmo e da sobrecarga que estas mulheres enfrentam. Começa por me contar que, por razões económicas, teve que assumir dois trabalhos. Pergunto-lhe se foi um período desgastante e a resposta dela surpreende-me: “Não, o que era desgastante era o trabalho de casa!”.

A vida de cuidadoras caracteriza as trajetórias destas mulheres, mesmo antes de se casarem. É o caso de Ana Coelho que estudou apenas até ao irmão nascer, nascimento que marcou o fim dos seus estudos, pois, a partir daí teve que começar a trabalhar e a cuidar dele.

Nos casais que os têm, o nascimento dos filhos é um elemento marcante, mais na trajetória de vida das mulheres do que na dos homens - em geral menos participantes e comprometidos com o cuidado das crianças. Mesmo depois da morte dos maridos, as mulheres dizem dedicar grande parte do seu tempo ao cuidado dos/as netos/as, dando assistência aos/às filhos/as.

Sílvia Portugal (1995) constatou que o ‘criar’ e ‘cuidar’ são funções desempenhadas por mulheres. Como a autora mostra, “as mãos que embalam o berço” são sobretudo femininas e mãos que já o fizeram mais do que uma vez. Mulheres que ajudam mulheres e que estabelecem redes de solidariedades femininas. “A mãe da mãe da criança é uma figura central no apoio ao nascimento do primeiro filho” (Portugal, 1995: 167). “A partilha da guarda da criança é feita sobretudo com a avó materna, mas existem também mães que recebem apoios das suas irmãs, cunhadas, tias e primas.” (1995: 171).

As obrigações familiares moldam ainda hoje as relações no seio da família, no entanto, “a obrigação dos filhos cuidarem é sentida por ambos os sexos, mas concretizada pelo trabalho das mulheres” (Portugal 2008: 28). É uma ideia que parece presente nas trajetórias de vida das entrevistadas. Estas mulheres, enquanto filhas, ajudaram as mães. Enquanto esposas e mães, cuidaram da casa e dos filhos. Hoje, cuidam dos netos e voltaram a ajudar os pais, desta vez cuidando deles.

Se em relação ao cuidado de familiares a viuvez não parece ter trazido descanso, o mesmo não se verifica em relação às tarefas domésticas – exceção feita ao caso de Rosa Margarida, cuja vida se tornou muito mais complicada com a morte do marido. Enquanto casados, Rosa e o marido contaram com a ajuda de uma empregada. Nos últimos 10 anos de casados, como dissemos, Rosa acumulou tarefas burocráticas que lhe ocuparam muito tempo e durante esse período foi o marido que assumiu as tarefas quotidianas. Embora tenha mantido a empregada doméstica, a entrevistada passou a assumir tarefas com as quais não se preocupava sequer. “Comecei por tentar definir métodos de atuação, uma certa metodologia para não me esquecer das tarefas, das responsabilidades e das obrigações e... e vou conseguindo fazer.”, explica.

Luísa Lopes, que foi cuidadora a vida toda, é a mulher cuja vida se transformou mais devido à morte do marido. No final da entrevista, peço que resuma a experiência da viuvez e ela responde imediatamente: “Foi uma liberdade.” Agora é raro cozinhar: não gosta, não precisa de o fazer e faz as refeições fora de casa. O mesmo se aplica às restantes tarefas “Eu não gosto de tratar do lar, limpar... Quanto menos melhor!”. Pergunto especificamente se, quanto às tarefas domésticas, sente alguma diferença desde a morte do marido. Responde: “Eu até senti... digo isto sinceramente, senti alívio. [...] Não era só na questão das responsabilidades, eu não fui feliz [...] Tenho uma dosezinha assim para trás que nem lhe passa pela cabeça!”. No primeiro casamento, sofreu violência doméstica. No segundo, com o marido de quem enviuvou, a doença dele determinou a vida e relação de ambos: “Ele tornou-se mau. Quer dizer, eu não podia ir para lado nenhum. Eu às vezes até pegava num saco plástico sem nada e ‘vou lá baixo pôr o lixo’. Porque só o ir no elevador e voltar para ir por o coise [sic]... só aquela...”, só aquela “ida ao lixo” atenuava a rotina. Pergunto-lhe: se tivesse que dizer qual é a grande diferença entre a rotina que tinha antes e a rotina depois da morte do seu marido, o que é que diria? Mais uma vez, sem demora responde: “A grande diferença? Ser livre. [...] Tinha que tomar conta dele a tempo inteiro. Eu, inclusivamente, estava prisioneira dele, praticamente. Era

prisioneira.”. Este sentimento não é só sentido em relação à morte do marido, tendo em conta que Luísa cuidou de outros familiares, como os pais e a tia, que na fase final das suas vidas dependeram da assistência da entrevistada. “Quando fiquei livre, liberta, porque a minha tia morreu – foi a última, coitadinha – eu assim: bom, agora posso fazer aquilo que quero. [risos] Não é? E inscrevi-me na ginástica, inscrevi-me nisto, naquilo...”.

Desde a morte do marido, Sílvia Gonçalves adota o mesmo princípio que Luísa em relação às refeições: “quando não me apetece fazer, vou comprá-las feitas”. Para o resto das tarefas, conta com a ajuda de uma empregada doméstica. Gosta desta rotina: “Não tenho que dar satisfações a ninguém. Levanto-me à hora que me apetece. Se não me apetece cozinhar [...] ou se não me apetece o que tenho, vou comprar. Se me apetece deitar às nove, deito-me às nove ou às dez, não tenho que dar satisfações a ninguém. Tenho uma liberdade total”.

As entrevistadas que já contavam com o auxílio de uma empregada para o desempenho das tarefas domésticas mantiveram esse serviço, ainda que com horários reduzidos face aos anteriores – por razões económicas ou por não haver trabalho que justifique tanto tempo. Nunca lhes peço que justifiquem a contratação ou a manutenção da empregada, no entanto, todas enumeram as razões pelas quais mantiveram o seu serviço. Uma delas e a mais referida entre as mulheres com idade mais avançada é a incapacidade física de desempenhar algumas tarefas, aquelas denominadas como “as tarefas mais pesadas”: mudar a roupa da cama, limpar vidros e armários mais alto, etc. Outras mulheres, não sentindo precisar de ajuda, sentem não ter mais que ser elas a desempenhar, até porque em alguns casos não são tarefas que gostem de fazer. É o caso de Filomena: “Não que eu sinta que precise, assim, objetivamente. Continuo a detestar o trabalho de casa. E às vezes, basta ficar doente, eu ficar doente ou qualquer coisa, ou a minha mãe ter que vir porque está doente... e eu não ter ninguém que me ajude se for preciso. E é uma espécie de segurança. É como se fosse uma pessoa da família a quem eu pago bem.”.

Célia Cardoso também sente necessidade de se justificar:

Mas porquê? Porque eu não quis mudar de empregada e tenho a minha empregada desde que a miúda era pequena. [...] Portanto, só vai a minha casa nos dias de folga. Mas eu também consigo gerir aquilo: ela faz o trabalho mais pesado, que são as limpezas e passar a ferro – levo muitas vezes a roupa à lavandaria, as roupas assim mais difíceis – e tenho é que cozinhar, que é uma coisa que eu detesto.

A contratação de uma empregada doméstica continua a não ser uma opção economicamente acessível para algumas entrevistadas. Para outras, a não contratação de

alguém que preste auxílio no desempenho do trabalho doméstico não está tão associada a razões económicas, parecendo ser mais uma questão de princípio. É o caso de Deolinda Barros, que diz ser ela a desempenhar todas as tarefas, pois, para ela não há outra hipótese e, falando especificamente sobre as refeições, acrescenta: “Cozinho, que eu não sou preguiçosa.”.

As tarefas administrativas, por serem as que mais vezes foram assumidas pelos maridos durante a relação conjugal, são as únicas tarefas domésticas cuja responsabilidade foi transferida para a viúvas depois da morte dos maridos. Para algumas mulheres esse encargo foi penoso, como é o caso de Otilia que diz serem “uma trabalhadeira” que lhe custa muito, pois, não estava habituada, nem a pensar nelas sequer.

No caso de Deolinda, o marido também tratava das questões mais administrativas. “Agora tenho que ser tudo eu. [...] Não tenho outra hipótese, não é?”. Conta que já há na aldeia um estabelecimento onde pode fazer os pagamentos todos, o que “foi muito bom”. Diz que recusou a possibilidade de realizar os pagamentos de forma automática, por débito na conta bancária, “porque assim obrigo-me a sair de casa”.

Quanto a Lurdes Rocha, depois do marido morrer, dividiu com a filha a responsabilidade das tarefas administrativas, no entanto, acabou por ser a filha a desempenhá-las na sua totalidade, pois, tem mais facilidade em se deslocar – vai mais vezes à cidade - e, por isso, mais facilidade em tratar destes assuntos.

Também nos casos de Ana Coelho e Joana Matos, quanto às tarefas administrativas, houve uma transferência da responsabilidade para os filhos, para a filha e para o filho, respetivamente.

Já Rosa Margarida, apesar de se ocupar da maior parte das tarefas de carácter mais administrativo, conta com a ajuda de um amigo para tratar do IRS.

Bebendo das recomendações da chamada *life course approach*, considera-se crucial para o estudo da viuvez feminina a análise de aspetos da vida das viúvas antes da perda do cônjuge, por isso parte deste capítulo é dedicado a aspetos da vida conjugal das mulheres. Nesta dissertação e especialmente neste capítulo, dá-se atenção às suas biografias e trajetórias de vida, na medida em que essas são explicativas das suas representações e (auto)perceções durante a viuvez – como alguns estudos empíricos o

confirmam (Blom, 1991: 202)¹⁰. Assim, foca-se a pesquisa no modo em que a vida familiar acontece, na forma como os papéis e as responsabilidades são negociadas e compreendidas ao longo do percurso de vida dos indivíduos. Evita-se uma visão cristalizada num único acontecimento da vida das mulheres, permitindo conhecer a sua experiência de viuvez à luz de outras transformações e transições familiares.

Através da análise dos relatos de vida das mulheres entrevistadas, percebe-se que nas suas trajetórias pesam ainda a conjugação do trabalho assalariado com a reprodução social familiar e o modelo desigual de distribuição do trabalho doméstico. Embora não se encontre na sociedade portuguesa um modelo de domesticidade feminina, em que a regra seria as mulheres dedicarem-se desde sempre e a tempo inteiro às tarefas domésticas, podemos dizer que existe a manutenção de um compromisso das mulheres com a reprodução social familiar, ao conciliarem as tarefas domésticas com as tarefas profissionais. São mães, esposas, avós. São cuidadoras da casa, dos filhos, do marido e dos netos. São elas que enfrentam problemas complexos como a “diminuição dos recursos para a prestação de cuidados, conjugação do trabalho com a reprodução familiar, o aumento da população dependente” (Portugal, 2000: 82). Cidadãs com um papel central na provisão de bem-estar, mantido ao longo da sua trajetória de vida e que a viuvez não parece abalar, não confirmando, assim, a nossa hipótese de investigação. A viuvez feminina não altera o papel das mulheres no sistema de produção de bem-estar.

O espaço doméstico e privado mantêm-se como um espaço de desigualdade: divisão desigual do trabalho doméstico, de responsabilidades e de poder. Tal como Aboim (2012: 143) sugere, “há nele fortes formas de opressão que só poderão ser combatidas com a intrusão do político, do público na esfera privada” (Aboim, 2012: 107). Tal como a autora sugere, é necessária a “transformação da ideia de família como vetor de reprodução social para a de família como lugar de bem-estar e de intimidade” (Aboim, 2012: 103). Esta transformação só é possível através de mudanças ao nível das políticas sociais que assegurem a produção de bem-estar e aliviem as responsabilidades das relações familiares, sobretudo das relações de solidariedades femininas. Como é que isso pode ser feito? Um bom e necessário início, tal como Portugal (1995: 175) afirma, é a

¹⁰ Diefendorf (1982), Wintjes (1982), Bull (1986), Schlegel (1988) e Loustaunau (1988) são alguns dos autores de estudos que apontam esta relação entre a trajetória das mulheres até à morte do marido e as suas representações e de quem as rodeias a partir da viuvez (Blom, 1991: 202).

socialização dos serviços e os equipamentos de apoio ao cuidado, retirando a responsabilidade da sociedade civil.

3 | A (Re)configuração das Redes Relacionais

Neste trabalho, a ênfase da análise da viuvez feminina é colocada na interação social das viúvas, ou seja, nas redes de relações sociais em que se inserem. A análise da vida conjugal e familiar, da vida do espaço doméstico e privado, é rica em informações acerca da experiência da viuvez. No entanto, a interação social das viúvas não se limita às relações familiares, pelo que se propõe, agora, olhar a totalidade da rede relacional. Como referido, parte-se do princípio que as características das relações sociais dos indivíduos e a forma como estes as mobilizam, conforme as suas necessidades e objetivos, condicionam a sua experiência.

Uma rede de relações com determinada dimensão e determinado número e tipo de contactos permite aceder a um conjunto de recursos diverso daquele que uma rede de características diferentes permitirá. Porque as redes de relações sociais criam e/ou fecham oportunidades, é através do estudo da sua morfologia que se pretende compreender a experiência de viuvez das mulheres. Mas não só. Por ser uma condição modificadora de diversas dimensões da vida das mulheres, onde se incluem as próprias relações sociais, é também através da análise da experiência de viuvez que se pretende entender as alterações nas redes de relações sociais após a morte do marido. Assim, neste capítulo, procura-se responder às questões centrais desta pesquisa: que alterações sofrem as redes de relações sociais das mulheres com a experiência da viuvez? que papel têm as suas redes de relações sociais na vivência da viuvez? De acordo com o anunciado inicialmente, as redes de relações sociais das viúvas surgem como variável dependente e independente nesta pesquisa.

As perguntas simples de operacionalização das redes “*Quem? O quê? Como?*” (Portugal, 2006: 140), orientaram a reconstituição das redes relacionais das mulheres entrevistadas: com quem é que se relacionam? que tipo de relações é que estabelecem? como interagem? o que trocam? porque trocam? quais são os laços mais ativos das suas redes? qual o papel dos laços de parentesco e das relações com a família mais extensa na provisão de bem-estar das viúvas? que tipo de necessidades permitem suprir e que tipo de objetivos permitem satisfazer? É assim que pretendemos chegar até uma morfologia das redes de relações das viúvas e perceber que fluxos nelas circulam.

Partindo da construção de uma rede egocentrada, olha-se para os três tipos de rede atrás identificados através da bibliografia da *network analysis* – as redes de íntimos

ou “outros significantes”, as redes de troca e as redes de interação (Portugal, 2006: 154) – analisando as dimensões anteriormente apresentadas: conteúdo, diversidade, frequência, duração e interferência dos laços; propriedades das redes, como dimensão, densidade, orientação, segmentação, sobreposição ou dissociação. O objetivo é obter o desenho das redes de relações sociais das viúvas.

Assim, analisa-se a morfologia das redes de íntimos das viúvas, ou seja, das redes constituídas por pessoas que consideram ser importantes, as ‘significantes’, com as quais se estabelecem laços de afeto e a quem recorrem em momentos de indecisão e necessidade de conselho. Sílvia Portugal (2006) adianta que estas redes de significantes podem ser “compostas por laços ativos e passivos, laços baseados em frequentes interações face a face, e laços baseados em ligações afetivas com interações irregulares e pouco frequentes”. Isto é, podem ser constituídas por laços caracterizados por contactos rotineiros e geograficamente próximos ou por contactos menos frequentes e irregulares.

Sobre a rede de íntimos, importa deixar aqui uma nota. Quando questionadas acerca das pessoas que são mais importantes para si, muitas viúvas referiram nomes de pessoas já falecidas – o marido¹¹ ou outro familiar. Rosa Margarida nomeia o marido. Carminda Oliveira partilha como a morte da mãe foi um choque para ela, depois de a referir como uma das pessoas mais significantes para si. Lurdes Rocha também refere a mãe. Célia Cardoso não só refere a irmã falecida como uma das pessoas mais próximas, como utiliza a relação estabelecida com ela como termo comparativo para a relação com as outras irmãs – também da sua rede de íntimos. Estas pessoas, apesar de falecidas, ainda são integradas nas redes pelas entrevistadas, que referem recorrem a elas para se orientarem em momentos mais difíceis das suas vidas.

Limitar a rede de relações sociais das viúvas à rede de íntimos seria um erro metodológico capaz de comprometer a nossa análise, pois, excluir-se-iam outras pessoas que, apesar de não serem consideradas as mais próximas, constituem “pontos de referência fundamentais na definição da conduta do indivíduo” (Portugal, 2006: 155). O mesmo acontece às pessoas com quem se estabelecem relações conflituosas, que regra geral não integram as narrativas dos indivíduos, sendo fácil e frequentemente omitidas. No entanto, estas relações contêm relevância social para a nossa análise, pois, também

¹¹ Os casos em que as viúvas dizem ainda considerar os maridos presentes no seu quotidiano mostram-se ser mais complexos do que os outros, revestindo-se de traços característicos na forma de olhar as relações amorosas. Por isto, a eles dedicamos mais atenção no capítulo seguinte.

através delas se partilham “informações, bens, serviços, noções positivas e negativas” (*idem*). Por isso, olha-se também para as suas redes de interação, constituídas pelos indivíduos com quem as viúvas interagem rotineiramente e com os quais são estabelecidos laços ativos. Através do relato da sua rotina, das tarefas domésticas e das atividades de lazer, antes e após a morte do marido, identifica-se quem faz parte destas redes. As redes de interação são constituídas pelas pessoas que auxiliam e acompanham as mulheres viúvas nas tarefas e nas atividades do quotidiano, sejam elas domésticas ou de lazer.

Se no caso das redes de íntimos há o perigo de se excluírem pessoas que assumem um importante papel no apoio às necessidades do quotidiano e com as quais se interage rotineiramente, mas que, ainda assim, não são referidas como elementos da rede por não serem consideradas importantes a nível afetivo, no que às redes de interação diz respeito, a possibilidade de omissão de elementos também se coloca. Segundo Portugal (2006: 156), no caso das últimas, existe o risco de se deixar de lado “indivíduos com quem a interação ocorre de modo irregular, mas que podem constituir também um potencial de ajuda para *ego* e funcionar como rede de autoproteção”.

Assim, para que se possam mapear as redes de relações sociais das viúvas é, também, necessário identificar as suas redes de troca. Ou seja, olhar os elementos com os quais as viúvas transacionam serviços e apoios diversos. A reconstituição deste tipo de redes faz-se da mesma forma que a do anterior: questionando as entrevistadas acerca de diferentes situações que impliquem trocas e interações. A composição desta rede pode convergir com a dos outros tipos de redes, já que as referidas transações podem implicar interações face a face, regulares e não regulares, e são diversificadas: além da prestação de serviços e apoios variados já referidos, o conteúdo transacionado pode concretizar-se, tal como nas redes de íntimos e de interação, em apoio emocional, aconselhamento e companhia nas atividades de lazer.

Neste capítulo, a análise da morfologia das redes é feita a partir de descrições que contemplam as especificidades de cada uma das entrevistadas. Tal como no capítulo anterior, procura-se respeitar a singularidade das narrativas, apesar da busca de padrões.

3.1 “Quando ele morreu, afastaram-se”

Como vimos no capítulo anterior, a identidade destas mulheres é fortemente estruturada em torno da relação conjugal, já que estas investem muito de si e do seu tempo no espaço privado e doméstico, fruto do papel central que assumem nessas esferas. Esta condição não só indicia a (re)configuração das suas identidades após a morte do marido, como também alterações no seu sistema de relações. Este parece ser, pelo menos, o caso de Patrícia Terras, para quem a viuvez se assumiu drasticamente como um acontecimento modificador das sociabilidades.

Atualmente, a rede de relações sociais de Patrícia concentra-se na família, resumindo-se aos laços da entrevistada com os filhos e os netos, que partilham com ela a cidade de residência. Mas nem sempre foi assim. Até o marido adoecer, altura em que a entrevistada decidiu aposentar-se para cuidar dele, a rede de interações da mesma abrangia outros elementos que não os familiares, nomeadamente colegas de trabalho – pessoas com as quais não alimentava grande intimidade, relações que não passavam além do contexto laboral – e amigas. Patrícia conta-me que, mais tarde, depois do marido falecer, descartou as amigas: não lhe apetecia sair de casa. Face a essa situação, as amigas até chegaram a ir a casa dela, mas sempre por iniciativa das próprias. Esta situação que, até para Patrícia, parecia ser apenas temporária, acabou por se consolidar. As amigas deixaram de insistir para que se encontrassem e deixaram de a convidar para os seus encontros, já que ela arranjava sempre desculpas para não participar.

Uma das principais justificações para não estar com as amigas, é também uma das principais ocupações de Patrícia: os netos. Depois do marido falecer, Patrícia concentrou a sua vida diária nos três netos, organizando o seu quotidiano de acordo com as necessidades deles – levar e ir buscar à escola, fazer as refeições, tomar conta, etc.

Além dos netos e dos filhos, na sua rede de íntimos inclui, também, a irmã e os tios – todos a viver na mesma cidade. A irmã vive numa zona de acesso difícil a partir dos transportes públicos, portanto, os contactos são mais irregulares do que aqueles mantidos com os tios, que visita todos os fins-de-semana. A irmã é a única pessoa, além dos filhos e dos netos, que refere ser-lhe próxima.

Refere, ainda, dar-se bem com os vizinhos, mas não considera que exista uma relação próxima. Conta-me que há vários estudantes no prédio e na zona, mas a sua permanência é volátil e rotativa, sendo por isso complicado estabelecer uma interação

mais continuada e aprofundada. Os únicos vizinhos com os quais a relação parece ser mais consolidada são os donos do minimercado que tem à porta de casa, onde costuma fazer as compras mais pequenas. Nesta relação parece haver mais de potencial do que de concretizado. Patrícia conta que se ela passar algum tempo sem ir ao estabelecimento, eles vão ter com ela, na tentativa de perceber se está tudo bem e/ou precisa de alguma coisa. Acontece, até, trazerem-lhe as compras habituais até casa quando está doente. Não mostrou muito apreço por estas prática, pois, não quer “que lhe façam favores”.

A constituição da rede de trocas de Patrícia converge com a rede de íntimos e de interação: os laços ativados são laços do parentesco restrito, os filhos e os netos. São eles que a acompanham em momentos de lazer, raros depois da morte do marido e agora associados apenas ao períodos de férias. Apesar do contacto frequente com os filhos e netos, diz não receber qualquer tipo de apoio material ou monetário da parte deles. Pelo contrário, diz ser antes ela a dar-lhes algum dinheiro, como prenda e esporadicamente. O mesmo acontece com o apoio emocional: eles contam mais com ela, do que ela com eles. Patrícia diz ser uma pessoa que guarda as coisas para si, incluindo preocupações e situações de resolução mais complicada, que opta por não partilhar com os familiares. Exemplo disso é a história que me contou: ainda casada, problemas de saúde levaram-na a fazer alguns exames médicos, perante a suspeita de um cancro. A espera do diagnóstico foi dura e, também, solitária, pois Patrícia optou por não colocar ninguém a par da situação.

A rede de relações sociais de Patrícia é de dimensão reduzida, orientada para as relações do parentesco restrito, estabelecida preferencialmente num sentido vertical. Isto é, uma rede restrita aos filhos e netos, com quem interage diária e pessoalmente. É também uma rede de baixa densidade: os laços ativos, comparados com a totalidade das relações potenciais, são mínimos, não existindo laços fortes além daqueles estabelecidos com os filhos e netos. Mesmo no que diz respeito às relações ativadas, a entrevistada parece não usufruir das suas potencialidades em função das suas necessidades. Acresce ainda a desvalorização dos laços fracos estabelecidos com os vizinhos, apesar desses demonstrarem disponibilidade para a ajudar em casos de necessidade. Há, no sistema de relações sociais de Patrícia Terras, uma sobreposição dos três tipos de redes: os elementos da sua rede de íntimos são os mesmos das suas redes de trocas e de interação.

O fechamento da rede de relações sociais na família é uma das tendências identificadas como consequência da ação modificadora da viuvez nas sociabilidades das

mulheres. No entanto, na maior parte dos casos em que se identifica esta característica, não existe uma rutura no padrão relacional estabelecido antes da viuvez, mas sim uma reconfiguração da rede que acentua traços previamente desenhados. A quase totalidade das sociabilidades das mulheres está dependente das atividades desenvolvidas no espaço doméstico e privado, sendo, por isso, sobretudo, de natureza familiar. Esse fechamento, já característico durante a relação conjugal, é, em alguns casos, reforçado após a morte do marido, como no caso de Carminda Oliveira.

Carminda Oliveira, de 72 anos, perdeu o marido há 13 anos, não tem filhos e é a entrevistada que apresenta a rede de relações sociais de dimensão mais reduzida. A sua rede de íntimos limita-se aos laços estabelecidos com a irmã, com o sobrinho e uma outra mulher. Estes são laços fortes. A irmã é a pessoa que considera mais próxima - esteve muito presente nos piores momentos de saúde do marido de Carminda. Vive na mesma zona que a entrevistada e encontram-se diariamente. É com a irmã que partilha as maiores confidências – incluindo a doença do marido, que o mesmo a proibiu de partilhar com alguém. O sobrinho, filho único da irmã, é como um filho para Carminda. Conta-me orgulhosa que os amigos do sobrinho costumam dizer-lhe “Tu és muito feliz, tens duas mães!”. Enquanto o sobrinho viveu com os pais, “via-o sempre, estava sempre com ele.”. Casou, “agora ele já tem a sua casinha, já está mais longe”, então, a entrevistada já não está com ele tantas vezes. Ainda assim, diz que ele lhe costuma telefonar.

Carminda diz ser muito comunicativa e dar-se bem com todas as pessoas da aldeia, mas não refere interagir com elas na sua rotina diária, nem as referiu quando lhe pedi que me indicasse quem são para si as pessoas mais próximas. Apenas quando lhe pergunto a quem costuma recorrer em momentos de indecisão ou necessidade de conselhos é que refere mais uma vez a irmã, o cunhado e uma “senhora” com quem conversa muito, “assim coisitas de segredo”. Ao cunhado diz recorrer no caso de precisar de arranjos ou reparações – não os faz, mas aconselha quem os faça.

Quanto à família do marido, Carminda Oliveira diz o seguinte: “A família do meu marido eu admiro, é muito minha amiga.”. No entanto, o contacto é irregular e por telefone. Apenas um cunhado costuma visitá-la e, se não puder vir, “telefona-me logo”.

O fechamento das redes sociais nas relações familiares acentua-se, também, porque perder o marido significou ainda perder atividades de lazer e outros espaços de sociabilidade, que não são recuperados. É o caso das mulheres que abandonaram as suas ocupações laborais para cuidar dos maridos, como Adília Ferreira. Apesar de

concentradas nas relações familiares, as redes de relações sociais destas mulheres estendiam-se à família alargada, nomeadamente no que diz respeito às relações com a família do lado do marido, situação que também se verifica na trajetória de Adília. A morte do marido significou, nestes casos, um abandono desses laços ou a sua transformação em relações conflituosas, como se verifica no relato da sua história.

Adília Ferreira, viúva há 16 anos, à semelhança de Patrícia Terras, apresenta uma rede de relações sociais concentrada nas relações de parentesco restrito, ainda que no caso desta entrevistada a rede se estabeleça quer no sentido vertical, os dois filhos e os cinco netos, quer no sentido horizontal, irmãs e cunhado. O quotidiano de Adília é orientado para o cuidado das filhas da filha, das netas, sendo que também cuida dos netos, filhos do filho, esporadicamente. Além do cuidado das netas, costuma ajudar a filha com a limpeza da casa e com as refeições. A filha retribui ajudando-a quando precisa de ajuda para fazer compras mais pesadas ou em maior quantidade. Já o filho ajuda a mãe mais em tarefas burocráticas, como as relacionadas com “os problemas da casa”¹². Os contactos com os filhos são regulares e face a face, já que ambos vivem na mesma cidade: está diariamente com a filha e, pelo menos, ao fim-de-semana com o filho. A ajuda de Adília concretiza-se também a nível financeiro, esporadicamente e em caso de necessidade: “Já me têm pedido, pronto, eu não empresto... Pronto, dou. Também não pode ser muito, não é?”. Estes são os laços mais fortes e ativos da rede de relações de Adília.

Além dos filhos, a entrevistada diz poder contar com as irmãs, que também podem contar com ela. Vivem perto de Adília e visitam-na com frequência diária. Caso falhe o encontro pessoal, telefonam. O cunhado, marido da irmã mais nova, ajuda-a com arranjos e pequenos trabalhos mais prático e relacionados com a manutenção do espaço exterior da casa.

A rede de Adília Ferreira parece ser mais permeável a elementos exteriores ao parentesco restrito do que a de Patrícia. Uma das vizinhas é mencionada como uma das pessoas que considera mais próxima. Adília diz procurá-la em momentos de indecisão e necessidade de conselhos, procura que parece ser recíproca: “não tenho problemas de lhe contar o que for e ela também comigo”.

¹² Pendem ainda problemas relacionados com a construção da casa, que têm implicado um esforço para a sua resolução.

Quando o marido era vivo, costumava visitar nas férias de verão as primas, que vivem numa cidade mais a sul, a 200km da cidade onde Adília reside. Também o contacto com a família do lado do marido se tornou mais irregular. Se dantes as festividades serviam de pretexto para viajar até à terra de origem do marido e visitar a família dele, agora parecem não ter força suficiente para justificar a viagem. Circunstâncias que a fizeram perder o contacto com a sogra e reduzi-lo com o irmão do marido e a cunhada, todos eles elementos que a entrevistada não inclui na sua rede de íntimos.

Ao contrário de Patrícia, Adília valoriza os laços fracos, como os dos vizinhos, e mobiliza-os de acordo com as suas necessidades, tal como a família alargada. Exemplo disso é a relação estabelecida com a prima, que, não sendo próxima, criou o filho da entrevistada até ele ter idade para frequentar um infantário. Não reconhecendo intimidade na relação estabelecida com os vizinhos, que é caracterizada por contactos irregulares e inerentes à proximidade geográfica (à exceção da vizinha já referida), reconhece-lhe as potencialidades: em caso de necessidade, sabe que estão lá e poderá contar com eles. Na realidade, a relação articula-se no sentido inverso, é mais recorrente eles recorrerem a ela – “Mas se for preciso, também lá vou. Já tenho ido, mas é raro!”.

A rede de Adília é concentrada na família mais próxima, mas constituída também pela relação com vizinhos e elementos da família alargada, como a prima e o cunhado, principalmente ao nível de prestação de serviços. A constituição da sua rede de trocas está, assim, dissociada da rede de íntimos, que, por sua vez se confunde com a rede de interação. A densidade da rede é reduzida e a entrevistada parece estar consciente disso. Se a certa altura da entrevista, refere não considerar viver uma vida isolada, a nível de relações – “Há pessoas que se isolam e ficam... Eu não. Eu tive sempre muita companhia, tanto das minhas irmãs, do meu cunhado...” –, a seguir afirma que “até” gostava de participar mais nas atividades que as vizinhas têm, caminhar e passear, passar mais tempo com elas. Diz não poder devido aos compromissos associados ao cuidados das netas. Reconhece as limitações das suas sociabilidades face às possibilidades, mas não as associa à experiência da viuvez. Para Adília Ferreira, a orientação da sua rotina para o cuidado dos netos e auxílio da filha, tem mais a ver com a reforma e o cessar da sua ocupação profissional do que com a morte do marido.

No caso de Célia Cardoso, tal como para a entrevistada anterior, a morte do marido significou um afastamento da família do mesmo, ainda que mais tardio. Célia Cardoso tem 68 anos e é viúva há 24. Quando o marido morreu tinham já uma filha de

12 anos. Enquanto a filha não atingiu a maioridade, decidiu manter o contacto com a família do marido, cunhadas e sobrinhos, o que significou partilhar com eles a comemoração das diversas festividades do calendário durante esse tempo. A filha cresceu, “começou a ter a vida dela e a dizer que não estava para tanta reunião familiar e deixou de ir e eu sozinha também deixei de ir...”. O contacto é, agora, irregular e menos face a face: “falo com elas pelo *Facebook* e encontramos-nos às vezes e tomamos café e tal.”. Além das relações com os familiares do marido, a morte deste significou o enfraquecimento de outras relações. Algumas relações da rede social de Célia e da rede do marido eram, segundo a entrevistada, partilhadas, amigos de ambos, mas, sobretudo, do marido. No entanto, após a morte do marido, esses amigos afastaram-se:

Nós tivemos alguns amigos que adquirimos depois de casados e quando ele morreu afastaram-se. Porque há uma grande – eu vou dizer isto apesar de ser mulher – há uma grande ciúmeira das mulheres relativamente aos maridos. Portanto, como os amigos dele vieram de solteiros para o nosso casamento, com as mulheres, esses, afastaram-se. E, pronto, eu aceito.

Outros, amigos de ambos mas sobretudo do marido, não se afastaram completamente, mas a relação perdeu proximidade e frequência nos contactos, que passaram a ser irregulares. Chegou a encontrar-se com alguns após a morte do marido, mas não há intimidade, nem proximidade:

Eu ainda tenho alguns amigos que eram meus amigos do meu marido, mas eram amigos do meu marido, principalmente rapazes que viveram com ele no Colégio [...], mesmo muito amigos. Esses ficaram meus amigos também. [...] Mas é tudo com muita cerimónia, eu acho. Eles sempre olharam para mim assim como uma professora universitária e tratam-se com muita deferência e não sei quê, mas com cerimónia.

Para Rosa Margarida, o falecimento do companheiro não significou um abandono da relação com a família dele, no caso, os sogro, de 82 anos, a sogra, de 80, e o cunhado – 40 anos, solteiro, esquizofrénico e o cuidado principal dos sogros. O cunhado, Carlos, é afilhado de crisma da entrevistada. Apesar de forte e ativa, a relação é conflituosa – “um drama”. Por proximidade afetiva, quando o marido morreu, propôs que os pais dele se mudassem para a sua cidade, para assim cuidar deles. Eles não aceitaram, “disseram que ainda era cedo para virem”. Passou, então, a ir todas as semanas visitar os sogros. “A primeira vez que eu cheguei e vi o meu sogro com um bocado a menos de uma narina e eu lhe perguntei ‘Ó pai, o que é que tem?’ e ele a chorar ‘Rosinha, foi o Carlos que me bateu’ Pronto.” É assim que me conta que o cunhado maltrata os sogros, que diz estarem reféns dele. “A minha sogra foi operada ao fémur e ela um dia disse-me que tinha sido o filho que a tinha empurrado.” Diz já ter feito queixa do cunhado na médica de família, mas sem qualquer resultado. Acrescenta que se continuar a

denunciar o cunhado, ele vai impedir que ela veja os sogros, “eles ficarão mais isolados e ele pode fazer coisas ainda piores”. Quando começou a perceber a pouca eficácia das suas idas e o desgaste que lhe traziam essas viagens, passou a ir de 15 em 15 dias. Agora, se tiver disponibilidade, vai de 8 em 8 e, se não tiver, não vai. Contacta telefonicamente com os sogros com alguma frequência e pede às primas do marido para irem lá a casa todos os dias e comunicarem-lhe caso aconteça alguma coisa. No entanto, não fica descansada: “Eles estão sempre à espera que eu chegue e que... entre aspas, não posso dizer assim, mas quase... que os salve de algumas situações.”

Além das situações de violência física, o cunhado não assegura os cuidados necessários dos pais, como a assistência e a medicação, e impede que a entrevistada trate deles devidamente: “Não me deixa gastar dinheiro porque já me disse que o dinheiro era para ele, não é para os pais e, portanto, não lhes permite que eles sejam assistidos ou possam ir para um centro de dia. Não permite. Não permite que eles façam fisioterapia, não permite, não os deixa sair de casa.”

Porque a entrevistada o convenceu, o cunhado já está a ser acompanhado por um psiquiatra. Ele pede-lhe para ela ir a todas as consultas com ele, a todos os médicos. É também a entrevistada que acompanha a sogra nas consultas que tem, numa cidade longe da sua.

Se, enquanto o marido esteve vivo, os contactos com este lado da família eram regulares, agora já não são. Dantes alternavam as festividades com os dois lados da família. A relação do cunhado com os pais já não era pacífica, mas o marido de Rosa ainda conseguia intervir – e sempre que o fazia era agredido verbalmente pelo irmão A partir do momento em que o marido faleceu, nunca mais dormiu em casa dos sogros. Sempre que lá vai, volta no mesmo dia. “Se algum dia for necessário permanecer em algum sítio, hei de permanecer num sítio qualquer, mas exterior à casa. Portanto, mantenho-me ligada, mas nunca mais lá dormi.” A relação com a família do marido degradou-se e converteu-se nesta situação, que Rosa considera ser dramática e razão de preocupação permanente:

É uma situação muito difícil para mim. Eu tenho andado... Este é a situação mais difícil para mim neste momento! [...] Passo o tempo a pensar como é que hei de ajudar aqueles três seres, porque eles são todos vítimas uns dos outros, e eles não me deixam. Não me deixam e não sou, não tenho meios para isso. Não sei se me faço... Eu não tenho meios legais para isso. Eu não sou nada, eu não sou nada! Legalmente, eu não sou absolutamente nada.”; “Isto para mim é dramático, por todas as razões.

3.2 “Com o carro a minha vida era diferente”

As dinâmicas de fechamento das redes não dependem apenas do jogo interrelacional, mas também de outros recursos, nomeadamente materiais. A morte do marido implica por vezes a perda de bens materiais e esta tem, também, impacto nas redes sociais. O carro é um exemplo fundamental. Para algumas mulheres, a morte do marido significou a perda do carro, com consequências ao nível da mobilidade geográfica e, consequentemente, das interações sociais. Muitas das mulheres venderam o carro após a morte do marido e diversas razões estão na base dessa decisão. No caso de Sílvia Gonçalves, o carro foi vendido porque entendeu não fazer sentido manter “uma despesa daquelas”.

Célia Cardoso não vendeu o carro, mas as despesas associadas ao mesmo – acabar de o pagar e o seguro – contribuíram para a decisão de, durante uns anos, acumular dois trabalhos e passar a dar aulas em duas cidades diferentes.

Luísa Lopes que tem carro, mas esteve sem ele durante uns tempos, revela como a ausência de meio transporte pessoal condicionou a sua mobilidade. Durante o tempo que esteve sem o automóvel, estava a viver na casa para a qual se mudou imediatamente a seguir à morte do marido. Vivia, portanto, numa zona dormitório, para onde não havia transportes públicos com frequência. Não gostou dessa limitação e decidiu procurar casa numa zona residencial mais central, como aquela em que reside atualmente.

Tanto Carminda Oliveira como Otília Pinheiro lamentam não possuir carta de condução e carro. Esta última, depois do marido morrer, vendeu o carro. Hoje, anda de autocarro e quando não é possível utilizar os transportes públicos, anda de táxi. Sente que se tivesse a carta e carro, teria mais liberdade e autonomia. Arrepende-se muito.

O caso de Carminda Oliveira assemelha-se ao de Otília, no entanto, com uma “agravante”. O marido vendeu o carro quando deixou de poder conduzir, ainda vivo, mas muito doente. Carminda diz ter ficado muito triste por não ter sido consultada nessa decisão. Diz-me que tencionava tirar a carta e ficar com o carro, acrescentando que a vida dela teria sido diferente: “E a minha vida era diferente! Depois de ele morrer, ainda andei a trabalhar aí muito ano e escusava de me levantar de madrugada para apanhar a camionete e vir de noite. Assim já ia e vinha e outras coisas mais. Não estava tão cansada das minhas pernas como eu estou, de andar assim a andar para trás e para diante [...]”. Perguntei-lhe se alguma vez partilhou isto com o marido: não, não disse nada ao marido

porque não queria arranjar problemas. “Eu não queria era guerras. Eu evitava sempre os conflitos, não gostava de guerras.”

O meio de transporte pessoal parece representar para estas mulheres um elemento importante na facilitação das suas rotinas. Quem o tem, não o referiu. No entanto, quem não o tem, não só lamenta não ter, como associa a ausência desse elemento material a restrições na autonomia.

3.3 “Eu tenho uma rede de amigos muito grande”

No sentido oposto das tendências de fechamento e centramento das redes na família mais próxima, uma outra tendência sobressai nas narrativas. Se para as mulheres antes mencionadas perder o marido significou um afastamento/enfraquecimento das relações com a família alargada e/ou a perda atividades associadas a espaços de sociabilidade, para outras a viuvez fundou um cenário relacional oposto. Nalguns casos, identifica-se um movimento significativo de abertura das sociabilidades das mulheres após a perda do marido. Algumas das viúvas entrevistadas apresentam uma nova rede, mais ampla e diferente da anterior. O caso mais ilustrativo desta tendência é o de Luísa Lopes, para quem a viuvez não significou apenas novas relações, como também a participação em atividades de lazer, inexistentes antes da morte do marido, e novos espaços de sociabilidade, outrora não frequentados.

Luísa Lopes tem 75 anos, é viúva do segundo marido há cerca de 14 anos, com quem esteve casada 30 anos. Não tem filhos de nenhum dos casamentos, apenas uma enteada, filha do segundo marido. O primeiro casamento da entrevistada – Era uma relação abusiva e violenta - “Queriam-me matar, apertavam-me os pescoço... Bem, foi horrível!” - que persistiu ao longo de 10 anos, até ao divórcio. Se esta relação já havia implicado um isolamento social de Luísa, o segundo casamento não alterou este cenário. Desde o início da relação, o marido padecia de inúmeras doenças que implicaram a dedicação, a tempo inteiro, ao seu cuidado. Luísa Lopes foi, como já relatámos no capítulo anterior, cuidadora do marido, do pai, da mãe e da tia. A sua rede de relações sociais, tal como o seu quotidiano, esteve orientada durante anos para o parentesco restrito. A relação com os pais era forte, muito próxima. Encontravam-se frequentemente e o contacto só se tornou menos frequente porque, quando o pai se reformou, mudaram-se para a aldeia de origem. Além dos pais, o irmão é desde sempre a pessoa que considera

ser mais próxima. Vive numa cidade a 60 Kms, com os filhos, mas mantém contacto frequente, vai até lá muitas vezes para estar com ele e falam muitas vezes telefonicamente. Depois do marido, dos pais e da tia morrerem, o irmão e os filhos são as únicas relações familiares que mantém ativos - “A minha família são eles”. A relação com a enteada, por sua vez, enfraqueceu. Luísa diz ter sido mãe dela, “criou-a e casou-a” e, quando ela teve filhos, ajudou-a. “Eu fui mãe e avó dos filhos, desde os três meses. Eu é que ficava todos os dias com eles.” A entrevistada diz ter-lhe oferecido 45.000€, valor que parece traduzir a oferta de uma casa. O laço estabelecido com a enteada era forte, de grande proximidade e intimidade. No entanto, se o era, não é mais. Por entender que só se lembravam dela em caso de necessidade, Luísa Lopes decidiu afastar-se dela. “Sabe como é que é... Queria que eu estivesse sempre a dar e eu dei-lhe muito e dei muito toda a vida [...] Mas, quer dizer, não me fazia companhia, tinha assim um feitio um bocadinho especial. Eu podia morrer [...] que eles [enteada e marido] ali nem sabiam se eu estava morta, se estava viva.” Não é uma pessoa que Luísa, hoje, considere fazer parte da sua rede de relações.

Hoje a rede de relações de Luísa apresenta uma constituição bem diferente da existente até à morte do marido. Depois do marido morrer, Luísa decidiu mudar-se da casa que partilhava com o marido, primeiro para uma mais económica, de dimensão reduzida, e depois para uma mais bem localizada, no bairro onde vivia com o marido, para onde queria voltar. Um amigo, conhecido há algum tempo, convidou-a para viver na casa dele. A casa do amigo tem um apartamento no andar de cima, com divisões independentes do resto da vivenda. Arrendou esse apartamento e há mais de um ano que lá vive. Apesar de as divisões serem de utilização independente, mantêm os espaços abertos, para que ambos possam circular livremente por todo o edifício. Partilham as refeições e fazem companhia um ao outro. “Damo-nos como irmãos”. Apesar da relevância que este amigo assume da vida de Luísa, esta é talvez a relação mais recente da sua rede.

A relação mais duradoura da atual rede de Luísa é mantida com a sua cabeleireira, que nomeia como uma das pessoas mais próximas – além dela, só o irmão e um casal amigo. Diz que a cabeleireira esteve sempre presente em tempo de crise, para ajudá-la no que fosse preciso e no que ela não conseguisse fazer. “É uma pessoa que eu prezo muito”. Está com ela todos os dias. Ainda quanto à rede de íntimos de Luísa, integram-na um casal amigo, sendo que a relação da entrevistada se estabelece sobretudo com a mulher do casal. Está com eles todos os dias, principalmente com ela, com quem

toma café. Com eles costuma ir a espetáculos e outras atividades culturais, dá-lhes boleia e vice-versa. Já os conhece há muitos anos, no entanto, a relação estabeleceu-se após a morte do marido, depois da entrevistada começar a integrar grupos relacionados com atividades de lazer que passou a desenvolver, nas quais o casal também participa.

Depois do marido morrer, a entrevistada ficou, ainda, a cuidar da tia. Até, então, não participava em qualquer tipo de atividade de lazer. Mesmo que tempo houvesse além do despendido a assistir todas as pessoas cujos cuidados estavam a seu cargo, o marido não a deixava ir a lado nenhum: “Tinha que tomar conta dele a tempo inteiro. Eu, inclusivamente, estava prisioneira dele, praticamente. Era prisioneira.”. A morte do marido e, posteriormente, a morte da tia, significou para Luísa a possibilidade de, finalmente, poder participar em atividades lúdicas, interagindo com indivíduos e grupos de indivíduos diferentes. A rotina da entrevistada transformou-se tanto que a entrevistada afirma o seguinte quando questionada acerca das diferenças na sua rotina antes e depois da morte do marido: “Quando fiquei livre, liberta, porque a minha tia morreu – foi a última, coitadinha – eu assim: bom, agora posso fazer aquilo que quero. [risos] Não é? E inscrevi-me na ginástica, inscrevi-me nisto, naquilo...”. Atualmente, Luísa Lopes integra um grupo de danças, “é um grupo muito coeso, muito divertido”. Reúnem-se todas as quartas-feiras e passam o dia todo nas danças, dançam e almoçam juntos. No final do almoço, voltam a jantar. Canta numa academia de música e também num outro grupo musical: “Sou sopráníssima.” Além destas atividades que lhe ocupam todas as manhãs da semana e o dia completo às quartas-feiras, integra ainda um grupo, cujo elementos se encontram anualmente. É um grupo de poesia erótica, “onde vão médicos, prostitutas – mas com nível – falar, onde se debatem temas, mostram-se objetos, convive-se, almoçam, jantam, passeiam. Fazem teatro, cantam.” Neste grupo, participam alguns amigos com quem costuma tomar café e alguns do coro. A rede é segmentada – os diferentes grupos de amigos (do café, do coro, das danças, da música) não interagem entre si (exceção feita ao casal já mencionado, que participa em tudo), no entanto, costumam acompanhá-la em atividades que ultrapassam o âmbito dos grupos, por exemplo, concertos, passeios, exposições, peças de teatro, cinema. Existe, portanto, uma sobreposição de conteúdos nos laços estabelecidos. Para sair à noite conta com a companhia de um grupo de jovens, “da sua idade”, diz-me. Costuma sair à noite, primeiro em bares e, depois e normalmente, vai a uma discoteca no centro da cidade. Diz “fechar a discoteca”, sendo a última a sair.

Em suma, a vida de Luísa Lopes sofreu alterações drásticas em consequência da viuvez, com repercussões significativas ao nível da sua rede de relações sociais. Hoje, Luísa apresenta uma rede de relações sociais de dimensão e densidade elevadas. Apesar da relação com o irmão continuar a ser muito importante para a entrevistada, os seus laços fortes são, também, amigos, como aquele com quem partilha casa e o casal. No entanto, a rede não é constituída apenas por laços fortes, pelo contrário, é bem diversa. A rede de Luísa Lopes é caracterizada, também, por uma extensa rede de laços fracos, estabelecidos com pessoas que conheceu através das atividades culturais e lúdicas em que participa.

A segmentação da rede e a sobreposição de papéis dos laços permitem a Luísa a sua ativação conforme as necessidades: apoio emocional, partilha de informação e prestação de serviços. A cabeleireira, o irmão, o amigo com quem partilha a casa, os muitos laços estabelecidos nos diferentes grupos, cada nó oferece diferentes potencialidades.

A ampliação da rede de relações sociais em consequência da participação em atividade culturais e lúdicas após a morte do marido não é observada apenas na trajetória de Luísa Lopes. As trajetórias de Sílvia Gonçalves e Otília Pinheiro são ilustrativas da mesma característica e, até, as de Deolinda Barros e Cecília Nunes.

Apesar das relações de parentesco assumirem uma importância fundamental na rede de Sílvia Gonçalves, a nível afetivo, expressivo e instrumental, a mesma estende-se a alguns laços estabelecidos com pessoas que participam nas mesmas atividades que passou a desenvolver depois do marido morrer: aulas de música, grupos corais, natação e a participação num grupo dedicado a práticas de “envelhecimento ativo”. Dessas pessoas, destaca a relação com um casal que a acompanha não só nessas atividades, como noutras – cinema e concertos. Depois do marido morrer, criou uma conta de *Facebook*, onde entrou em contacto com um grupo de mulheres com o mesmo nome, “As Sílvias”. Desde então, participa nos encontros anuais desse grupo, que têm lugar em diferentes locais do país. Com algumas das “Sílvias” mantém contacto virtual regular.

Otília Pinheiro tem 75 anos e é a viúva mais recente entre as entrevistadas. Otília diz não ter havido nenhuma transformação na sua vida desde a morte do marido. No entanto, depois do marido morrer, integrou a Universidade Sénior, onde já fez o curso de Informática e Inglês, cujas aulas frequentou semanalmente. Este ano já se inscreveu num curso. Além do curso, continua a participar num Coro que integra há 30 anos. Os ensaios do coro acontecem duas vezes na semana, no entanto, agora encontra-se mais com alguns

elementos do grupo. Com eles costuma fazer algumas saídas, tomar café, ir a concertos, por exemplo. Brevemente, viajará para o estrangeiro.

Deolinda Barros, à semelhança de Sílvia Gonçalves, mantém uma rede de relações concentrada nas relações familiares mais próximas. No entanto, desde que o marido morreu, tem feito algumas viagens com um grupo religioso. Os irmãos, às vezes, acompanham-na nestas viagens, mas é também com eles que tem viajado para outros sítios. Já foi aos Açores e ao Canadá. Além do grupo religioso, depois do marido falecer, decidiu voltar a integrar o rancho da aldeia onde reside. Tanto ela como o marido já o haviam integrado, mas ela desistiu. Agora, que voltou a participar no ensaios semanais, ocupa os fins-de-semana com atuações em diversos locais e outras atividades associadas com o Rancho.

Célia Cardoso também apresenta um movimento de abertura das suas sociabilidades depois da morte do marido. Antes da experiência de viuvez, a rede de Célia também se concentrava nos elementos da família – parentesco restrito e família alargada: irmãs, cunhado, primo, vizinhos. Um outro laço forte sobressai na rede de relações de Célia: o da amiga de infância. É umas das seis pessoas que Célia considera serem mais próximas. Assume significativa importância ao nível do apoio emocional. A amiga é natural da mesma aldeia que a entrevistada, mas vive numa outra cidade, a 200km da sua. Encontram-se “só de vez em quando”, “mas quando nos encontramos, como diz o marido dela, falamos até deitar fumo. [...] É como se estivéssemos todos os dias. Quer dizer, é daquelas amizades que ficam para a vida.” Mesmo quando a amiga se mudou para outro país, manteve o contacto telefónico regular. Atualmente, costumam encontrar-se “lá na terra”, nas férias. Fazem jantares, tertúlias, onde se juntam outros amigos da juventude.

Relações como as estabelecidas com os vizinhos assumem – desde a relação conjugal – relativa relevância no quadro relacional da entrevistada, se não ao nível afetivo, pelo menos ao nível da prestação de serviços, por exemplo, no auxílio das tarefas associadas ao cuidado da filha.

Com os colegas de trabalho manteve sempre uma relação amigável, mais próxima do cordial do que do afeto, “Amigos, por exemplo, da Faculdade, é só relações sociais do género jantares e almoços. Ninguém frequenta a minha casa.[...] Nada com regularidade, ocasionalmente... E estive ali carradas de anos, mas não temos nenhuma relação pessoal e assim. Quer dizer, encontramos e é uma grande festa, mas não passa da mesa do restaurante. [...] Tivemos sempre uma relação muito formal”. Os laços

estabelecidos no contexto laboral não eram transferidos para outras dimensões da vida da entrevistada.

Atualmente, alguns laços de amizade assumem importância no sistema de relações sociais de Célia, um deles diz respeito a um amigo de infância. Esteve muitos anos sem o ver, voltou a encontrá-lo logo depois do marido ter morrido. “Tem-me dado imenso apoio, imenso apoio. Somos mesmo muito amigos”. Como o amigo tem uma filha a morar na mesma cidade que a entrevistada e está reformado, ele visita-a muitas vezes. Diz gostar muito de estar com ele e confiar nele. É a ele que recorre em momentos de indecisão, desabafo e necessidade de conselhos. Sabe coisas sobre ela que mais ninguém sabe, “É um confidente que é um túmulo.”

Também após a morte do marido, Célia fortaleceu a relação com uma antiga amiga, que também reside na mesma cidade. Com ela passou a fazer diversas atividades e a passar algum tempo, como ir a concertos e ao cinema. “Porquê? Porque ela separou-se, não tem filhos. Fazemos imensas viagens ao estrangeiro... É com ela que eu vou ao estrangeiro, vou às vezes para o Algarve e não sei quê e tal.” A elas costuma juntar-se uma prima desta amiga, que também é viúva. Célia diz que as três se juntaram para viajar pelo facto de serem viúvas e divorciada e de “não terem com quem viajar”. A relação de Célia com estas mulheres parece ser de forte identificação e significativamente associada à experiência da viuvez. No final da entrevista, conta-me algumas peripécias destas viagens a três. Disse-me que as pessoas costumam abordá-las e perguntam sempre porque é que elas “estão sozinhas”. Conta-me que costumam brincar com as respostas, às vezes dizem que abandonaram os companheiros em casa, outras dizem ser lésbicas. Depois, mais séria, diz-me que considera haver muito preconceito em relação a mulheres viúvas, que as pessoas não conseguem conceber a ideia de elas continuarem as suas vidas.

Célia Cardoso é a mulher que apresenta as habilitações académicas mais elevadas – um doutoramento. Além dela, apenas Filomena Couto e Rosa Margarida possuem um grau académico completo acima equivalente ou superior ao 3º ciclo do Ensino Básico, pós-graduação e mestrado, respetivamente. Das três, Célia é a que apresenta uma rede de relações menos extensa e diversa. Tanto Rosa Margarida como Filomena Couto apresentam redes abertas a laços estabelecidos no exterior do parentesco restrito – o que não quer dizer que os laços da família mais próxima não sejam fundamentais e nela não se concentrem os laços mais fortes da rede. São redes de dimensão superior à das redes das restantes entrevistadas. As redes de íntimos, de

interação e de trocas não são constituídas por relações estabelecidas em grupo – os vizinhos, os colegas do trabalho, os amigos, os familiares, mas antes estabelecidas apenas com alguns indivíduos: algumas colegas de trabalho que são amigas; um vizinho ou um casal de vizinhos com os quais, entre os restantes, se estabeleceu uma relação mais próxima; um primo. As pessoas que procuram em momentos de indecisão e necessidade de conselhos dependem das situações, tal como explica Rosa Margarida:

Depende do assunto! Depende sempre da questão. É uma questão legal, por exemplo, uma questão de finança, eu trato com... É uma questão, é outra questão legal, tenho muitos amigos na PSP, eram os amigos do meu marido... [...] É uma questão familiar, discuto com as pessoas que estão mais dentro do assunto... [...] Em situação de... de alguma dificuldade, dependendo do teor dessa situação, das dificuldades, eu tenho uma rede de amigos muito grande...

Se for uma questão médica, liga a uma das filhas médicas das amigas. Se for algo privado, diz que costuma guardar para si, racionaliza as coisas e medita sobre elas. Num ou noutro momento, fala com alguém – depende também com quem, mas varia entre irmão, cunhada, sobrinha e amigas do grupo de amigos e refere, ainda, pessoas da aldeia em quem, devido às suas atividades, confia para certas questões específicas. Esta diferenciação da mobilização dos diferentes laços consoante as também diferentes necessidades indica a divisão de papéis dos elementos das redes.

Duas hipóteses orientaram a análise da morfologia das redes de relações sociais das viúvas. A primeira sugeria que a experiência da viuvez é influenciada pelas redes de relações sociais. A segunda que a viuvez é reconfiguradora das redes de relações sociais. Ambas as hipóteses se verificam.

Começamos pela segunda, que diz respeito ao impacto da experiência de viuvez na rede. Este impacto opera num duplo sentido, com consequências opostas. A primeira caracteriza-se por um fechamento da rede social nas relações do parentesco restrito. A segunda caracteriza-se por uma abertura das sociabilidades. Esta tendência, mais significativa que a primeira entre as mulheres entrevistadas, observa-se sobretudo nas mulheres que durante a relação conjugal investiram muito de si no espaço privado e doméstico, mas que, após a morte do marido, transferiram parte desse investimento para outras dimensões, como atividades culturais. Aí conheceram pessoas, estabeleceram relações, mais ou menos fortes, mais ou menos ativos e mais ou menos afetivas. De uma forma ou de outra, apresentam, agora, redes mais amplas, constituídas por novas sociabilidades e por laços fortes e/ou fracos.

Na análise das redes, como no trabalho de cuidado, revela-se a importância da anterior experiência de conjugalidade. As redes são perpassadas pelas tendências vividas

antes da viuvez – uma acentuação do fechamento na família nuclear, ou uma acentuação da abertura das redes a laços estabelecidos além do parentesco restrito.

Quanto à influência das redes de relações sociais das viúvas na experiência da viuvez, pode concluir-se o seguinte: quanto mais isoladas e centradas no parentesco restrito são as redes das viúvas, mais a rotina destas mulheres se concentra na vida doméstica e familiar. O quotidiano destas mulheres é organizado em torno do cuidado da casa, dos familiares, sobretudo dos netos, e do auxílio aos filhos. Contrariamente, quanto mais extensa e diversificada a rede de relações sociais das viúvas, maior a probabilidade da experiência de viuvez se caracterizar pelo desenvolvimento de novas atividades, fora do espaço privado e doméstico. Apenas nas narrativas das mulheres cujo sistema de relações sociais se estende além do parentesco restrito é que a viuvez surge como uma experiência libertadora. Ora porque liberta de constrangimentos relacionados com a livre utilização dos recursos, como refere Filomena Couto: “É uma certa liberdade de se poder utilizar o tempo e o dinheiro e não ter que dar contas a ninguém”. Ora porque permite tomar decisões, “sem ter que dar satisfações a ninguém”, como afirma Sílvia Gonçalves: “Olha, para já, estou muito bem, comodamente... Não tenho que dar satisfações a ninguém”

O discurso de Luísa Lopes reforça as afirmações anteriores, ela que diz estar “numa fase muito boa” da sua vida. Para estas mulheres, a experiência de viuvez diminuiu os encargos de cuidados relacionados com a casa e/ou com dependentes e isso significou um aumento da disponibilidade para se dedicarem a si próprias e a outras dimensões das suas vidas.

A abertura das redes sociais está relacionada com uma nova fase da vida, assente na construção de autonomia e de independência. Passa a existir liberdade de opção na gestão dos recursos e na tomada de decisão. É esta dimensão libertadora da viuvez que parece estar na base de uma outra tendência verificada nas trajetórias destas mulheres: o desenvolvimento de projetos de vida que não incluem novos relacionamentos amorosos. É a esta e outras questões que se dedica o capítulo que se segue.

4 | Uma (Mesma) Vida Depois de Uma Morte

*“Olha a triste viuvinha
Que anda na roda a chorar
Anda a ver se encontra noivo
Para com ela casar”*

Triste Viuvinha, Cancioneiro Tradicional Português

Uma quadra da *Triste Viuvinha* inaugura este capítulo. É uma música conhecida do cancioneiro tradicional português. Era uma conhecida música das rodas de baile, realizadas sobretudo ao domingo, nos diversos adros portugueses. Uma brincadeira habitual, cantada e bailada, que coloca no meio da roda a “viuvinha”. E a mulher ali fica, com a mão a tapar o rosto, simulando chorar por não encontrar noivo com quem casar. A cantiga desenrola-se em torno desse sofrimento, narrando ao longo de diversas quadras a interação da viúva com diferentes pretendentes. A todos faz a mesma pergunta: qual é o ofício? O baile termina quando a viúva encontra um noivo com ofício que lhe assegura desafogo económico, por exemplo, um bancário. No fundo, a cantiga sugere que a viúva procura alguém rico, que a sustente. Será que é mesmo assim? O que a análise das entrevistas nos demonstra é que nem as viúvas querem voltar a estabelecer uma relação amorosa, nem a sua vida amorosa parece ser influenciada pela sua situação económica.

Barbara J. Todd (1994: 429), analisando o discurso de viúvas ainda no século XVII, demonstra que a viuvez era já aí percebida como um período de liberdade – percepção que nem as conseqüentes dificuldades económicas parecem abalar. O que têm em comum as viúvas do século XVII com as viúvas da contemporaneidade? Referirem-se a permanecerem “livres” quando rejeitam a possibilidade de um novo relacionamento amoroso (1994: 429). Com certeza, a expressão “estar livre” assume hoje significados diferentes daqueles manifestados no século XVII (**idem**), no entanto, esse continua a ser um pensamento transversal às mulheres viúvas, de diferentes tempos, contextos e classes.

Um traço transversal a todos os discursos das entrevistadas é de não reconhecerem num novo relacionamento amoroso uma oportunidade para minorizar as dificuldades económicas. Alguma bibliografia sugere haver “grandes benefícios para aquelas que voltam a casar” (Zick e Smith, 1988: 241). No entanto, uma tese contrária é apresentada por Barbara J. Todd (1994), na sua perspectiva história acerca da agência

feminina na viuvez. A autora foca-se na agência das viúvas na decisão de não se voltarem a casar, recusando a ideia de que esta resulta de um “determinismo demográfico” ou de outros fatores, como a situação económica das viúvas. Quanto a esta última, a autora questiona o seguinte: “Embora a opção de não se casar possa ter sido atrativa para as viúvas ricas, a situação era diferente para as mulheres mais pobres. Então, porque é que até mesmo as viúvas pobres às vezes escolhiam não se casar novamente? (Todd, 1994: 426). A autora explica que mesmo para as viúvas pobres um novo casamento significaria mais trabalho – “o casamento era trabalho para as mulheres” (Todd, 1994: 428), sendo que a maior parte das viúvas pobres eram também trabalhadoras (**idem**). A verdade é que, mesmo que quisesse, uma viúva pobre dificilmente se voltaria a casar com alguém cuja classe social se diferenciava por muito da sua (Todd, 1994: 427). Este cenário contraria o popularizado pela versão mais conhecida da *Triste Viúvinha*. O discurso das mulheres entrevistadas também.

O que é que significa para as mulheres entrevistadas voltar a casar? Adiantando que uma nova relação amorosa não faz parte dos seus projetos de vida, o que é que as faz recusar essas possibilidades? A decisão é resultado dos constrangimentos demográficos e culturais? Que representações sociais influenciam as suas opiniões, comportamentos e decisões? O que significa para elas uma relação amorosa? Qual é a influência da dimensão económica nos seus projetos? E o papel das redes? Estas são algumas das questões que orientam a discussão deste capítulo.

4.1 Entre a liberdade e a 'santificação' do marido

Exceção feita a Luísa Lopes, que não exclui essa opção, e a Filomena Couto, que apenas rejeita a possibilidade de casar e/ou viver junto, as restantes viúvas dizem nem ter tido relações amorosas após a morte dos maridos, nem o desejarem. Indicadores demográficos e tendências culturais poderiam levar-nos a pensar que a ausência de projetos amorosos na vida das mulheres viúvas assenta no número reduzido de oportunidades de encontrarem um novo cônjuge. No entanto, o não desejo de uma nova relação parece não estar tanto relacionado com a falta de potenciais companheiros, mas mais com outras justificações. Nos discursos, sobressaem duas. A primeira está relacionada com a “santificação” do marido, que apesar de morto, continua ainda muito presente na vida destas mulheres, nomeadamente nos momentos de decisão. A segunda

razão está relacionada com a vontade de não comprometerem a sua “liberdade” com obrigações que as confinarão ao espaço doméstico privado. Em ambos os casos, estas mulheres imputam às relações amorosas características de uma visão mítica do amor (Swidler, 2003).

4.2 “*Eu tenho-o ainda, eu tenho-o a ele*”

Algumas das entrevistadas responderam à questão sobre a possibilidade de estabelecerem um novo relacionamento amoroso com a recusa dessa hipótese, dizendo que dificilmente encontrariam alguém como o marido falecido. Para estas mulheres, essa não foi nem é uma opção. Assim o afirma Anabela Rodrigues: “Não! Não! Não arranjo outro como ele! Gostava de andar comigo, íamos juntos para todo o lado. Nunca nos zangávamos, não havia inquietações.” O termo de comparação com o marido que se perdeu é um fator presente na altura de pensar esta questão.

À mesma questão, Carminda Oliveira responde muito rápido “não” e “nunca na vida”. Depois, explica-me melhor a sua resposta. Começa por contar: “As pessoas agora até ralam comigo, porque acham que já é tempo a mais de eu andar assim nesta tristeza. Mas ainda... O meu coração ainda não me puxa para certas coisas.” Sobre esta questão, a entrevistada diz que o marido continua muito presente no seu dia-a-dia: “Olhe, tenho lá a minha fotografiazinha, tem uma florzinha ao lado, tem uma velinha ao lado e eu falo para ele. Às vezes digo assim ‘olha, desculpa lá, não era para demorar tanto, olha, mas demorei-me’ [risos].” Assim me demonstra manter-se “fiel” à relação com o marido.

Como já referimos no capítulo anterior, em alguns casos, os maridos continuam presentes no quotidiano das entrevistadas, sendo eles quem as viúvas procuram e com quem falam em momentos difíceis ou de solidão. Eles continuam a assumir grande importância simbólica nas suas vidas.

Rosa Margarida não só diz falar com o marido, tal como Carminda, como também diz estar sempre com ele. “Eu digo que estou sempre acompanhada pelo amor do meu marido”, afirmando que “o amor ultrapassou a morte”. Também os familiares continuam a falar do marido como se ele ainda estivesse vivo. Oito dias antes do marido falecer (morreu de forma inesperada), falaram casualmente sobre a questão da morte. Rosa Margarida recorda a conversa: “E depois dessa conversa eu disse-lhe ‘Bebé, tu és muito novo [6 anos mais novo do que Rosa], se algum dia me acontecer alguma coisa, és

muito novo para ficares sozinho, portanto, refaz a tua vida, arranjas alguém. E ele diz ‘E tu, bebé?’ e eu disse ‘Para mim chega! Para mim chegou!’”. Esta é a opinião de Rosa, o amor que ela teve foi o suficiente e, também por isso, não precisa de outra relação amorosa. “Se toda a gente tiver oportunidade de viver o que eu vivi, o mundo é muito melhor, porque de facto o amor que duas pessoas podem partilhar é... traz tão bem, tão bem, tão bem, que eu acho que já tive, que o universo já me deu a minha oportunidade, não preciso de mais. Posso dar algum, mas não preciso de mais.” A diferenciação que Rosa Margarida faz entre os cenários projetados para si e para o seu marido em caso de morte do cônjuge está relacionada com determinadas representações sociais que condicionam a experiência da viuvez de forma diferenciada entre homens e mulheres e que serão analisadas mais à frente.

A relação de Rosa com o marido falecido resume-se ao seguinte: um amor único, que dura para sempre e vence tudo – até mesmo a morte. Por isso, Rosa não concebe a possibilidade de amar outras pessoas, mesmo que seja de uma forma diferente daquela sentida por ele.

Também Cecília Nunes diz sentir a presença no marido, “Acho que ainda hoje sinto muito a presença do meu marido”. Foi-se muito “abaixo” com a morte do marido, tendo tido várias depressões. Ficava muito ansiosa por estar sozinha, no entanto, e entretanto, “foi-se habituando”. Hoje, mesmo depois da filha a ter colocado “à vontade” quanto a esta questão, diz-me que um novo relacionamento amoroso não é opção.

A Joana Matos “não lhe faltaram os pretendentes”, mas antes a vontade. Acerca desta temática, responde-me: “Nem pensar! Nem pensar!”. Volto a perguntar se é mesmo assim, se nunca pensou nisso e ela repete: “Nunca, nunca. Eu só gostava dele e de mais nada.”

À questão de um novo relacionamento amoroso, Lurdes Rocha respondeu-me curta e rapidamente: “Ai, não. Nunca!”. Sobre a sua opinião acrescentou pouco mais, já sobre outras viúvas, diz dizer-lhes muitas vezes o seguinte, principalmente quando são mais novas: “Não se juntem com nenhum homem, vocês não necessitam de nenhum homem. Vão dar um giro! E sejam livres!”. Não falando diretamente sobre si, Lurdes demonstrou associar o sentimento de “liberdade” à viuvez, sentimento que considera ser colocado em causa com um novo relacionamento.

4.3 “Quero paz e sossego!”

Deolinda associa o período da viuvez a uma oportunidade de sossego e tranquilidade. Diz não querer uma nova relação amorosa. Segundo ela, depois de uma vida em prol dos outros, esta é a altura de estar sozinha. “Agora, eu escolhi estar sozinha. Não escolhi, mas aconteceu. Agora quero estar em paz e em sossego comigo”. E afirma que essa é a principal razão para não querer um novo relacionamento.

A dimensão libertadora da viuvez, que Lurdes e Deolinda integram nos seus discursos, é reforçada e repetida nas narrativas das mulheres cujas opiniões sobre novas relações amorosas se apresentam de seguida. Estas mulheres não procuram novos relacionamentos por se sentirem ainda na presença ou comprometidas com o falecido marido. Sílvia, Luísa, Célia, Adília e Filomena não querem um novo relacionamento amoroso porque não querem abdicar da liberdade e autonomia de que usufruem ao viver sozinhas, em consequência da viuvez. Segundo as entrevistadas, não querem correr o risco de se subjugarem às vontades e necessidades de um novo marido.

Sílvia Gonçalves diz nunca sequer ter pensado em ter um novo relacionamento.

Pergunto-lhe porquê e ela responde:

Levanto-me à hora que me apetece. Se não me apetece cozinhar [...] ou se não me apetece o que tenho, vou comprar. Se me apetece deitar às nove, deito-me às nove ou às dez, não tenho que dar satisfações a ninguém. Tenho uma liberdade total. Ainda ontem fui sair com essa minha amiga [...] portanto, chego a casa à hora que chegar [...] não tenho que dar satisfações a ninguém.

A autonomia da vida que leva, agora, sozinha é demasiado valiosa para Sílvia, que não a arrisca perder em troca de uma nova relação amorosa. “Não trocava esta minha liberdade por nada.”, remata.

Luísa Lopes é, de todas as entrevistadas, a que o diz com mais certeza e mais vezes que “[a viuvez] Foi uma liberdade!”. Como referimos, Luísa não exclui completamente a possibilidade de um novo relacionamento amoroso, tanto que ao longo da entrevista foi relatando alguns episódios de potenciais relacionamentos que, por diferentes razões, não se concretizaram. Luísa tem uma trajetória amorosa caracterizada por pouca felicidade e muito sofrimento. No primeiro casamento, foi vítima de violência doméstica. Diz ter estado “a um passo da loucura”, mas manteve o casamento até “explodir”. Divorciou-se e, mais tarde, voltou a casar-se. Casou, então, uma segunda vez com um homem já viúvo e mais velho 20 anos. Como ele era mais velho, pensou que lhe traria mais calma e “a quietude que eu precisava” - explica, já que até ali “tinha sido uma

desgraçada”. Logo depois de se casarem, seis meses passados, o marido foi operado à próstata. A operação não marca apenas o início de 30 anos de um casamento sem relações sexuais, como também o início da vida de Luísa como cuidadora. Sobre a morte do marido, confessa: “Eu até senti... digo isto sinceramente, senti alívio. [...] Não era só na questão das responsabilidades, eu não fui feliz, porque ele depois com as doenças tornou-se muito egoísta e mau, até, às vezes. Fera-me no que dizia. [...] Porque ele estava-me sempre ‘só eu é que estou preso’... Portanto, revolta, revolta, revolta, revolta, revolta. E só pensava no umbigo dele.” Diz não querer voltar a comprometer-se com alguém, nem a abdicar de tudo o que, agora, é feliz a fazer. “É muito difícil, porque estou muito... E vivi toda a minha vida em função das outras pessoas, já não estou para isso! Está a perceber? Eu agora se me apetecer ir almoçar, vou almoçar, se me apetecer... ‘Ai o que é que eu estou aqui a fazer às 11 da noite’... Vou a qualquer lado. [faz gesto de saída] E aí vai ela, no meu carro. Vou para a [discoteca], que aquilo é como se fosse a minha casa....” Como disse, Luísa vai contando, ao longo da entrevista, algum episódios protagonizados por potenciais companheiros amorosos. Por alguma razão específica a cada caso, nenhum desses relacionamentos se concretizou, quase sempre porque Luísa impediu o desenrolar dos mesmos. Sobre um dos colegas das danças diz-me o seguinte: “Calma aí, não gosto de confusões. Eu gosto muito de dançar, não gosto de compromissos, nem de me amarrar a ninguém. E já chegou, já chegou...” Para Luísa, um novo relacionamento amoroso traz associada uma ideia de compromisso que ultrapassa a lealdade amorosa. Esse compromisso traz, segundo ela, consequências ao nível do quotidiano, nomeadamente, restrições da sua participação nas atividades e nos grupos lúdico-culturais que integra. A isso não está disposta.

À semelhança das entrevistadas anteriores, Adília Ferreira também me diz ter tido pretendentes. “Não é que eu não tivesse quem me... Porque eu até tive, mas eu fiquei ofendida, até. [...] Eu não gostei porque depois andava-me sempre a ligar para aqui.” Em resposta aos telefonemas de um dos pretendentes, respondeu-lhe severamente: “Fica avisado, não me volta a ligar aqui para casa, muito menos com essas propostas [de ir a um passeio]. Nunca mais, pronto.” Ainda sobre as possibilidades de novas relações que lhe foram surgindo, acrescenta: “Também não foi ninguém que eu gostasse, não é? Não gostava de nenhuma dessas pessoas.” Adília baseia a recusa de uma nova relação na ideia de que a viuvez lhe foi destinada: “Então eu estou tão bem agora, já que Deus quis assim, olha!” Apesar de partilhar parte da responsabilidade pelo seu destino com Deus, parece

estar satisfeita com essa decisão. “Eu tenho uma liberdade... E agora ia-me prender? Não! Não... [...] Assim não tenho que lavar roupa a ninguém, nem tenho que me preocupar com ninguém. [risos]”. Para a entrevistada, uma relação trazer-lhe-ia “trabalhos” que abalariam o sossego da sua vida. Termina o assunto assim: “A minha ideia é estar assim... Então vou-me meter em trabalhos agora? [...] Gosto de estar assim, pronto. Habituei-me!”

Ainda sobre relacionamentos amorosos, Filomena Couto apresenta uma opinião um pouco diferente das restantes viúvas. Ela e Célia foram as únicas entrevistadas a referir diferentes tipos de relações amorosas. Disse-me que envolver-se numa relação que implicasse a partilha da casa e da vida quotidiana, não conseguiria. “É assim, eu costumo dizer que casar e viver outra vez com outra pessoa acho que não quero mesmo. Eu não tinha pachorra para voltar outra vez tudo ao zero.” Explica que não seria capaz de abdicar da sua rotina e dos seus interesses para se adaptar aos hábitos de outra pessoa. E também não acredita encontrar alguém que se adapte aos dela. “Eu não consigo imaginar, neste momento, nenhum homem, comigo, a fazer aquilo que eu gosto. E eu não era capaz de abdicar.” No entanto, aceita a ideia de uma relação que não envolvesse partilhar casa, mas que significasse, sobretudo, ter companhia em alguns momentos, como aqueles mais solitários ou de maior necessidade e, até, em algumas atividades:

Neste momento até acho que é para mim praticamente impossível conseguir viver com outra pessoa. Agora, não me importava de ter uma pessoa que eu gostasse, que pudesse fazer alguns programas em conjunto. Sei lá, jantar ou ir ao cinema ou ir passar umas férias, eu não me importava de ter uma pessoa. [...] Momentos de doença ou necessidade, penso que seria bom ter uma companhia.

Completa que, embora reconheça benefícios em ter um companheiro que a acompanhasse nesse momento, não sente falta, pois, tem na sua rede de relações pessoas que cumprem essa função – “Tenho amigos que fazem esse papel”.

Também a Célia Cardoso “não lhe faltaram os pretendentes”. Algumas possibilidades de relacionamentos amorosos foram surgindo, mas nunca se concretizaram. Quando lhe pergunto se procurou essas possibilidades de relacionamentos que me narrou ou se elas simplesmente foram surgindo, responde-me o seguinte:

Não, não, apareceram. Sim, surgiram. Também não fugia a isso, eu... Não por uma questão de preconceito, mas porque eu acho que o meu marido tinha sido muito especial e acho que deixou uma marca que depois é muito difícil substituir. E vinha sempre o termo de comparação e eu pensava “não é justo”.

No entanto, não parece ser só o termo de comparação em relação ao marido que a segura de investir numa relação. Continua: “E não é só isso. Eu sou muito independente. E gosto muito de fazer as coisas que me dão na real gana e nunca encontrei ninguém que alinhasse

comigo em tudo. Quer dizer, que dissesse assim ‘OK. Vamos para ali. Ah, tá bem’. Não, não. Ou então são pessoas que estão muito habituadas... um bocado machistas, que estão habituadas a que lhe passem a roupa, que... E não. Não estou disposta a ser criada de ninguém.”

Célia Cardoso integra no seu discurso as duas narrativas que sobressaem entre as entrevistadas como justificações para não integrarem nos seus projetos de vida novos relacionamentos amorosos: o termo de comparação com o marido falecido e a liberdade da viuvez.

A primeira narrativa está relacionada com uma “santificação” dos maridos falecidos, que traz para o quotidiano das viúvas uma certa ambiguidade. Ambiguidade que faz com que, em relação à sua vida amorosa, se refiram como leais para com o marido, mesmo na sua morte. Eles foram o amor único e verdadeiro. É um “não estar mais e de certo modo ainda estar casada” (Motta, 2005: 15). À sua maneira, falam com eles, partilham indecisões, procuram aconselhamento e, outras, sentem-nos presentes. Nestes casos, é frequente compararem os pretendentes com os maridos falecidos. É esse termo de comparação que as ajuda a decidir não estabelecer um novo relacionamento amoroso: ‘ele era aquilo que mais nenhum será’, ‘como ele não encontro outro’, etc.

A segunda narrativa está relacionada com a dimensão libertadora que reconhecem na experiência da viuvez. Estas mulheres não querem arriscar perder a sua autonomia ao estabelecerem um novo relacionamento amoroso. Uma vida tranquila, de “paz e sossego”, de “liberdade” e “autonomia”, é assim que a maior parte das entrevistadas caracteriza esta fase das suas vidas no momento de justificar o porquê de não quererem uma nova relação. Mesmo no caso das viúvas que integram nos seus discursos a primeira narrativa – a de “santificação” do marido – encontramos esta ideia de que um novo compromisso amoroso abalaria a sua independência. As viúvas tendem a associar um novo relacionamento a um retrocesso em termos de autonomia e sociabilidade, relacionado com os cuidados assistenciais e domésticos, que acreditam vir a remetê-las para o espaço privado e doméstico. A divisão sexual do trabalho e a indissociável ligação da relação amorosa ao casamento faz com que um novo relacionamento romântico lhes pareça acarretar compromissos demasiados onerosos, nomeadamente a renúncia à presença no espaço público e participação em atividades. Estes são, aliás, pensamentos característicos de determinada visão do que é o amor, visão que influencia as suas decisões e que é transversal a todos os discursos.

4.4 “*Já que Deus quis assim, olha...*”

A “santificação” dos maridos está normalmente associada a princípios religiosos que influem nesta dimensão da vida das mulheres entrevistadas. A figura de Deus surge em alguns discursos, que consideram a viuvez uma experiência decidida por Deus, um destino que lhes foi atribuído, sobre o qual não podem interferir e que aceitam com resignação. Esta forma de pensar está presente de forma mais clara nos discursos de Lurdes Rocha e Adília Ferreira, mas está também no de Deolinda Barros e Luísa Lopes.

Como referido, Deolinda Barros diz que a principal razão para não querer um relacionamento amoroso é querer estar sozinha. No entanto, quase no final da entrevista, decide completar a sua resposta com o seguinte comentário: “Hoje em dia não é fácil e a minha educação religiosa não me permitia. Eu não me sentia bem.”

Lurdes Rocha discursa pouco sobre a possibilidade de novos relacionamentos amorosos, mas uma coisa não fica por dizer: “Porque se eu tivesse direito a algum homem, Deus não mo levava”. Para Lurdes, a “vontade de Deus” é determinante.

Aqui, até o caso de Luísa Lopes, que não exclui totalmente a possibilidade de um novo relacionamento amoroso e tão pouco as suas experiências conjugais anteriores servem de modelo para futuras, merece ser referido. Luísa demonstra através dos seus relatos que a experiência da viuvez a libertou de constrangimentos vários. Hoje preocupa-se pouco com o que se espera que ela seja ou faça. Pergunto-lhe se se preocupa com o que as pessoas mais próximas pensam sobre a sua situação conjugal. Responde: “Eu só tenho contas para dar a mim própria e a Deus. De resto... tretas.”

Como Anália Torres (1987) dá conta, os processos de laicização e dessacralização na modernidade trouxeram para as sociedades a perda da importância da religião como orientadora de representações e práticas, com consequências que abrangem diferentes dimensões da vida das pessoas. O que a autora afirma (*idem*: 25), e este trabalho corrobora, é que continuam a persistir efeitos da religião ao nível da vida privada e na forma como se organiza a vida amorosa.

4.5 *“É que eu nunca ia estar com um homem que não fosse meu marido”*

Estas mulheres revelam nos seus discursos uma visão do amor que se encaixa na “visão mítica do amor” definida por Ann Swidler (2003). Nesta visão é frequente imputar-se às relações amorosas e ao casamento uma durabilidade naturalmente adquirida – tal como a autora descreve, “um amor que dura para sempre”, o ser “felizes para sempre” (Swidler, 2003: 123). O amor é visto como uma escolha decisiva: um “amor à primeira vista” (Swidler, 2003: 118), que é único, “o verdadeiro amor”, que ultrapassa tudo (Swidler, 2003: 119), até a morte, como se verifica nas narrativas aqui apresentadas.

Explicitamente, apenas Filomena Couto parece distanciar-se desta visão mítica do amor, que olha para as relações amorosas como um compromisso constituído por negociações contínuas. Também não lhe atribui necessariamente uma durabilidade. No seu relato retrospectivo da vida partilhada na relação conjugal, reconhece a necessidade de negociações quotidianas com o marido e identifica diferentes fases da relação: uma primeira em que havia paixão e a vida em comum era mais harmoniosa e uma segunda em que “a paixão diminuiu um bocado”. Tal como Ann Swidler (2003: 114) afirma na sua descrição da visão prosaico-realista do amor, “o amor não dura necessariamente para sempre” e “solicita um trabalho árduo contínuo, compromisso e mudança.”

Apesar de a maior parte das entrevistadas mobilizar aspetos da visão mítica do amor para responder a questões relacionadas com novos relacionamentos amorosos, todas elas reconhecem aspetos da visão prosaico-realista na sua vida amorosa rotineira, diária e partilhada. Esta oscilação entre as duas visões do amor é explicada por Swidler, que nos diz ser frequente que estas sejam mobilizadas conforme diferentes questões e cenários.

A visão mítica do amor tem a sua origem numa realidade estrutural que é o casamento enquanto instituição, é uma visão que “reproduz traços institucionais do casamento, reconfigurando-os com assuntos de vontade individual” (Swidler, 2003: 118). Na modernidade deixámos de ter autoridades infalíveis, instituições que enfraqueceram como guias de ação. No entanto, tal como o poder inquestionável da religião (Beck, 1992), o casamento também se foi tornando mais frágil.

O casamento, enquanto instituição e “processo de relação conjugal e não na perspetiva jurídica” (Torres, 2000), continua a ser encarado como um procedimento “natural” no estabelecimento de uma relação amorosa. Ideia que Deolinda Barros confirma ao afirmar que uma segunda razão, além da busca pela paz e sossego, a faz não

querer voltar a estar com alguém: “É que eu nunca ia estar com um homem que não fosse meu marido, que não fosse casada, e não é fácil se arranjar, não é?” O casamento ajuda a criar e organizar a realidade conjugal dos indivíduos. Tal como Anália Torres explica, ainda que se identifiquem grandes mudanças no plano valorativo que regula as relações conjugais, “a forma de conjugalidade institucional” – como a autora lhe chama, referindo-se “àquela que está associada, no essencial, a uma visão do casamento como instituição que importa preservar acima de tudo” (2000) – e os valores tradicionais que lhe são associados ainda estão presentes na dinâmica conjugal dos casais portugueses. A coexistência destas práticas antigas com valores mais progressistas tem sido alvo de análise de diversos autores, nomeadamente em relação ao casamento. É essa coexistência que faz com que pessoas que pensam que o casamento é uma instituição antiquada continuem a casar (Almeida, 2003: 54-55 *apud* Portugal, 2006: 591). Assim como o casamento enquanto instituição se fragilizou, mas não desapareceu, também a visão mítica do amor, que foi dando lugar à visão prosaico-realista, não deixou de existir.

Segundo Ann Swidler, a visão prosaica do amor é uma visão mais próxima da realidade, descritiva dos relacionamentos já estabelecidos, que ajuda a compreender as suas dificuldades e como ultrapassá-las na prática (Swidler, 2018: 118). Por outro lado, a visão mística ajuda a responder a questões específicas e decisivas, por exemplo, “a escolha de se casar ou não ou de permanecer casado/a” (*idem*). O que a autora nos explica é que ambas as visões são culturais e, embora mais ou menos distantes daquilo que as pessoas pensam realmente ou daquilo que é a sua experiência, continuam a organizar as suas linhas de ação (2003: 129). A vida é organizada mais em função dos contextos culturais (o que os outros esperam e o que esperam dos outros) e “menos por aquilo que vai na cabeça das pessoas quando analisam a sua experiência” (Swidler, 2003: 111). Assim se explica que a visão mítica do amor, apesar de distante da vida conjugal real e concreta, continue a moldar a ação. Ela faz parte de uma “consciência estrutural” que é mobilizada para resolver “assuntos de vontade individual” (Swidler, 2003: 118).

Assim se percebe que as mulheres entrevistadas não concebiam a possibilidade de um relacionamento amoroso com as características de uma “relação pura” (Giddens, 2001) Para elas, “uma relação pela relação e só pela relação” não é uma opção. A ideia de uma relação que não conduz necessariamente ao casamento, que dura apenas enquanto for considerada por ambas as partes uma fonte de satisfação mas, ainda assim, uma relação centrada no compromisso, na entrega, na história partilhada e na confiança, é uma

ideia muito distante dos seus pensamentos. Quanto a esta questão e como em quase todas as outras, é feita exceção para o caso de Célia, Filomena e Luísa, que, note-se, são as mais qualificadas.

4.6 “Estou muito velha!”

Em algumas entrevistas, a primeira reação à questão relacionada com um novo relacionamento amoroso foi de surpresa. Algumas viúvas não equacionam questões relacionadas com este assunto, por “já” não o considerarem uma possibilidade devido à sua idade. Este é um pensamento que alinha com a tendência cultural para atribuir a sexualidade e o prazer apenas à juventude. Assim se anula a possibilidade de uma sexualidade ativa às idosas, muitas vezes vistas como assexuadas e incapazes de sentir desejo (Souza et. al, 2015: 937) – por vezes, aos olhos delas mesmas. Quando questiono Sílvia Gonçalves (79 anos) se nunca pensou a possibilidade de um novo relacionamento amoroso, ela não demora a responder-me: “Não... Oh, filhinha! Estou muito velha!”.

A idade é também para Célia Cardoso (68 anos) um fator a ponderar na reflexão sobre a sua vida amorosa, no entanto, assumindo no seu caso contornos diferentes. Para Célia, a questão não é tanto ela já não ter idade para uma nova relação e mais a idade avançada dos potenciais companheiros amorosos. Como referido, há uma tendência culturalmente identificada de os homens se juntarem a mulheres mais novas e vice-versa, o que justifica a discrepância de idades no casamento, entre sexos opostos. Célia dá conta das implicações dessa realidade nas suas hipóteses amorosas:

É assim. Eu acho que neste momento já não me apetece. Porquê? Exatamente porque as pessoas com quem eu poderia estar são da minha idade ou mais velhas e eu acho-as muito velhas em relação a mim. [risos] [...] E eu penso ‘mas eu vou agora aqui aturar mais um velhote, já tive que tomar conta do meu pai...’ Não tenho... Não tenho perspectiva.

O conhecimento da experiência de viúvas que decidiram casar novamente e que, em consequência, orientaram as suas vidas para essas relações, abdicando das suas relações e atividades sociais, serve de justificação e reforço da recusa de um novo relacionamento romântico (Motta, 2005: 17; Davidson, 2002: 54). Enquanto falamos acerca da sua vida amorosa, Cecília decide contar-me a experiência de uma amiga sua que voltou a namorar depois da morte do marido, “mas o namorado fê-la sofrer muito e ela ficou traumatizada. Muito traumatizada.” Segundo Cecília, o namorado aproveitou-se da sua amiga “em termos monetários, em termos... até afetivos”. Conta-me que essa

experiência não a influenciou quanto à sua perspectiva de novos relacionamentos amorosos e explica porquê: “A mim não. Mas ela ficou muito marcada. A mim não me influenciou porque eu já estava um bocado... entrosada na viuvez. Portanto, já tinha arranjado uma forma de vida. Mas se fosse no princípio ficava também.”

Lurdes Rocha também relata um episódio semelhante, protagonizado por uma vizinha sua que voltou a casar e arrependeu-se. Segundo a entrevistada, que reforça tê-la avisado e acautelado para não se casar, arrependeu-se porque “ele era mau para ela”. Diz fazer uso desta história como exemplo para as viúvas mais novas, a quem a costuma contar e, conseqüentemente, aconselhar “a não arranjar outro homem” – homem de quem, assegura-lhes, elas não precisam: “Eu já tenho dito muita vez a pessoas que viúvam assim mais novas, eu digo assim: vocês pensem bem na vossa vida, vocês podem arranjar um homem como o que têm, mas também podem arranjar outro pior.”

4.7 “*A minha própria filha pôs-me à vontade*”

Souza *et al.* (2015) alertam para a existência de casos de viúvas em que houve uma transferência da submissão ao marido para a família (referindo-se a filhos e netos) após a morte do seu companheiro. Aí, as opiniões de familiares acabam por ser as guias das decisões e dos comportamentos das viúvas, com um carácter quase repressivo. Nesses estudos (Souza *et al.*, 2015: 943; Motta, 2005: 19), muitas viúvas afirmam que os seus interesses são subjugados aos interesses dos filhos, como se de outra forma não pudesse ser e como se os papéis de autoridade se tivessem invertido e fossem elas, agora, “as filhas”. Falam, até, de situações em que a desaprovação dos filhos em relação a decisões/comportamentos da mãe se traduziu em ameaças e/ou proibições – por exemplo, proibir a viúva de ver os/as netos/as caso esta iniciasse uma nova relação romântica (Davidson, 2002: 52). Alda Britto da Motta (2005: 20), refletindo sobre este “protecionismo imobilizador por parte dos filhos (às vezes também dos netos) sobre os seus velhos”, conclui que, mesmo sendo fruto de “afetividade pura”, este comportamento conduz a “cuidados exagerados e carceadores”.

As entrevistadas diriam não concordar com o que nos indica a revisão de estudos dedicados à temática, que nos diz que os familiares, em geral, não incentivam nem encorajam as viúvas para um novo relacionamento amoroso (Souza *et al.*, 2015: 941). Quando questionadas sobre a importância que dão à opinião dos familiares acerca de um

novo relacionamento amoroso, quase todas afirmam não ser influenciadas. Há também as que dizem não saber responder, porque uma nova relação nunca foi uma questão, mas que, se desejassem estabelecer uma nova relação, não se importariam com o que os familiares e/ou outras pessoas próximas acham. “Isso para mim era-me indiferente”, diz Anabela Rodrigues; “Eu estou-me nas tintas para o que os outros pensam.”, assevera Luísa Lopes; “Eu não quero. Se eu quisesse, não me preocupava absolutamente nada.”, explica Deolinda.

A exceção parece ser Ana Coelho, que nos diz não saber o que é que os filhos pensam, porque ela mesma nunca pensou nisso, tão pouco falou com os filhos acerca deste assunto. No entanto, afirma que para ela é importante o que os filhos acham e seria também quanto a esta questão.

Apesar de Ana ser a única entrevistada a afirmá-lo, a influência das opiniões dos elementos das redes de relações sociais das entrevistadas acerca da sua vida amorosa é por elas frequentemente referida. Através dos episódios relatados se percebe que as representações sociais das suas redes e do contexto cultural envolvente interferem, na prática, na sua experiência da viuvez. Esta contradição entre as práticas e as representações é muito comum nas práticas familiares (Portugal, 2006: 622), daí a especial necessidade de confrontar práticas e representações e perceber como (des)coincidem.

Sobre a influência da rede relacional, no caso de Filomena, a questão não se resume ao binómio apoiar ou condenar o novo relacionamento. Mais do que isso, a entrevistada relata como proibiu a interferência nessa questão, considerando haver preconceito na forma como olham para a vida de uma mulher que não está numa relação e vive sozinha:

Os meus amigos e familiares... Eu não lhe permito que falem no assunto, porque falaram uma, duas, três, até eu me fartar e disse... Incluindo uma das minhas filhas que de vez em quando se metia e dizia ‘então, não sei quê, não arranjas ninguém’ ou ‘estás muito bem vestida é porque anda aí não sei quem’. Eu fico furiosa e eu sou mal-educada depois. Ou seja, ninguém me fala agora de gajos. As pessoas acham que tem que haver um homem. Se tu estás gira é porque está aí um gajo. [...] As pessoas têm muita curiosidade. Eu fiquei viúva com cinquenta e dois... Tinham muita curiosidade! Porque a maior parte das mulheres continua a achar que viver sozinha é uma chatice.

Filomena conta que as pessoas não acreditavam que ela não queria estar com alguém, demonstrando alguma frustração pela insistência dos amigos quantos a este assunto. Ao contrário do que as pessoas pensavam, a entrevistada viu e vê na viuvez uma oportunidade

para fazer aquilo que quer fazer, independentemente de haver um companheiro que queira ou não fazer o mesmo.

O que eu acho é que... Aquilo que as mulheres fazem... Assim, imagina, gostam de ir ao cinema, gostam de ir ao teatro, gostam de viajar... Dá-me ideia que a maior parte delas gostaria de fazer e não faz por causa dos gajos ou, se faz, faz porque os gajos vão. Não é o meu caso!

Já Célia Cardoso diz nunca se ter preocupado com o que os familiares pensam sobre esta questão, no entanto, partilha alguns episódios sobre o assunto. Conta que a mãe achava a ideia horrível e, sobre isso, lhe dizia: “Ai, filha, por amor de deus, tu não te juntes com mais ninguém”. A opinião da mãe, castradora da sua sexualidade, alinha com o que socialmente se espera ser o comportamento adequados das mulheres viúvas. Já o pai, inicialmente, incentivou-a a casar-se, argumentando que viver sozinha não era bom. Mais tarde, desistiu, “perdeu a esperança”. As irmãs de Célia pareciam colocar-se do lado do pai. “A minha irmã Joana, mãe da Amanda e da Vera, era muito engraçada, porque às vezes ia ao estrangeiro e trazia-me presentes. Dizia assim ‘toma para a tua nova casa, quando voltares a casar’ [risos] Ela queria”. Conta que, além da mãe, a irmã (uma outra que não a Joana) era a única que mostrava resistência perante a ideia de Célia se voltar a envolver numa relação amorosa. “Mas era por uma questão, eu acho, de ciúmes. Queria que eu me dedicasse mais a ela.”, explica.

Na verdade, a relação de Célia Cardoso com esta sua irmã é um dos dois casos que se aproximam do protecionismo que Alda Britto da Motta (2005: 20) sugere haver nas relações familiares das viúvas. No entanto, no caso de Célia, este protecionismo é exercido pela sua irmã mais velha e é anterior à experiência da viuvez. “[...] ela exerce sobre mim um protecionismo que parece às vezes a minha mãe e que me cansa um bocado. É, cansa-me um bocado. [...] Ela sempre me tratou um bocado como filha, assim.”

Embora o protecionismo da irmã mais velha não pareça constranger a ação de Célia, o mesmo não acontece com o protecionismo exercido pelos filhos de Adília Ferreira. Esse comportamento não está especificamente relacionado com a vida amorosa de Adília, é generalizado à sua vida quotidiana. Enquanto relata o seu dia-a-dia organizado em torno dos cuidados dos netos e auxílio dos filhos, principalmente da filha, Adília afirma: “Mas eu também quero estar sozinha! Eu... Eu sinto necessidade. Eu quero estar sozinha.” Porém, os filhos não a deixam estar sozinha. Adília costuma passar as festividades principais, como o natal e a passagem de ano, com os filhos: a véspera com a filha e o dia com o filho. Se a filha festejar essas datas com a família do marido, Adília

passa com o filho e assim alternadamente. No entanto, houve um ano em que a entrevistada decidiu aproveitar as festividades para concretizar a vontade de estar sozinha.

Adília conta como é que orquestrou esse momento:

Eu uma vez fiquei sozinha! Disse à minha filha, se ela cá estivesse, eu ia para casa dela. Ela foi para casa da sogra e eu fiquei... Eu fiquei sozinha. Mas, é assim, o meu filho quer que eu vá para lá se eu não for para a minha filha, vou para a casa dele, que ele não me quer sozinha. Mas eu naquele ano, disse assim... Eu tinha muitas coisas para fazer, muito bolo, umas coisas para fazer... eu disse assim 'olha, ó Patrícia, tu não dizes nada ao teu irmão, está bem? Dizes que eu que vou para tua casa, não digas que eu estou sozinha.' E eu fiquei sozinha. Olhe, fui para a cozinha, deixei-me estar na cozinha a fazer o que eu tinha que fazer.

Adília conta este episódio orgulhosa de ter conseguido um momento para si. Ao filho e à nora é que a situação não parece ter agradado: “A minha nora quando soube... Ela ficou... Volta e meia fala-me nisso ‘você nunca mais faça isso! nunca mais faça isso! olhe que eu fiquei muito chateada, fiquei muito chateada de você ter ficado sozinha’.” Lamenta não ter conseguido repetir a situação. Apesar de Adília partilhar com os filhos essa vontade - de estar sozinha ou de ter tempo para estar com outras pessoas, como as amigas -, desde que o marido morreu, eles não a deixam só.

Sobre a possibilidade de um novo relacionamento amoroso, Cecília Nunes, apesar de a recusar, acha importante referir ter a “permissão” da filha. “A minha própria filha pôs-me à vontade. É verdade!”

Também os filhos de Sílvia Gonçalves a “colocaram à vontade”. É ela que me conta que os filhos apoiam a ideia de uma nova relação amorosa. “Eles até quereriam que... fosse mais além.” O mesmo se passou com Cecília Nunes, cuja filha, como já dissemos, lhe sugeriu encontrar alguém que ela gostasse, que a amasse de verdade e que a acompanhasse. E com Carminda que, como também já tivemos oportunidade de referir, era incentivada pelas pessoas a encontrar outro companheiro.

Embora nas entrevistas não se tenha abordado diretamente a questão da sexualidade, dela se falou indiretamente. É sobretudo acerca de referências implícitas à sexualidade que se encontram referências às representações sociais de género. Tal como Anália Torres (2000) explica, “a conjugalidade inscreve-se em relações e trajetórias sociais e de género”. Ela é influenciada em função do género de quem a vivencia, “já que as codificações sobre o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos os condicionam de forma diferencial”.

Convenções sociais sobre o que se é (deve) ser na velhice e/ou na viuvez veiculam ideais que condicionam as mulheres viúvas, sobretudo, ao nível da vida amorosa

e sexual. A atribuição de beleza e a capacidade de sentir desejo apenas às mulheres jovens, a atitude patriarcal de exigir às viúvas a santificação do esposo falecido e a culpabilização de quem não mostrar lealdade para com o marido falecido, são alguns dos princípios difundidos socialmente. Valores que, aliados aos da religião católica, fazem com que as mulheres viúvas se debatam com preconceitos em relação aos seus comportamentos. O mesmo não será imposto aos viúvos, já que estes são princípios atrelados aos comportamentos das mulheres. Princípios que Carminda Oliveira parece ter bem interiorizados. Quando lhe pergunto se se interessa pelo o que os familiares acham sobre esta questão, diz-me que não, que o lhe interessa mesmo é o seu sentimento e a sua consciência. Diz-me, ainda, que não voltará a estar numa relação porque “o respeitinho é muito lindo” e deixa algumas considerações: “Olhe, a gente passar pela rua fora e a gente passar de cabeça erguida porque não há ninguém que nos ponha cá ‘foi assim ou não’... Não há nada que chegue a ser séria ou ser honesta, a guardar respeito... Não, não, não.” Para Carminda, uma nova relação amorosa é assunto para escrutínio das pessoas que a rodeiam e o suficiente para deixar de andar de “cabeça erguida”, ou seja, motivo de constrangimento e desonra – mesmo que Carminda se diga alheia ao que as outras pessoas pensam.

Importa ainda referir que, à semelhança das trajetórias profissionais, também as trajetórias amorosas são condicionadas pelas obrigações sentidas no seio familiar. Se no segundo capítulo se afirma que as trajetórias das mulheres são mais complexas do que as masculinas, com constrangimentos associados à vida familiar e domésticas, aqui importa referir a ação desses constrangimentos no adiamento de projetos amorosos.

Célia Cardoso diz que, no início, não estabeleceu nenhuma relação por causa da filha, que tinha 14 anos na altura. “É assim, eu tive possibilidades disso, logo a seguir, até, a ficar viúva [dois anos], um ex-amigo meu que se declarou ter estado muito apaixonado durante a minha juventude, que eu nunca soube, pronto. Mas ele era casado, tinha filhos, vivia em Lisboa e eu era amiga dele, mas não estava propriamente apaixonada, simplesmente precisava de alguma segurança. Ainda hesitei. Simplesmente, isso iria causar um transtorno muito grande em relação à minha filha. [...] Ela tinha 14 anos, tinha aqui os amigos, tinha aqui muito apoio, estava na escola. Pensei duas vezes e optei por não enveredar por essa.” E, “Depois disso, voltaram a surgir algumas ocasiões, mas nunca pessoas que me interessassem muito no sentido de dividir a casa. Ou seja, é

aqueles amigos coloridos, com quem nós estamos de vez em quando, mas que não me interessa estar lá em casa.”

Em alguns casos os filhos surgem como agentes da opressão sexual das mulheres que, sendo mães, se veem impedidas de vivenciar a sua vida amorosa e sexual. É o caso de Cecília, mas também o de Adília. Adília Ferreira diz não saber dizer com certeza o que é os filhos acham sobre a possibilidade de um novo relacionamento amoroso. Com certeza só me sabe dizer não o querer. No entanto, decide rematar este assunto, explicando que, inicialmente, a filha não apoiava a ideia de Adília encontrar um novo companheiro. Uma vez, a vizinha da entrevistada brincou com a filha insinuando que, mais dia, menos dia, a mãe arranjará alguém. A filha ficou “revoltada”.

4.8 “Não se pode dar um passo maior que a perna”

Como se referiu na parte inicial deste capítulo, nem as viúvas procuram ou desejam uma nova relação amorosa, nem a sua situação económica parece ser um fator instigador dessa vontade ou sequer ponderado na altura de decidir quanto à sua vida amorosa. Entre todas as entrevistadas, apenas Deolinda Barros demonstrou alguma preocupação com a situação económica na hora de refletir sobre a matéria amorosa, questionando-se se a concretização de um novo relacionamento implicaria a perda do apoio social que recebe: “E, depois, eu não sei bem se a gente perde a reforma se casa com outra pessoa, deixa de ser viúva, parece que se perde, não é? Então, agora, eu ia... Teria que me dar muito bem com a pessoa, não é? Ou tinha que a aguentar [risos] ou ia viver de quê? A gente tem que pensar em tudo.”

Como assinalado, a experiência de viuvez traz a ela associada alguma vulnerabilidade económica. Com trajetórias profissionais mais atribuladas do que as masculinas, quase sempre conjugadas com trabalho doméstico ou pela entrada e saída do mercado de trabalho, percebe-se que o salário dos maridos assume um papel importante no rendimento familiar. A morte dos maridos, nos casos em que eram ainda profissionalmente ativos, significa que esse rendimento não entrará mais nas contas do agregado, sendo substituído por apoios sociais, como o subsídio de morte ou a pensão de sobrevivência. Se o companheiro das viúvas já não exercia a sua profissão e recebia uma pensão social por invalidez ou por velhice, estas poderão ter direito a receber uma pensão de viuvez. Aos filhos da pessoa falecida, desde que sejam menores de 18 anos e não

emancipados e até que estas condições se alterem, é também atribuída uma pensão de orfandade. Para lá das condições de atribuição destas pensões que restringem o acesso ao direito, a duração e o valor a receber, é preciso ter em conta algumas considerações.

Além das mudanças económicas a longo prazo, a morte do marido implica despesas imediatas, como aquelas associadas ao funeral. Para as despesas associadas ao ritual de morte as viúvas podem contar também com o subsídio de funeral e os familiares ou quem as tenha suportado com o reembolso das despesas de funeral. Não só as despesas associadas costumam sobrecarregar economicamente as mulheres viúvas, como surgem também, em alguns casos, posteriores a situações de algum aperto financeiro. Algumas viúvas relatam-no, referindo-se ao período que antecede a morte dos maridos, nos casos de morte por doença prolongada. Em termos económicas, as mortes por doença têm-lhe associadas despesas acrescidas, relacionadas com medicação, acompanhamento médicos e outros serviços de cuidado. Tal como Anália Torres (2000) explica, a conjugalidade produz uma nova realidade. No casamento se partilham recursos e cria-se uma nova situação em termos materiais (**idem**). A viuvez altera essa realidade material e económica.

Lurdes Rocha diz que sentiu diferenças na sua situação financeira com a morte do marido e também antes de ele morrer – “já na doença”. Reforça que nunca precisou da ajuda financeira de ninguém, “nunca pedi um tostão”, mas que passou algumas dificuldades. Ainda vivo, o marido recebia uma reforma por invalidez. Lurdes conta que a reforma do marido servia para pagar o lar e medicação dele e o que a entrevistada ganhava era para pagar as restantes despesas quotidianas. Agora que está reformada as contas são mais apertadas. “Enquanto andei a trabalhar, arranjei mais algum. Deixei de trabalhar os dias todos, venho só estes três meios dias [fazer limpeza ao domicílio], mas tenho a minha reformazita, tenho a reforma dele.” A reforma de Lurdes serve para pagar a medicação dela, a sua “maior despesa”. Na reforma do marido diz não mexer. Com pagou o funeral com os apoios sociais para o efeito, conseguiu não mexer nesse dinheiro. Apesar das dificuldades, diz conseguir ajudar financeiramente os filhos. “Ajudo os meus filhos. Dou-lhes qualquer coisa... Ainda consigo ajudar. [...] Poucoquinho de cada vez, mas ainda dou.”

Também Filomena Couto diz ter sentido uma mudança significativa na sua situação financeira, no entanto, apenas até começar a receber a pensão de sobrevivência. “Se eu ficasse sozinha, a pagar renda de casa, com o ordenado que tinha e não tivesse a pensão de sobrevivência... Eu ia passar mal. Pelo menos durante aqueles 4 anos até elas

começarem a trabalhar não foi fácil.” Quando o marido morreu, as filhas de Filomena herdaram a casa onde hoje vive. “Aí as coisas mudaram um bocado”, pois, a renda deixou de ser uma despesa. No entanto, à medida que as filhas cresciam, outras despesas surgiam. “Mesmo com a pensão de sobrevivência, que era metade do ordenado dele, o que aconteceu foi que eu senti que tinha dificuldade em pagar as propinas das duas, porque elas estudaram as duas. Nunca as paguei no prazo, as propinas. E conforme não paguei isso no prazo, outras coisas.” Apesar das dificuldades, Filomena nunca recorreu a ajuda financeira de terceiros.

Filomena diz ter dificuldades significativas no período imediatamente após a morte do marido. No entanto, com a vinda dos apoios sociais decorrentes do falecimento do companheiro, a situação económica de Filomena amenizou-se.

Joana Matos é a única entrevistada que diz mesmo ter passado grandes dificuldades económicas depois da morte do marido – “Ai, nós ficámos muito à rasca.” No entanto, essas dificuldades não estão relacionadas com a ausência do rendimento do marido, mas com situações desencadeadas depois dele morrer. O marido morreu num acidente rodoviário. Para obter uma indemnização pelo sucedido, Joana passou meses em tribunais por causa do acidente. Para isso, pediu apoio judicial, apoio que lhe custou 1200€ por mês. Joana comenta, ao recordar esses tempos: “Ai, passámos muito naqueles tribunais, passámos muito. [...] Mas, pronto, tudo a gente superou.” Além desta situação, refletindo sobre a sua situação económica, Joana refere que o restaurante do qual é proprietária faz hoje menos negócio do que outrora, quando o marido era vivo.

Tal como Filomena Couto, o marido de Célia Cardoso morreu novo, aos 42 anos, e a filha era, também ela, muito nova. Com menos um rendimento a entrar no agregado e a manutenção de quase todas as despesas, Célia diz ter sentido uma mudança significativa e negativa quanto à sua situação económica.

Foi [uma mudança significativa], porque isto é a mesma coisa que nós ganharmos quatro ou cinco e, de repente, passar a dois, não é? [...] E, no fundo, as despesas de casa não são muito menos. Porque é água, luz, o seguro do carro, tá tá tá. Eu como trabalhava no laboratório, tinha o carro do laboratório, tinha o seguro do laboratório, mas o meu, era eu que pagava, etc, etc.

Depois do marido morrer, passou a receber uma pensão de viuvez, prestação de valor pouco significativo porque o marido tinha poucos anos de serviço e, também, de desconto. Ainda assim, reconhece nesse apoio “um auxílio”.

Estas entrevistadas são as únicas a admitir terem passado dificuldades económicas após a morte dos maridos. As restantes, apesar dos relatos de sacrifícios

económicos e exercícios de “ginástica” financeira, não consideram ter passado um aperto financeiro, mesmo que a sua situação seja má ou até muito má. Nenhuma delas se considera pobre e orgulham-se de nunca ter recebido apoio financeiro de alguém.

Na sociedade portuguesa, dificilmente se encontra alguém pobre a reconhecer sê-lo, devido a uma visão suavizada e integrada da pobreza (Hespanha *et al.*, 2006). Esta ideia é explicitada num estudo levado a cabo com o objetivo de descobrir o “Impacto do (des)emprego na pobreza e exclusão social” (*idem*) Os autores do estudo explicam-nos que entre os portugueses enraizou-se uma visão de pobreza confinada à pobreza extrema, onde está sempre presente uma perspetiva comparativa: “eu e os outros”. Assim se relativiza a própria situação, em comparação com outros que estão em situações piores. Segundo os autores, a existência de património próprio que em último caso pode ser vendido, a existência de algumas poupanças que, também em último caso, podem ser utilizadas, e o recurso à diversificação de rendimentos (como as prestações sociais ou o trabalho informal) parecem ter, também, efeitos de suavização da pobreza.

A venda de propriedades – como no caso de Luísa Lopes, que vendeu a sua casa depois do marido morrer, ou do meio de transporte – como no caso de Patrícia Terras, por exemplo – são estratégias mobilizadas para fazer face às despesas, principalmente, quando esses elementos materiais representam eles mesmos grandes gastos (contas associadas a uma casa grande, despesas relacionadas com a manutenção do carro, etc).

Uma outra estratégia foi referida para fazer face às dificuldades económicas: a acumulação de diferentes empregos. É o caso de Célia Cardoso que, depois da morte do marido, passou a dar aulas em diferentes estabelecimentos de ensino para assegurar o pagamento das despesas. Passou a dar aulas em três cidades, em diferentes zonas do país. As folgas de um dos cargos eram preenchidas com horas de trabalho nos outros e viagens de ida e de volta.

É também o caso de Deolinda Barros, que continua a investir nas suas “costuritas”. Se durante a vida conjugal e contra a vontade do marido, as costuras lhe permitiram ganhar alguma independência económica, hoje ajudam-na a não a equilibrar a sua situação económica.

No estudo citado (Hespanha *et al.*, 2006) refere-se que os padrões de consumo da sociedade portuguesa, sobretudo os das pessoas mais adultas, se caracterizam por longas experiências de privação e contenção, que resistiram durante gerações. Estes

padrões restringem as despesas às necessidades básicas e pouco mais. Assim é com as mulheres entrevistadas.

A estratégia económica que mais se destaca na narrativa das mulheres viúvas é a atitude permanente de poupança. A vida económica é gerida orientada pelo princípio da contenção, que impede que as viúvas passem mais dificuldades e faz com que o dinheiro seja suficiente para as necessidades quotidianas. Não há espaço para aquilo que algumas delas chamam de “esbanjamentos”, “excentricidades” ou “fatura”, no entanto, também já não havia antes da morte do marido. Esta é uma situação transversal a todas as entrevistadas, incluindo as mais qualificadas.

Rosa Margarida, diz não ter sentido um aperto financeiro, apenas algumas diferenças. “Aquilo que eu fazia antes, agora faço, mas, se calhar, agora com mais restrição ou ponderação.” Esta é, na verdade, a situação de várias entrevistadas.

Também Otília Pinheiro diz não sentir nenhuma mudança significativa a nível financeiro, mas reconhece a necessidade de ter uma boa capacidade de gestão dos rendimentos. “Não se pode dar um passo maior que a perna. [...] Não se pode esbanjar dinheiro, mas também não esbanjava antes.”

Carmina Oliveira afina no mesmo diapasão que Rosa Margarida, explicando porque é que não passa dificuldades: “Não, porque... é assim, eu não sou gananciosa. Qualquer coisinha para mim está bem. Porque eu, para além de não ter muito, eu ainda ajudo os outros, porque Nosso Senhor agradece o bem que a gente faz.”

Adília Ferreira partilha a mesma opinião, dizendo que o dinheiro sempre deu para as despesas. “Quer dizer, fatura não há, mas também não havia. [...] Para mim chega... Não chega é para tanta coisas, porque eu tenho que ajudar... Para dar, vem um neto e eu dou X e depois vem outro... São 5! E depois vem a filha, faz-se também, e depois é o genro, e depois é a nora, e depois é o filho... Isto é tudo...” A contenção económica de Adília permite-lhe ajudar financeiramente os filhos e os netos.

Ana Coelho também diz não identificar diferenças na situação económica desde a morte do marido. No entanto, refere pedir dinheiro emprestado à filha quando a pensão de viuvez tarda em chegar. Como já tivemos oportunidade de referir, o percurso profissional de Ana é marcado por muitos anos de atividades informais, à margem do mercado laboral. Por isso, recebe pouco de pensão, que, mesmo assim, diz ser o suficiente.

O valor da pensão é também o suficiente para Deolinda Barros, que afirma não poder dizer que passa dificuldades. “Também me sei orientar, como é óbvio [...] Dá para eu sobreviver.” Tal como acontecia enquanto casada, Deolinda continua a ganhar algum dinheiro com as costuras, embora faça pouco, segundo ela. O rendimento principal é a reforma do marido.

Indo de encontro à situação das entrevistadas anteriores, Sílvia Gonçalves afirma: “Não tenho problemas. Não tenho assim uma vida de esbanjamentos, não. Tem que ser tudo muito direitinho, mas não tenho falta. [...] Eu oriento bem as minhas coisas e tenho tudo muito em ordem, tudo em dia.”

4.9 “Disse ‘olha, esta é oferta do pai’”

É necessário referir a importância dos diferentes apoios sociais na estabilidade económica das viúvas – sejam eles decorrentes da morte dos maridos, sejam aqueles que recebem por direito próprio ou os que são atribuídos aos filhos. Todas as entrevistadas referem a importância destes apoios para a (re)organização e manutenção familiar, na maior parte dos casos fundamentais para que não passassem dificuldades económicas. Em alguns casos, como os de Cecília, Célia e Filomena, esses apoios decorrentes da morte do marido são destinados a despesas relacionadas com as filhas.

Cecília Nunes conta que, além da sua reforma por invalidez, recebe uma pensão de sobrevivência desde a morte do marido. Como o marido tinha menos anos de serviço do que ela, o seu vencimento é maior do que o que recebe da pensão dele. “É pequenina.”, diz. Apesar de pouco, esse dinheiro, durante os primeiros anos, foi canalizado para pagar o casamento da filha: “Foi a oferta que eu lhe dei.”

Célia Cardoso também diz ter recebido uma prestação atribuída à filha. Este apoio foi-lhes atribuído até a filha acabar o curso, que terminou aos 25 anos. Com esse dinheiro, Célia fez uma conta poupança. A entrevistada conta com alegria o destino atribuído ao dinheiro aí guardado: “Fiz uma conta poupança com esse dinheiro da minha filha e depois quando ela fez 18 anos dei-lhe um carro, com esse dinheiro. Novo. Comprei-lhe um Peugeot novinho. Disse ‘olha, esta é oferta do pai’.”

Também as filhas de Filomena Couto tiveram direito a uma pensão de sobrevivência durante o tempo em que estudaram. Findo esse período, a entrevistada diz

ter continuado a receber um apoio decorrente da morte do marido, que continua a distribuir pelas filhas.

Apesar das dificuldades económicas que se identificam nos relatos das mulheres viúvas, que faz com que as suas vidas se rejam por princípios de contenção e poupança, elas continuam a ajudar financeiramente os seus filhos. Para isso, o seu modo de vida tem que ser adaptado às obrigações económicas familiares, nas quais estas ajudas se inscrevem. É outra forma de repressão, ainda que esta tenha consequências práticas diferentes daquela relacionada com a sexualidade.

A descrição da situação económica das mulheres viúvas e a compreensão das estratégias utilizadas para enfrentar essa situação permitem identificar uma tendência no modo de viver a viuvez. Na situação económica, como nas restantes dimensões das suas vidas (seja no cuidado de pessoas dependentes, seja na manutenção da vida familiar e na realização do trabalho doméstico), as mulheres levam uma vida para fora de si. Uma vida orientada para os outros, que, na situação de viuvez, na maior parte das vezes, são os filhos.

Conclusão

Propondo uma análise da morfologia das redes de relações das mulheres viúvas, esta investigação partiu de duas questões centrais: que alterações sofrem as redes de relações sociais das mulheres com a experiência da viuvez? que papel têm as suas redes de relações sociais na vivência da viuvez? Sintetizam, aqui, as respostas que foram sendo construídas ao longo desta dissertação. Neste momento final, apresentam-se os resultados da pesquisa em confronto com as hipóteses de partida. Embora a bibliografia mobilizada permitisse prever alguns dos resultados aqui apresentados, esperavam-se conclusões que apontassem para resultados mais distantes dos modelos tradicionais.

O fim da ditadura em 1974 e a Constituição de 1976 trouxeram a promessa do chamado Estado-Providência, mas esta parece não se ter consolidado. O compromisso do Estado português com a proteção e assistência social é caracterizado pela fragilidade das suas instituições e pela ineficácia dos seus serviços. Esse compromisso transfere-se para a sociedade que através de redes de solidariedade informais compensa as lacunas da providência estatal. Devido à especificidade do Estado-Providência português e ao passado herdado do Estado Novo, em Portugal, esses vínculos informais consolidam-se sobretudo ao nível da família. Dentro da família, as mulheres desempenham um papel central na provisão e assistência socialmente produzida. São elas as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. São também elas as mais prejudicadas pela deterioração do Estado-Providência português, dado o peso nas suas trajetórias.

Através da análise dos relatos da vida conjugal das mulheres entrevistadas, conclui-se que as suas trajetórias são caracterizadas pela conjugação do trabalho assalariado com a reprodução social familiar. Embora nenhuma delas se dedique desde sempre e a tempo inteiro às tarefas domésticas, o modelo de distribuição desse trabalho continua a ser um modelo desigual. Mesmo nos casos em que as mulheres não eram as responsáveis pelo trabalho doméstico, não se verificava a aplicação de um modelo mais igualitário, traduzido na participação do cônjuge nessas tarefas. A vida conjugal das mulheres continua a ser marcada por um compromisso com as tarefas domésticas, que conciliam com a carreira profissional. Só a morte do cônjuge parece atenuar o peso desse compromisso, quer na sua concretização, quase sempre levada a cabo por outras mulheres contratadas por efeito, quer na sua responsabilidade, porque não se sentem mais na obrigação de as fazer.

Se em relação às tarefas domésticas a viuvez parece ter trazido algum descanso, o mesmo não se verifica em relação ao cuidado de familiares. Uma das hipóteses de pesquisa construía-se em torno desta questão: a viuvez altera o papel das viúvas na provisão de bem-estar no seio familiar. Sugeria-se que, depois da morte do cônjuge, o sentido do apoio familiar entre filhos/as mãe se inverteria, assim como as obrigações sentidas no interior da família. Esta hipótese não se confirma. Mesmo as suas trajetórias profissionais continuam a ser atravessadas pelas obrigações familiares. As mulheres entrevistadas cuidam dos pais, da casa, dos filhos, do marido e dos netos. É para eles que orientam a sua vida: “largaram tudo” para cuidar dos maridos e hoje cuidam dos netos, quase a tempo inteiro. São cuidadoras, papel que a viuvez não parece transformar.

Na viuvez, o espaço doméstico, familiar e privado prevalece como um espaço de desigualdades. Este cenário só pode ser transformado pela implementação de políticas sociais que aliviam as suas responsabilidades, como o aumento de prestações e serviços de apoio à família e ao cuidado de dependentes. No fundo, retirar a responsabilidade da reprodução social das mulheres, retirar a responsabilidade da assistência e proteção da sociedade e exigi-la do Estado.

As hipóteses centrais desta pesquisa configuraram-se em torno da revisão dos estudos da *network analysis*. Parte-se da ideia de que as redes de relações sociais dos indivíduos condicionam o acesso a recursos, as representações, os comportamentos e as experiências. Assim se postula que as pessoas que as mulheres viúvas conhecem e lhes são próximas, com quem interagem e a quem recorrem em determinadas situações para serviços e apoios diversos influenciam o modo de viver a viuvez. A primeira hipótese é construída em torno desta ideia, sugerindo que a viuvez na terceira idade é influenciada pelas redes de relações sociais das mulheres.

Por outro lado, afirma-se que – devido ao seu papel central na reprodução social e ao intenso investimento no espaço doméstico e familiar – a identidade das mulheres é fortemente estruturada em torno da relação conjugal. Assim, sugere-se que a morte do cônjuge se possa traduzir numa mudança significativa no padrão relacional das mulheres viúvas, sendo a experiência da viuvez reconfiguradora das redes de relações sociais das viúvas.

Olhando para as características das suas redes de íntimos, de interação e de trocas, analisou-se o impacto da viuvez ao nível das sociabilidades das mulheres entrevistadas. Conclui-se que esse impacto opera num duplo sentido, dele resultado transformações que

se opõem. Tal como sugerido na hipótese de pesquisa, a viuvez reconfigura as redes de relações sociais das mulheres, no entanto, verifica-se menos uma rutura com o padrão relacional estabelecido antes da viuvez e mais um reforço do mesmo.

No caso das mulheres em que se verifica o fechamento das suas sociabilidades na família nuclear, tal como antes da morte do cônjuge, as suas redes de relações caracterizam-se pela dimensão reduzida. Nelas se reforça a orientação para as relações do parentesco restrito, preferencialmente num sentido vertical. Os laços fortes são os estabelecidos com a família nuclear, os filhos, sendo também esse os únicos laços ativados. São redes de pouca densidade e de elevada sobreposição: os elementos das redes de íntimos são os mesmos das redes de trocas e de interação. São, por norma, redes pouco permeáveis a elementos exteriores ao parentesco restrito.

Para elas, a viuvez não significa apenas a perda do marido, como também a perda de atividades de lazer – passeios que de esporádicos passam a raros ou inexistentes – e espaços de sociabilidade, o afastamento dos amigos e familiares do marido, da família extensa. Estas são mulheres cujas sociabilidades dependem do espaço doméstico e familiar – condição que trazem da vida conjugal para a viuvez. Atualmente, as suas rotinas continuam orientadas para a família e as sociabilidades a ela continuam subordinadas.

No sentido oposto, identificam-se casos em que se verifica um movimento significativo de abertura das sociabilidades após a perda do marido. Estas são mulheres que apresentam redes mais amplas e diversificadas. A trajetória destas mulheres explica a abertura das suas redes. Após a morte do cônjuge participam em atividades de lazer, frequentam novos espaços de sociabilidade e aí constroem novas relações. Apresentam redes de relações sociais de dimensão e densidade elevadas. Os laços fortes, à semelhança das outras mulheres, continuam a ser estabelecidos com o parentesco restrito, mas a ele não se limitam e também estabelecem laços fortes com amigos. Mas outros laços além dos fortes assumem relevância no quadro relacional destas mulheres. Elas apresentam uma extensa rede de laços fracos, que valorizam e mobilizam conforme as suas necessidades. Por isso, há uma segmentação das suas redes: as redes de íntimos, de interação e de trocas não são necessariamente constituídas pelas mesmas pessoas.

As mulheres que apresentam na viuvez redes mais amplas, constituídas por novas sociabilidades e laços diversos, à semelhança das restantes, também investiram muito de si no espaço doméstico e privado. No entanto, esse investimento foi agora transferido

para outras esferas das suas vidas, nomeadamente no que diz respeito à participação em atividades de lazer. Na maior parte destes casos, já durante a relação conjugal e antes da perda do cônjuge, as suas redes não se fechavam na família nuclear.

As mulheres que apresentam redes de relações mais extensas e diversificadas são aquelas que nas suas narrativas descrevem a viuvez como uma experiência libertadora. Para elas, a viuvez constituiu-se como uma fase de descoberta de novas atividades e sociabilidades, de autonomia na tomada de decisão e utilização dos recursos e livre de obrigações domésticas. É um período emancipatório. Pelo contrário, as mulheres cujas redes se fecham no parentesco restrito são aquelas cujas rotinas se fecham também na vida doméstica, com quotidianos orientados para o cuidado dos familiares. Confirma-se, assim, a hipótese central desta pesquisa que sugere que a morfologia das redes das mulheres viúvas influencia a sua experiência de viuvez.

Na análise da situação conjugal das mulheres entrevistadas, concluiu-se que a ausência de novos relacionamentos amorosos nos seus projetos de vida é uma tendência marcante. Cruzadas com representações dominantes acerca das relações amorosas, duas razões justificam a recusa de um novo relacionamento. A primeira tem a ver com a “santificação” dos maridos, que apesar de falecidos continuam a assumir uma importância simbólica na vida destas mulheres, mesmo a nível afetivo. Estas mulheres perderam os maridos, mas de certa forma com eles continuam casadas.

A segunda razão está relacionada com a ideia de que uma nova relação abalaria a liberdade e autonomia adquirida na viuvez, condições que as entrevistadas não querem ver comprometidas. Veem na possibilidade de um novo relacionamento um retrocesso em termos de autonomia e sociabilidade. À vida partilhada associam cuidados assistenciais e domésticos, que acreditam vir a remetê-las para o espaço privado e doméstico

Em quase todas as narrativas acerca da dimensão afetiva, verifica-se o peso do casamento enquanto instituição e, no fundo, da visão mítica do amor. É esta visão que as faz ‘santificar’ os maridos: eles foram/são o verdadeiro amor, que é único e transcende a morte. Mas mesmo entre as mulheres que não ‘santificam’ os maridos se encontram representações tradicionais acerca das relações amorosas. Quase todas as entrevistadas parecem não conceber a possibilidade de um relacionamento amoroso que não conduza necessariamente ao casamento e que não tenha uma durabilidade.

Nas narrativas observa-se um cruzamento complexo e contraditório entre representações e práticas, alimentado pela influência das relações sociais. Embora não o reconheçam, os discursos das mulheres entrevistadas demonstram como elas são influenciadas por representações sociais dominantes que lhes ditam o que devem ser na viuvez e na velhice. Além das representações sociais, e à semelhança do que se verificou em relação às suas trajetórias profissionais, a vida sexual e amorosa das mulheres entrevistadas é perpassada pelas obrigações sentidas no seio familiar. Por causa delas adiam ou reprimem os seus projetos amorosos.

A revisão bibliográfica dedicada à vida amorosa de mulheres viúvas sugeria haver no estabelecimento de um novo relacionamento amoroso a possibilidade de minorizar as consequências negativas da viuvez na situação económica das mulheres. Ao contrário, esta pesquisa conclui que nem as viúvas desejam uma nova relação amorosa, nem a sua situação económica parece ser um fator de peso na hora de tomar decisões quando à sua vida afetiva. No entanto, isto não significa que a viuvez não lhes tenha trazido consequências significativas em termos económicos.

Os discursos das entrevistadas em relação à sua situação económica após a morte do marido revelam estratégias de gestão financeira orientadas por princípios de contenção e sacrifício. A diversificação de rendimentos – através de prestações sociais ou de trabalho informal –, a poupança permanente, a acumulação de diferentes empregos, a venda de propriedades e bens materiais são algumas das ações levadas a cabo no sentido de minorizar as dificuldades económicas que a viuvez trouxe.

Apesar de relatarem cenários de vulnerabilidade económica, elas continuam a adaptar a gestão dos seus rendimentos às necessidades/obrigações familiares, nomeadamente dos filhos, a quem continuam a ajudar financeiramente.

Assumindo o seu carácter exploratório, esta pesquisa revela que as mulheres viúvas orientam a gestão das diferentes dimensões das suas vidas para os outros e quase nunca para si. Este é um traço dominante nos seus modos de viver. As suas trajetórias são de desigualdade: no espaço público e no espaço privado, entre homens e mulheres e entre mulheres – durante a análise exceções foram feitas quase sempre às mesmas mulheres, as qualificadas. Mostrou-se que a viuvez pode, de fato, constituir-se como uma nova fase na vida das mulheres viúvas caracterizada por mais autonomia. No entanto, enquanto essas desigualdades prevaleceram, na viuvez consolidar-se-ão os padrões mantidos durante a vida conjugal. É preciso dismantelar a ideia de que os modelos e as representações

tradicionais sobre a dimensão familiar e afetiva ficaram na história do passado. Eles continuam a organizar a vida destas mulheres.

Fica claro o papel das redes na concretização ou não do potencial emancipatório da viuvez. Elas têm um impacto na construção do cotidiano, da vida amorosa e da situação económica. Quanto mais extensas, diversas e mobilizadas forem as redes, mais podem oferecer oportunidades e recursos que permitem, na viuvez, romper com obrigações e restrições da vida conjugal. Mas podem também isolar, reprimir e acentuar modelos do passado. As redes de relações sociais são capital social. É preciso reconhecê-las como tal e discuti-las.

Referências Bibliográficas

Aboim, Sofia (2008) “Conjugal Interactions and the Life Course: Rethinking Diversity and Differential Impact of Biographies and Social Contexts” *Swiss Journal of Sociology*. 34(3), 5-35.

Aboim, Sofia (2012) “Do público ao privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna” *Estudos Feministas*. 20(1), 95-117.

Aboim, Sofia (2010) “Género família e mudança em Portugal” in Aboim, Sofia; Cunha, Vanessa e Wall, Karin (eds.) *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 39-67.

Becker, Howard S. (1996), “The Epistemology of Qualitative Research” in Jessor, Richard; Colby, Anne; Shweder, Richard A. (eds.) *Essays on Ethnography and Human Development. Context and Meaning in Social Inquiry*. Chicago: University of Chicago Press, 53-72.

Baldin, Carla Borsoi e Fortes, Vera Lucia Fortunato (2008) “Viuvez feminina: a fala de um grupo de idosas” *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. 5(1), 43-54.

Bankoff, Elizabeth A. (1983) “Social support and adaptation to widowhood” *Journal of Marriage and Family*. 45(4), 827-839.

Beck, Ulrich (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.

Blieszner, Rosemary (1993) “A socialist-feminist perspective on widowhood” *Journal of Aging Studies*. 7(2), 171-182.

Blom, Ida (1991) “The History of Widowhood: A Bibliographic Overview” *Journal of Family History*. 16(2), 191-210.

Bott, Elizabeth (1955) “Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks” *Human Relations*. 8(4), 345-384.

Collins, Patricia Hill (2000) *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Psychology Press.

Davidson, Kate (2002) “Gender differences in new partnership choices and constraints for older widows and widowers” *Ageing International*. 27(4), 43-60.

Dias, Isabel (2015) *Sociologia da Família e do Género*. Lisboa: Pactor.

Dickinson, George E. e Fritz, Judy L. (1981) “Death in the Family: An Overlooked Area In Marriage and Family Textbooks” *Journal of Family Issues*. 2(3), 379-384.

Ferreira, Virgínia (1999) “As Mulheres em Portugal: situação e paradoxos” *Oficina do CES*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

- Ferreira, Virgínia (1981) “Mulheres, Família e Trabalho Doméstico no Capitalismo” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 6, 47-86.
- Ferreira, Virgínia (1994) “Women’s Employment in the European Semiperipheral countries – Analysis of the Portuguese Case” *Women’s Studies International Forum*. 17(2/3), 141-155.
- Ferreira, Virgínia e Monteiro, Rosa (2015) “Austeridade, Emprego e Regime de Bem-Estar Social em Portugal: Em Processo de Refamiliarização?” *EX AEQUO*. 32, 49-67.
- Giddens, Anthony (2001) *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor, Erotismo nas Sociedade Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Glaser, Barney e Strauss, Anselm L. (1967) *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine Publishing Company.
- Gouveia, Rita (2006) “Redes Pessoais em Portugal numa perspetiva de percurso de vida” *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Número Temático – Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos*. 133-151.
- Ha, Jung-Hwa (2008) “Changes in support from confidants, children and friends following widowhood” *Journal of Marriage and Family*. 70, 306-318.
- Hespanha, Pedro (1999) “Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa” *Cadernos de Política Social*. 1, 15-42.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2000), *Entre o Estado e o Mercado*. Coimbra: Quarteto.
- Hespanha, Pedro *et al.* (2006), *É o (Des)emprego fonte de pobreza?* Porto: REAPN.
- Johnson, John M. (2002) “In-depth Interviewing” in Gubrium, Jaber F. e Holstein, James A. (eds.) *Handbook of Interview Research*. California: Sage Publications, 103-119.
- Lopata, Helena Znaniecki (1978) “Contributions of extended families to the support systems of metropolitan area widows: limitations of the modified kin network” *Journal of Marriage and Family*. 40(2), 355-364.
- Mendes, José Manuel (2003) “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas” *Oficina do CES*. Coimbra: CES.
- Morgan, David; Carder, Paula e Neal, Margaret (1997) “Are some relationships more useful than others? The value of similar others in the networks of recent widows” *Journal of Social and Personal Relationships*. 14(6), 745-759.
- Motta, Alda Brito da (2004) “Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional” in Peixoto, Clarice Ehlers (org.) *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 109-144.

- Motta, Alda Brito da (2005) “Viúvas: o mistério da ausência” *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*. 7, 7-24.
- Almeida, Ana Nunes de (1985) “Trabalho Feminino e estratégias familiares” *Análise Social*. 21, 7-44.
- Pais, José Machado (1998) *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Palmore, Erdman (1987) “Cross-Cultural Perspectives on Widowhood” *Journal of Cross-Cultural Gerontology*. 2, 93-105.
- Poeschl, Gabrielle (2000) “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideias” *Análise Social*. 156, 695-719.
- Portugal, Sílvia (1995) "As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, 155-178.
- Portugal, Sílvia (2000) "Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 56, 81-92.
- Portugal, Sílvia (2006) *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, Sílvia (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica” *Oficina do CES*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Portugal, Sílvia (2008) “As Mulheres e a Produção de Bem-estar em Portugal” *OFICINA do CES*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Portugal, Sílvia (2014) *Famílias e Redes. Ligações fortes na produção de bem-estar*. Coimbra: Almedina.
- Policarpo, Verónica (2011) “Sexualidades em construção, entre o privado e o público” in Almeida, Ana Nunes de (ed.) *História da vida Privada em Portugal: Os nossos dias*. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 48-80.
- Ryder, Guy (2015) *The future of work – Centenary Initiative (Report of the Director - General, Report I/ International Labour Conference, 104th Session)*. Geneva: International Labour Office.
- Santos, Boaventura Sousa (1987) “O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 23, 13-74.
- Santos, Boaventura Sousa (1995) “Sociedade-providência ou autoritarismo social?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, i-vii.

Singly, François de (2012) *Sociologia da Família Contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Graçia.

Souza, Mariana de *et al.* (2015) “A vivência da sexualidade por idosas viúvas e as suas percepções quanto à opinião dos familiares a respeito” *Saúde e Soc.* 24(3), 936-944.

Stedile, Taline; Grilo Martini, Maria Ivone e Schmidt, Beatriz (2017) “Mulheres idosas e sua experiência após a viuvez” *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. 12(2), 327-343.

Swidler, Ann (2003) *Talk of love: How Culture Matters*. Chicago, London: The University of Chicago Press. 111-134 e 160-180.

Todd, Barbara J. (1994) “Demographic determinism and female agency: the remarrying widow reconsidered... again” *Continuity and Change*. 9, 421-450.

Walker, Robert (1985) “An Introduction to Applied Qualitative Research” in Walker, Robert (ed.) *Applied Qualitative Research*. Vermont: Gower, 3-26.

Wall, Karin (org.) (2012) *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1-51.

Zick, Cathleen D. e Smith, Ken R. (1988) “Recent Widowhood, Remarriage, and Changes in Economic Well-Being” *National Council on Family Relations*. 50 (1), 233-244.

Índice de Anexos

Anexo I – Guião da Entrevista

Anexo II – Caracterização das Situações de Entrevista

Anexo III – Caracterização Sociodemográfica das Entrevistadas

Anexo I - Guião da Entrevista

Peço autorização para gravar a entrevista.

Apresento-me (mesmo que evidentemente já o tenha feito no primeiro contacto presencial ou telefónico): refiro a instituição promotora do estudo; repito a finalidade do estudo e os objetivos da entrevista.

QUESTÕES SOCIOBIOGRÁFICAS PARA PREENCHIMENTO:

Em que ano nasceu?	
Em que concelho reside?	
Qual é o seu nível de escolaridade?	
Qual era(é) a sua profissão?	
E a situação profissional do seu companheiro qual era?	

I | HISTÓRIA DE VIDA

1. Para começar gostaria que me contasse um pouco da sua história de vida.
 - Percurso pessoal e familiar
 - Família de origem
 - Casamento
 - Filhos/as
 - Escolar
 - Profissional
 - Geográfico

II | DIVISÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS

1. Quando era casada como fazia com as tarefas domésticas?
2. Diga-me como é que foi decidido quem fazia o quê?
3. Recebiam algum tipo de ajuda ao nível das tarefas domésticas e outras relacionadas com o cuidado dos filhos/as?
4. Quem é que, agora, desempenha essas tarefas?
5. Conta com a ajuda de alguém?

III | REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS

1. Gostaria que me falasse um pouco da sua rede familiar, amizade e vizinhos.
 - Das suas relações com a família.
 - Tem amigos/as?
 - Como é a sua relação com os vizinhos?
2. Quem são as pessoas que considera lhe serem mais próximas? (qual a relação, a que distância vive)
3. Gostaria que me falasse um pouco das pessoas que lhe prestam apoio (qual a relação, qual o tipo de apoio, com que frequência interagem, como interagem, a que distância vivem)
4. Quem são as pessoas que mais procura em momentos de indecisão e necessidade de aconselhamento? (apoio emocional)
5. Tem alguma atividade/ocupação de lazer (caminhar, teatro, cinema, concertos, outras)? Costuma levar alguém consigo?
6. Pode, por favor, descrever-me um dia típico seu? E um dia de fim de semana?
7. Sente alguma mudança significativa na sua rotina desde a perda do seu companheiro?

IV | VIUVEZ

1. A nível financeiro, sente que a viuvez lhe trouxe alguma mudança significativa?
2. Fale-me sobre a possibilidade de um novo relacionamento amoroso.

3. Preocupa-se com o que os/as seus/suas familiares e amigos/as mais próximos pensam sobre isso?
4. Pensando na sua situação de viuvez, quais foram ou são para si as principais mudanças, desafios e obstáculos que teve que enfrentar com a morte do seu cônjuge?
5. Quais têm sido os melhores e os piores momentos?
6. Já terminámos. Quer acrescentar alguma coisa?

Anexo II - Situações de Entrevista

Adília Ferreira

Data: 07/03/2019

Duração: 1:00:12

Local: Casa da entrevistada

A entrevistada esperou-me em frente à paragem de autocarro, na rua que dá acesso à casa dela, onde se realizou a entrevista. Enquanto caminhávamos para a casa, foi-me informando acerca das pessoas com quem nos cruzávamos e quem vivia nas casas que víamos. Não demonstrou resistência às minhas perguntas, falou de forma aprofundada sobre todos os temas. No final da entrevista levou-me de novo até à paragem de autocarro e continuou a falar sobre os temas da entrevista, principalmente sobre os filhos e o marido.

Ana Coelho

Data: 07/03/2019

Duração: 00:34:25

Local: Casa da entrevistada

A entrevistada esperou-me na paragem do autocarro que me sugeriu apanhar para chegar até ao local onde vive. Entrámos na casa dela e queria muito que eu comesse alguma coisa. Recusei e iniciámos a entrevista. Ana estava receosa das questões que eu lhe ia fazer. Antes de começarmos a entrevista, avisou-me que não sabia ler e eu respondi-lhe que isso não era impedimento algum e que não havia respostas certas ou erradas, queria apenas saber um pouco da sua história de vida. Sempre que me contava coisas relacionadas com a pessoa que nos colocou em contacto perguntava-me se eu tinha gravado isso ou se alguém ia ouvir a gravação. Disse-lhe que toda a entrevista estava a ser gravadas, mas apenas eu tinha acesso ao ficheiro da gravação. Logo no início da entrevista percebi que, ao contrário do que o meu contacto me tinha dito, ela tinha 77 anos. Ainda assim decidi levar até ao fim a entrevista. A entrevista não foi muito fluída, a entrevistada só falou do que lhe era diretamente questionado. Quando terminámos, insistiu que esperasse pelo autocarro (faltava 1h) na sua casa e almoçasse com ela. Agradecei a gentileza, mas recusei a oferta. Levou-me até à paragem de autocarro. Perto

da hora de chegada do autocarro, veio ter comigo novamente, voltou a insistir para que comesse alguma coisa. Esperou comigo pelo autocarro, que se atrasou (à semelhança do que tem vindo a acontecer com todos os autocarros para os arredores/periferia, sem horários certos e pouca informação acerca das carreiras).

Anabela Rodrigues

Data: 19/12/2018

Duração: 01:03:54

Local: Casa da entrevistada

A entrevista realizou-se na casa da entrevistada. Não se mostrou muito disponível no dia que a conheci – doíam-lhe as pernas. Marcamos para o dia seguinte sem compromisso. No dia, adorou conversar comigo, emocionou-se algumas vezes, principalmente ao contar episódios relacionados com o marido.

Carmina Oliveira

Data: 20/02/2019

Duração: 00:51:51

Local: Capela

Encontrei-me com Carmina no local que ela me deu como referência, uma praça, junto a uma estátua. Quando a encontrei, ela ainda não tinha percebido que eu a ia entrevistar e que falaria com ela mais do que dez minutos. Não percebeu isso a partir do que a pessoa que me deu o seu contacto lhe tinha dito. Expliquei-lhe o meu trabalho e o procedimento da entrevista, pedi que fossemos para um local mais sossegado e com alguma privacidade e sugeri-lhe a título de exemplo a sua casa. Disse-me para a seguir e levou-me até uma capela. Como deixámos a porta encostada, a entrevista foi interrompida por alguém que procurava Carmina. Depois disso, disse que ia fechar a porta porque assim “ninguém sabia que estávamos ali”. O discurso de Carmina foi muito mais centrado no marido do que em si, o que me obrigou a fazer várias perguntas na tentativa de centrar o discurso na sua trajetória. Emocionou-se algumas vezes e lembrou com alguma dor os episódios relacionados com o cuidado do marido. Reagiu com algum desconforto à minha questão relacionada com a possibilidade de um novo relacionamento amoroso, algo que para ela é inconcebível. Ainda assim, no final da entrevista agradeceu-me e disse que lhe fez bem conversar com alguém.

Cecília Nunes

Data: 22/03/2019

Duração: 00:55:46

Local: Casa da entrevistada

No primeiro contacto telefónico, Cecília não pareceu muito recetiva à entrevista, no entanto, nada disso se refletiu na situação de entrevista. A entrevistada recebeu-me muito bem na sua casa e aí falou de forma aprofundada sobre tudo o que lhe perguntei. Embora tivesse dito várias vezes que tínhamos que terminar a entrevista porque tinha que ir para a fisioterapia, nunca deixou que isso acontecesse e continuava a falar sobre os diversos temas, principalmente sobre a sua trajetória profissional.

Célia Cardoso

Data: 07/02/2019

Duração: 00:56:55

Local: Café

Inicialmente e por sugestão da entrevistada, a entrevista ia realizar-se num outro local, também público, mas mais reservado. Foi lá que nos encontramos. No entanto, os responsáveis pelo espaço colocaram alguns entraves à realização da entrevista, dizendo que só a poderíamos realizar no jardim. Como estava frio e a entrevistada mostrou algum desconforto em ser entrevistada num ambiente exterior, acabámos por nos deslocar para um café, sugerido pela mesma. Como o café estava vazio e nós éramos as únicas clientes, aceitei a sua sugestão. Ainda assim, durante gravação podem ouvir-se algumas vozes e sons alheios à entrevista. Célia não pareceu incomodada pelo ambiente envolvente e falou de todos os assuntos de forma aprofundada e à vontade, fui pouco diretiva. No final, pedi-me para que eu apagasse o ficheiro da gravação assim que possível. Quando íamos embora, contou-me algumas histórias relacionadas com viagens com as amigas. Já na despedida, disse-me que considera haver muito preconceito em relação a mulheres viúvas, que as pessoas não conseguem conceber a ideia de elas continuarem a fazer as suas coisas. Mostrou-se muito interessada por esta investigação e, antes de nos despedirmos, pediu que lhe enviasse a minha dissertação assim que terminada.

Deolinda Barros

Data: 19/02/2019

Duração: 00:58:04

Local: Casa da entrevistada

Deolinda esperou-me no restaurante que era o nosso local de encontro. Daí caminhamos até à sua casa, onde realizámos a entrevista. Uma pessoa conhecida colocou-me em contacto com Deolinda. Quando começámos a entrevista, ela perguntou-me o que é que levava uma jovem como eu a estudar a bíblia, disse-me que assim lhe tinham falado de mim e do meu trabalho. Expliquei-lhe qual era realmente a minha investigação, ficou desiludida, mas fez a entrevista à mesma. Apesar da desilusão e apreensão inicial, Deolinda participou com grande entusiasmo na entrevista. Mostrou-me fotografias dos netos e dos filhos e também me mostrou algumas revistas religiosas para que eu pudesse conhecer os grupos que integra e com os quais viaja. A entrevista foi muito fluída. No final, mostrou-me o seu “cantinho” - o quarto da costura - onde estavam os seus trabalhos. Disse para eu escolher os que mais gostava. Recusei mas Deolinda acabou por me oferecer à mesma uma das suas carteiras e insistiu que trouxesse comigo algumas laranjas caseiras. Mostrou-me ainda o resto da casa e o quintal, contou-me várias histórias sobre o que lá tinha e como tudo foi construído. Para eu não ter que esperar pelo meu autocarro, andou a bater à porta das casas dos vizinhos para perceber se algum me poderia dar boleia. Disse-lhe ser desnecessário, mas ela insistiu e lá me conseguiu uma boleia.

Filomena Couto

Data: 28/03/2019

Duração: 00:47:52

Local: Escola – local de trabalho da entrevistada

A entrevista realizou-se no gabinete de Filomena, na escola onde trabalha, depois de terminar o seu horário de trabalho. Já tinha visto Filomena em alguns encontros de movimentos sociais e outros coletivos, mas foi a filha dela que lhe falou do meu trabalho e ela disponibilizou-se para participar. A entrevista foi muito fluída e descontraída, sem interrupções. A entrevistada aprofundou todos os temas abordados. Filomena demonstrou ter opiniões politizadas sobre quase todos as questões, nomeadamente acerca da divisão sexual do trabalho doméstico, da inserção das mulheres no mercado de trabalho e das representações do que é ser uma mulher que vive sozinha.

Joana Matos

Data: 18/02/2019

Duração: 00:35:26

Local: Restaurante da entrevistada (fora do horário de funcionamento)

A entrevista realizou-se no restaurante da entrevistada, fora do horário de funcionamento. No entanto, além da entrevistada, estavam ainda lá o filho, a nora e uma funcionária do restaurante. Pedi a Joana que fossemos para um sítio mais privado, ela disse que nos sentávamos temporariamente na sala principal e, assim que a funcionária acabasse de limpar a outra sala mais afastada e com mais privacidade, para lá iríamos – coisa que não aconteceu, ainda que eu tenho tentado algumas vezes ao longo da entrevista. A televisão estava excessivamente alta e pedi várias vezes para que reduzisse o volume, sem sucesso. Durante toda a entrevista, senti-me observada pelo filho da entrevistada, que foi consultado várias vezes. Fui bastante diretiva, a entrevistada não aprofundou muito nenhum dos temas. A certa altura, apercebemo-nos que temos amigos em comum e isso foi motivo de conversa/desconversa, tendo sido complicado voltar às questões e ao propósito da entrevista. No final, disse-me que até foi bom para ela parar, falar e desabafar. Pediu que lá voltasse e que levasse alguns dos amigos que temos em comum. Não me deixou ir embora sem conhecer o neto, que tinha acabado de chegar.

Luísa Lopes

Data: 24/01/2019

Duração: 01:13:01

Local: Associação Cultural e Desportiva

A entrevista realizou-se na sala de danças da escola de dança que a entrevistada frequenta. Mais uma vez, o telemóvel serviu para mostrar elementos que ilustraram aquilo que ia dizendo, sendo que depois ficou por lá à procura de mais fotos/vídeos, o que acabou influenciar o decorrer da entrevista. Mostrou durante toda a entrevista vontade de falar sobre todos os assuntos. O discurso de Luísa centrou-se nos sacrifícios que fez pela família durante toda a vida e em como a viuvez se traduziu na libertação dessas encargos familiares. No final da entrevista disse-me para ir falar com ela caso a visse na rua e aconselhou-me a nunca me prender a alguém, nem ao que as pessoas pensam.

Lurdes Rocha

Data: 29/03/2019

Duração: 01:26:32

Local: Local de trabalho da entrevistada

Encontramo-nos numa casa onde Lurdes trabalha como empregada doméstica. Quem me recebeu foi a sua patroa, que saiu de casa para ficarmos mais à vontade. A conversa foi longa e fluída. Lurdes falou abertamente sobre tudo, mesmo sobre aquilo que não lhe perguntei, tendo fugido muitas vezes do âmbito da entrevista. Esses foram os únicos momentos em que interfeiri

Otília Pinheiro

Data: 21/03/2019

Duração: Sem gravação

Local: Pastelaria

Otília não permitiu que a entrevista fosse gravada e mostrou bastante resistência a conversar comigo. Disse que só estava a falar comigo por respeito à pessoa que nos colocou em contacto. Mesmo tendo colocado bastantes obstáculos à entrevista, principalmente no início, a entrevista durou durante quase uma hora. A pedido dela a entrevista realizou-se numa pastelaria na Baixa de Coimbra, com várias pessoas e algum barulho. Fomos observadas a maior parte do tempo e estávamos rodeadas de pessoas sentadas ao nosso lado. Pessoas essas que ela parecia conhecer da rotineira ida àquele estabelecimento – foi-me dando alguma informação sobre essas pessoas ao longo da entrevista, à medida que elas chegavam ou saíam. Como a entrevista não foi gravada, foram anotadas informações ao longo da entrevista e imediatamente a seguir.

Patrícia Terras

Data: 02/02/2019

Duração: 00:52:00

Local: Casa da entrevistada

A entrevista realizou-se na sala de estar da casa da entrevistada. Patrícia pediu-me logo no início para fazer perguntas diretas porque era mais fácil para si. Em resposta, expliquei-lhe porque é que tinha preferência por perguntas menos diretas, mas que o faria

se ela achasse mais confortável. Com o desenrolar da conversa a situação de entrevista tornou-se mais fluída. A entrevista foi gravada, no entanto, a capacidade de memória do gravador não permitiu guardar o ficheiro de gravação. Assim, através de um exercício de memória, foram tomadas notas imediatamente a seguir à entrevista. São essas notas que informam a análise.

Rosa Margarida

Data: 27/03/2019

Duração: 01:22:21

Local: Escola - local da trabalho da entrevistada

Rosa recebeu-me na sala de professores da escola onde trabalha, onde estava também uma amiga que temos em comum. Foi ela que nos colocou em contacto e que acabou por nos oferecer o seu gabinete para realizar a entrevista, possibilitando-nos alguma privacidade. A conversa foi longa e muito aprofundada, fiz poucas questões. Rosa mostrou-se preocupada em dar informação suficiente para o meu trabalho e isso notou-se na forma como falava dos temas, mesmo daqueles que lhe eram mais difíceis de recordar e comentar. Emocionou-se várias vezes. Confessou-me que “fez uma careta muito grande” quando falaram com ela sobre esta entrevista, pensou sobre isso durante uns dias e decidiu aceitar. Disse que ia falar com outras mulheres viúvas que conhecia para que eu as entrevistasse também. Na despedida, deu-me um abraço forte e longo.

Sílvia Gonçalves

Data: 22/01/2019

Duração: 01:02:31

Local: Casa da entrevistada

A entrevista realizou-se na casa da entrevistada. O telemóvel revelou-se um elemento desestabilizador. Pegou nele a certa altura para me mostrar algo e nunca mais o largou, sempre à procura de fotografias e vídeos que ilustravam os episódios que me contava. A televisão esteve sempre ligada e era nela que pousava o olhar enquanto falava comigo - ainda que eu tivesse pedido logo no início para a desligar por causa do som. Só a meio da entrevista é que começou a olhar para mim e a falar de forma mais detalhada sobre as questões que lhe fazia. No final disse-me que gostou de me receber e falar comigo,

mostrou-me o resto da casa e ofereceu-me uma planta. Pediu que lhe falasse caso me cruzasse com ela.

Anexo III - Caracterização Sociodemográfica das Entrevistadas

Adília Ferreira	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1952 – 67 anos	1949
Nível de Escolaridade	4º ano Ensino Básico	4º ano Ensino Básico
Trajetória Profissional	Operária Desemprego Reformada	Cozinheiro
Morte do marido	Viúva há 16 anos	Queda (fratura no crânio)
Relação Conjugal	Estiveram 28 anos casados Dois filhos e cinco netos	

Ana Coelho	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1942 – 77 anos	1932
Nível de Escolaridade	1º ano do Ensino Básico	Completo mais anos de ensino do que a entrevistada**
Trajetória Profissional	Doméstica Cozinheira em eventos Reformada	Funcionário num posto de abastecimento
Morte do marido	Viúva há 11 anos	Doença
Relação Conjugal	Estiveram 40 anos juntos, de namoro e casamento Tem dois filhos e três netos	

Anabela Rodrigues	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1943 - 76 anos	1944
Nível de Escolaridade	Ensino Básico	Ensino Secundário (frequentou Ensino Superior)
Trajetória Profissional	Empregada de consultório Empregada de comércio Desempregada Reformada	Engenheiro/Desenhador
Morte do Marido	Viúva há 10 anos	Doença
Relação Conjugal	Sem filhos da relação conjugal	

Carmina Oliveira	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1947 – 72 anos	Mais velho do que a entrevistada**
Nível de Escolaridade	Ensino básico	Mais estudos do que a entrevistada**
Trajetória Profissional	Empregada doméstica Funcionária num estabelecimento da saúde Reformada	Funcionário num estabelecimento de saúde
Morte do marido	Viúva há 13 anos	Doença
Relação Conjugal	Sem filhos da relação conjugal	

Cecília Nunes	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1946 – 73 anos	1937
Nível de Escolaridade	9º ano Ensino Básico	6º ano Ensino Básico
Trajetória Profissional	Secretária Funcionária da Câmara Municipal Reformada por invalidez	Funcionário da Câmara Municipal
Morte do marido	Viúva há 24 anos	*
Relação Conjugal	23 anos de casamento Uma filha e três netos	

Célia Cardoso	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1951 – 68 anos	*
Nível de Escolaridade	Doutoramento	Ensino secundário Frequentou o Ensino Superior
Trajetória Profissional	Professora de Ensino Superior Reformada	Diretor de Marketing
Morte do marido	Viúva há 24 anos	Ataque cardíaco
Relação Conjugal	Tem uma filha da relação conjugal Tem uma neta	

Deolinda Barros	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1954 – 65 anos	*
Nível de Escolaridade	4º ano Ensino Básico	4º ano Ensino Básico
Trajétoria Profissional	Trabalhou numa Alfaiataria Doméstica Costureira	Empregado de farmácia Funcionário no laboratório do Hospital Militar Reformado
Morte do marido	Viúva há 6 anos	Doença
Relação Conjugal	Estiveram quase 40 anos juntos Tem dois filhos e três netos	

Filomena Couto	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1969 – 60 anos	1958
Nível de Escolaridade	Pós-graduação	Conservatório em Piano
Trajétoria Profissional	Psicóloga	Músico e Professor de Música
Morte do marido	Viúva há 8 anos	Acidente rodoviário
Relação Conjugal	A entrevistada casou-se duas vezes É divorciada do 1º casamento É viúva do 2º, casamento que durou 22 anos Tem duas filhas do 2º casamento	

Joana Matos	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1950 – 69 anos	*
Nível de Escolaridade	4º ano Ensino Básico	4º ano Ensino Básico
Trajétoria Profissional	Empregada de restaurante Empresária e cozinheira no restaurante do qual é proprietária	Empregado de restaurante Proprietário de uma ourivesaria Empresário e empregado de mesa no restaurante do qual era proprietário
Morte do marido	Viúva há 23 anos	Acidente rodoviário
Relação Conjugal	Tem 2 filhos e dois netos	

Luísa Lopes	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1944 – 75 anos	1924
Nível de Escolaridade	Curso numa escola de artes	Ensino Superior
Trajetória Profissional	Professora num instituto para pessoas com surdez Desempregada	Advogado (já não exercia)
Morte do marido	Viúva há pelo menos 14 anos	Doença
Relação Conjugal	Durou 30 anos Sem filhos da relação conjugal A entrevistada é divorciada de um 1ºcasamento O marido era viúvo de um 1º casamento do qual tinha uma filha	

Lurdes Rocha	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1947 – 72 anos	1944
Nível de Escolaridade	4º ano Ensino Básico	4º ano Ensino Básico (frequentou o 5º ano)
Trajetória Profissional	Doméstica Empregada Doméstica Reformada	Torneiro Mecânico Mecânico
Morte do marido	Viúva há 18 anos	Doença
Relação Conjugal	Estiveram 37 anos juntos, 7 de namoro e 30 de casamento Tem duas filhas, netos e (em breve) terá um bisneto.	

Otília Pinheiro	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1944 – 75 anos	1937
Nível de Escolaridade	7º ano	7º ano
Trajetória Profissional	Professora de Ensino Básico Funcionária pública na área da saúde Reformada	Funcionário público na área da saúde
Morte do marido	Viúva há 2 anos	*
Relação Conjugal	Estiveram 54 anos juntos, 7 de namoro e 47 de casamento Sem filhos	

Patrícia Terras	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1947 – 72 anos	1937
Nível de Escolaridade	9º ano Ensino Básico Curso de Escriturária	Ensino Secundário (frequentou o Ensino Superior)
Trajétoria Profissional	Escriturária Administrativa num estabelecimento de saúde Reformada	Bancário
Morte do marido	Viúva há 11 anos	Doença
Relação Conjugal	Tem três filhos e netos	

Rosa Margarida	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1956 – 63 anos	1962
Nível de Escolaridade	Mestrado	Frequentou o Ensino Superior
Trajétoria Profissional	Professora de Ensino Secundário	Agente da Polícia de Segurança Pública e Sindicalista
Morte do marido	Viúva há 3 anos	Enfarte fulminante
Relação Conjugal	Estiveram 34 anos juntos, 3 de namoro e 31 casados Sem filhos	

Sílvia Gonçalves	Sobre a entrevistada	Sobre o marido
Ano de nascimento	1940 - 79 anos	1930
Nível de Escolaridade	Ensino Básico Curso de Cabeleireira	*
Trajétoria Profissional	Cabeleireira (proprietária) Reformada	Proprietário de uma fábrica têxtil
Morte do marido	Viúva há 3 anos	Acidente rodoviário e doença
Relação Conjugal	Sem filhos da relação conjugal A entrevistada tem 3 filhos do 1º casamento, do qual era divorciada O marido tinha 2 filhas do 1º casamento, do qual era viúvo	

Legenda:

* - Informação não recolhida

** - A entrevistada não soube precisar a informação